

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Luan Eloy Oliveira**

**Memória e *História das Lutas Sociais no Brasil*: Um estudo sobre a obra de  
Everardo Dias (1962)**

Vitória da Conquista - Bahia  
Janeiro de 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Luan Eloy Oliveira**

**Memória e *História das Lutas Sociais no Brasil*: Um estudo sobre a obra de  
Everardo Dias (1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa

Vitória da Conquista - Bahia  
Janeiro de 2016

OLIVEIRA, Luan Eloy  
OL48m Memória e História das Lutas Sociais no Brasil: Um estudo sobre a obra de Everardo Dias (1962); Orientadora Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa - - Vitória da Conquista, 2016.  
104 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1. Everardo Dias. 2. Memória 3. Movimento Operário Brasileiro. 4. Partido Comunista do Brasil I. Sousa, Maria Aparecida Silva de. II Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

Título em inglês: Memory and História das Lutas Sociais no Brasil: a study about the work of Everardo Dias

Palavras-chaves em inglês: Everardo Dias. Memory. Brazilian Movement Labor. Brazilian Communist Party.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa (Orientadora), Prof. Dr. José Alves Dias (Titular), Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior (Titular).

Data da Defesa: 25 de fevereiro de 2016.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

**FOLHA DE APROVAÇÃO****Luan Eloy Oliveira****Memória e História das Lutas Sociais no Brasil: um estudo sobre a obra de Everardo Dias (1962).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 25 de fevereiro de 2016.

**Banca Examinadora:**

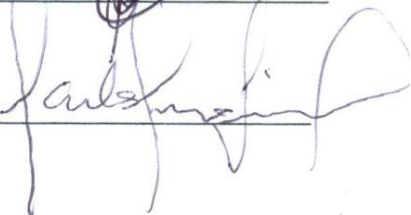
Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa  
(Presidente)  
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. José Alves Dias  
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior  
Instituição: UFBA

Ass.: 

*O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação.*

Antonio Gramsci

## AGRADECIMENTOS

Comumente os dicionários de língua portuguesa trazem o significado da palavra “agradecer” como a demonstração de gratidão por um benefício adquirido; uma retribuição em forma de palavras, sentimentos ou objetos, por um ganho. Sendo assim, e considerando a urgente necessidade de reconhecer os que auxiliaram mais diretamente no desenvolvimento deste trabalho, segue meus sinceros agradecimentos.

Ao programa de pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pelas condições de trabalho e estudo fornecidas para o desenvolvimento dessa pesquisa. À coordenação do programa de pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, pela seriedade e competência com que vem trabalhando e fortalecendo o programa. Às funcionárias do colegiado pela atenção contínua às exigências e demandas dos discentes, e ao demais professores que atuam em igual sentido.

Agradeço especialmente a minha orientadora Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa pelo respeito, generosidade, competência e atenção com que tem realizado seu trabalho, por sua leitura sempre atenta e crítica às atividades desenvolvidas, e por sua confiança e incentivo ininterrupto, que transcendem as atribuições de um professor.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) pelo financiamento da pesquisa, sem o qual estaria em muito dificultada.

Aos professores Dr. Carlos Zacarias Sena Júnior e Dr. José Alves Dias, pela leitura atenta e problematizadora do meu trabalho, pela participação no exame de qualificação, com apontamentos e observações precisas acerca da pesquisa. Aos mesmos agradeço também pela disponibilidade para participação na banca de defesa. Agradeço à professora Dra. Endrica Geraldo, pelas indicações bibliográficas e documentais e pela demonstração da necessidade de realização dessa pesquisa.

Ao meu companheiro Caio César, por ter sido minha base e meu suporte, estando presente em cada momento de felicidade e preocupação, por ter me incentivado tanto e assumido papel de amigo, irmão e professor.

A Daniella Ataíde Lobo por ter sempre me assistido emocional e profissionalmente, me oferecendo seu olhar e cuidado como amiga, e sua leitura crítica e atenta como estudiosa. Agradeço também aos demais amigos que me acompanharam nessa caminhada, trocando, ideias, figurinhas e discussões, dividindo felicidade e acalmando as não poucas preocupações e desilusões que a existência nos obriga experimentar, listá-los aqui tornaria este trabalho extenso e correria o risco de faltar-me importantes nomes.

Agradecimentos para minha família por todo suporte.

A simples menção neste tópico não encerra, de modo algum, o meu sentimento de gratidão, que é também o reconhecimento da importância destes listados para a conclusão desta etapa do meu desenvolvimento profissional. Minha gratidão é muito maior, e só espero que o universo, ou força outra existente, me auxilie a retribuir.

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma investigação acerca da obra *História das Lutas Sociais no Brasil*, de Everardo Dias (1962). Militante anticlerical e em prol do livre pensamento no limiar do século XX, o maçom Everardo Dias teve uma trajetória política bastante movimentada, ligando-se às manifestações dos trabalhadores durante a década de 1910, filiando-se ao Partido Comunista do Brasil durante o decênio seguinte e contribuindo com artigos e comentários para a imprensa operária, além livros publicados denunciando os abusos da repressão policial promovida pelo estado. Publicou em 1962 uma obra de caráter “autobiográfico”, onde procurou recuperar a trajetória dos trabalhadores brasileiros na tentativa de participação política e melhorias de condições de vida e trabalho, orientados também pela perspectiva de revolução social. Esta dissertação intencionou evidenciar os nexos e nuances entre a trajetória e subjetividade do militante em apreço e o Partido Comunista do Brasil (PCB), apontando mais diretamente como *História das Lutas Sociais no Brasil* constitui-se de uma fonte histórica capaz de expressar, entrelaçadamente, aspectos da conjuntura de efervescência político-social experimentada durante o final da década de 1950 e dos primeiros anos do decênio posterior, o processo de “crise” e “desestalinização” vivenciados pelo PCB entre os anos de 1956-1958 e os fundamentos e matrizes predominantes entre os pecebistas para análise e caracterização da realidade nacional, bem como para a elaboração de táticas e programas de atuação política. A presente dissertação aponta ainda para a compreensão da autobiografia como um espaço e instrumento de disputa por poder, onde a construção/consolidação de uma memória é também subjacentemente a defesa de uma proposta política.

**Palavras-Chave:** Everardo Dias. Memória. Movimento Operário Brasileiro. Partido Comunista do Brasil.



## ABSTRACT

This work is the result of an investigation concerning the work *História das Lutas Sociais no Brasil*, Everardo Dias (1962). Anticlerical militant and for the sake of free thought in the twentieth century, the immediate Everardo Dias Mason had a very busy political career, by binding to the movement of workers during the 1910s, by joining the Communist Party of Brazil during the next decade and contributing articles and comments to the working press, plus books published denouncing the abuses of repression of the state. Published in 1962 a character work "autobiographical", which sought to recover the trajectory of Brazilian workers in an attempt to political participation and improvement of living and working conditions, also driven by the prospect of social revolution. This research purposed to highlight the connections and nuances between the track and subjectivity of the militant in question and the Communist Party of Brazil (PCB), pointing more directly as *History of Social Struggles in Brazil* consists of a historical source capable of manifesting aspects of political and social effervescence situation experienced during the late 1950s and early years of the subsequent decade, the process of "crisis" and "de-Stalinization" experienced by the PCB between the years 1956-1958 and prevailing fundamentals and dies among pecebistas for analysis and characterization of the national reality, as well as to work out tactics and political action programs. This dissertation also points to the understanding of autobiography as a space power struggle instrument, where the construction / consolidation of memory is also interioring the defense of a policy proposal.

**Keywords:** Everardo Dias. Memory. Brazilian Movement Labor. Brazilian Communist Party

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 ADISSERTAÇÃO: ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS .....	18
1.2 ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS .....	20
<b>2 COMO SE LEMBRA? O PCB E EVERARDO DIAS</b> .....	23
2.1 COMO SE LEMBRA? .....	22
2.2 MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E TRABALHO DE ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA.....	24
<b>3 QUANDO SE LEMBRA? O PCB E A CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL (1958-1962)</b> .....	35
3.1 O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: OS MILITANTES PECEBISTAS E SUAS PUBLICAÇÕES MEMORIALÍSTICAS (1956-1967) .....	35
3.2 O PCB E A CRISE INTERNA (1956-1960).....	55
3.3 ASPECTOS DA CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA (1945-1964) .....	67
<b>4 MEMÓRIA E HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL.....</b>	76
4.1 HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS DO BRASIL E A NATUREZA DA MEMÓRIA ...	76
4.2 “UMA DEMOCRACIA ORIENTADA COM FIRMEZA PARA O SOCIALISMO” .....	79
4.3 A DÉCADA DE 1930, OS SUJEITOS SOCIAIS E A ANÁLISE “MARXISTA”: .....	90
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	96
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX um número significativo de pesquisadores e teóricos do conhecimento histórico atentou-se de uma dimensão específica da realidade social que embora sazonalmente figurasse suas reflexões, até então, não havia atraído representativa expressão e problematidade. Para Tzvetan Todorov (2000), foram os regimes totalitários desse mesmo século que revelaram a existência de um perigo iminente: a supressão da memória. Muito embora, ainda segundo este autor, a perseguição e destruição da memória não se tratou de uma prática restrita aos movimentos políticos particulares ocorridos durante o século XX, é nele que uma preocupação no tocante a memória ganha outro contorno: “[...] las tiranías del siglo XX han sistematizado su apropiación de la memoria y han aspirado a controlarla has en sus rincones más recónditos. (TODOROV, 2000, p. 13). Implica, portanto, considerar que não somente os “monumentos” passaram a ser compreendidos como ancoradouros da memória e identidade, mas que, para além do imediatamente visível, abaixo da superfície, a sociedade encontra diversos outros mecanismos de produção/construção do conhecimento e sentimento em relação à sua própria experiência. Pode-se concluir, em linhas gerais, que esses caminhos contribuíram para a inscrição da memória na pauta dos historiadores, especialmente confluindo com um descolamento patente de abordagens muito ligadas à história e documentos oficiais em privilegio de registros pessoais, como relatos orais, possibilitando uma história “vista de baixo” (THOMPSON, 2001, p. 185-203), pondo “em destaque todas as formas de marginalidade como atores privilegiados da história: os operários, os emigrantes, os camponeses pobres, as minorias étnicas, as mulheres” (JOUTARD, 2007, p. 226).

A memória invade a ciência histórica como uma necessidade, manifestando a sua importância e urgência. Em rigor, por não ser uma dimensão autônoma não é a memória que se elege como um elemento crucial no saber histórico, sua emergência é antes de tudo uma demanda social. Para François Dosse, é toda uma sociedade que “recusa a ser órfã e se esforça para buscar sua origem em sua história”, pois, “na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária através dessas épocas, no entanto próximas, que perdemos para sempre”. Esse momento histórico é marcadamente a ocasião onde “todos abandonam os tempos extraordinários em troca da memória do cotidiano das pessoas comuns” (DOSSE, 1992, p.

13). O historiador é então convidado a averiguar o passado/presente na busca de, circunscrito aos parâmetros científicos, um conjunto de elementos capazes de dar sentido, orientação aos grupos sociais. As conclusões de François Dosse valem especialmente para a sociedade francesa, onde, segundo sugere implicitamente, o avanço da modernidade sobre as tradições têm desempenhado um papel dissolvente. Para Pierre Nora, antagonicamente, é a própria história acadêmica que conflui para a destruição da memória/tradição, com sua “reconstrução sempre problemática e incompleta”, “laicizante”, “deslegitimadora”, “dessacralizadora” (NORA, 1993, p. 10).

Uma perspectiva ainda mais radical sobre essa demanda social por memória é apresentada por Myriam Sepúlveda dos Santos (1993): o pesadelo da amnésia coletiva. Segundo essa interpretação, a experiência da sociedade contemporânea com seus aspectos característicos (capitalista, industrial burocrática, de consumo ou de meios de comunicação em massa) tem constituído homens e mulheres integralmente vazios, estes “indivíduos não têm memória, pois as experiências de vida foram substituídas por informações, e as lembranças do passado constituem recuperação de dados” (1993, p. 02). Igualmente estão destituídos de suportes ou mecanismos capazes de referenciar seu passado, suas experiências, estão isentos de elos que funcionariam mantendo sólidos os grupos sociais. Seus “valores” são crescentemente substituídos por objetos de consumo e por relações reificadas. A própria autora procura contemporizar as opiniões, embora fique evidente a justiça de alguns desses aspectos. Ela assente que a forma de lembrar e compreender o passado é constante e continuamente modificada e que memória não se resume a uma reconstrução do passado no presente ou determinações do passado neste, mas o que lhe caracteriza é a diversidade de sua manifestação. Para qualquer que seja o argumento dos autores apresentados, o fato é que a memória tem se constituído como uma prioridade na ciência histórica.

Longe de alcançar um diagnóstico definitivo acerca da memória e de sua problematização no campo da ciência histórica, diversos historiadores têm construídos rotas onde se entrevê esclarecimentos e sugestões para a sua utilização/tratamento. Peter Burke (2000) sintetiza o que ele considera como a existência de duas posturas dos historiadores em relação a memória: a) a existência de uma espécie de “modalidade” histórica, (história social do lembrar) onde a memória é apreendida como um fenômeno histórico e abordada através dos seus aspectos de

transmissões, modificações, preservações sociais, no tempo e lugar; b) a memória como fonte histórica. Embora sua reflexão priorize a “história social do lembrar”, Burke não se abstém de ponderar que os historiadores “têm de estudar a memória como fonte histórica, elaborar uma crítica da confiabilidade da reminiscência, no teor da crítica tradicional de documentos históricos” (BURKE, 2000, p. 72). Evidentemente, não se trata de reduzir a tarefa do historiador a atestar a veracidade ou verossimilhança do conteúdo da memória, mas antes e primordialmente, investigar o seu processo de construção e materialização. Considerando o fato de que, se a memória é um constructo social, é preciso então “ver o processo de seleção, interpretação, e a distorção como condicionado, ou pelo menos, influenciado por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados” (BURKE, 2000, p. 72).

Parece também ser essa a conclusão do Phillippe Joutard quando, ainda que timidamente, considera que “o trabalho — e também o dever — do historiador é fazer da memória um objeto da história para expor o seu caráter construído, revelando as suas fraquezas e a sua instrumentalização” (2007, p. 231). Após concluir que História e Memória são “duas vias de acesso ao passado paralelas e obedientes a duas lógicas distintas” (2007, p. 225) implicitamente sugere ao historiador investigar a lógica e os processos através dos quais a memória é construída/reconstruída, utilizando-se do domínio e dos instrumentos viabilizados pelo conhecimento histórico. Para Elizabeth Jelin, esse processo de investigação no qual a memória se constitui ora como fonte ora como próprio objeto da história poderia ser denominado como a tarefa de “historizar la memoria” onde

*No se trata de descubrir y denunciar “memorias falsas” o de analizar las construcciones simbólicas en sí mismas, sino de indagar en las fracturas e hiatos entre ambas, y entre las diversas narrativas que se van tejiendo alrededor de un acontecimiento. La multiplicidad de narrativas, desde las burocráticas y periodísticas hasta las intimistas y personalizadas recogidas en testimonios de familiares de víctimas –referidas a un acontecimiento del pasado pero integradas en la temporalidad del momento en que se narra- le permite incorporar la complejidad de niveles (lo ético-político, la acción colectiva, lo personal) en el análisis de los mecanismos de transposición y descomposición del tiempo que funcionan en la subjetividad (JELIN, 2004, p. 77).*

Constata-se, portanto, que a memória pode se constituir como uma fonte histórica capaz de oferecer ao conhecimento histórico outra perspectiva do fato e processos sociais. Porém, algumas indagações subsistem. Primeiramente: quais os suportes físicos/materiais ou

imateriais da memória? Certamente a história oral “praticada” com maior intensidade a partir da década de 1970 tem dado mostras significativas de como a fala, assim como suas interrupções e silenciamentos, pode se constituir como repositório/dispositivo de construção de memória, e não é sem razão que, para alguns historiadores, a história oral se constituiu de um “laboratório de reflexão metodológica” (FERREIRA, p. 326-33) a medida que procurou rediscutir método, processos, periodicidades, terminologias e metodologia.

Para além da expressão na fala, a memória também tem sido localizada/problematizada na manifestação coletiva, através dos ritos, festas, comportamentos, sentimentos, muitas vezes traduzidos como tradição ou “mentalidades”. As atividades mnemônicas também foram abordadas através da análise de objetos, biográficos ou públicos, monumentos, livros, fotografias, cinema, cartas, costumes familiares, gestos e etc. É também na ocasião de “descoberta” dessas fontes históricas e suportes/dispositivos de construção da memória que as biografias, autobiografias e livros de reflexão assumem *status* privilegiado para reflexão científica.

O presente trabalho se constitui de uma análise do texto *História das Lutas Sociais no Brasil*, publicado originalmente em 1962, e republicado em 1977 pela editora Alfa-Omega. Seu autor, Everardo Dias, trata-se de um militante de intensa participação em várias instituições e organizações políticas. Em um primeiro momento, no início do século XX, ativamente ligado à maçonaria, a qual permaneceu vinculado durante toda sua trajetória de vida, proferia palestras de teor anticlerical e a favor do livre pensamento, mesmas orientações presentes em suas publicações no *Livre Pensador*, periódico de vida curta publicado entre 1903-4 de sua autoria. Durante as décadas de 1910-20 aproximou-se do movimento e organizações dos trabalhadores resultando na sua filiação ao Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, permanecendo ligado a ele até o fim de sua vida. O documento averiguado localiza-se na fronteira entre os gêneros literários autobiográfico, memorialístico e de reflexão histórica, carregando variados aspectos e características de cada modelo, mas é abordado antes por sua natureza, processo de construção e conteúdo que pelo seu formato literário. Paulo Sérgio Pinheiro (1978), em prefácio realizado na autobiografia de Octávio Brandão, militante de grande destaque e atuação no PCB, sobretudo durante a década de 1920, afirmou que sua “autobiografia é o pretexto para uma análise histórica”, e se constitui essencialmente como um “monumental documento histórico” por se tratar de uma fonte privilegiada que oferece uma nova perspectiva para se investigar a história política e social da Primeira República. Ainda caracterizando a importância dessa fonte histórica, o prefacista assinala ser a autobiografia de Octávio Brandão um

[...] documento privilegiado para a tentativa de construção de uma nova periodização da política brasileira. Um novo quadro político em que as referências não sejam as classes dominantes e sua tradicional empreitada de exclusão das classes subalternas. Mas ao contrário, os momentos de ruptura dessa dominação, os abalos experimentados pelo poder e pelo exercício da autoridade das classes dominantes, garantidos através do controle social e da repressão policial. (PINHEIRO, 1978, p. 17-20).

Tais considerações, com a devida ponderação e guardada as especificidades do documento referenciado, podem ser estendidas às demais autobiografias e livros de memórias dos militantes e ex-militantes do PCB, como é o caso de *História das Lutas Sociais no Brasil* e igualmente de uma numerosa lista de outros títulos<sup>1</sup>.

Mas, se documento é “tudo que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado”, cabe problematizar e sobretudo evidenciar a natureza peculiar, neste caso, da memória e de seu processo de construção/reconstrução e objetificação como documento, através do “arquivamento”, num suporte material e finda-se na constituição de “prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 170-190). Em outros termos, cabe levar com rigor o tratamento de fonte histórica a este documento, o que requer o entendimento das suas condições e processos de produção e a sua própria natureza e conteúdo.

Em 1995, o pesquisador Cláudio Henrique de Moraes Batalha apresentou no XIX *International Congress of the Latin American Studies Association*, um texto, resultado das reflexões desenvolvidas durante sua trajetória acadêmica, intitulado “A Historiografia sobre a Classe Operária no Brasil: Trajetória, Crise e Perspectivas”. O referido texto passou a compor uma coletânea de ensaios e artigos acerca dos horizontes da historiografia brasileira<sup>2</sup>, passando também a se constituir como referência recorrente em trabalhos ulteriores que elegem o movimento dos trabalhadores brasileiros na Primeira República como objeto de reflexão. A intenção principal do artigo foi categorizar as “tendências de interpretação da história da classe operária” percorrendo cronologicamente as principais publicações datadas desde a década de 1950 até a ocasião da conferência. Nas elaborações do historiador, o

---

<sup>1</sup> BARATA, Agildo. *A Vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1960; BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; LIMA, Heitor Ferreira de. *Caminhos Percorridos: memórias de militâncias*. São Paulo: Brasiliense, 1982; *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*, Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000. Listagem incompleta.

<sup>2</sup> BATALHA, Claudio H. M. ; A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: Marcos César de Freitas. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ed. São Paulo: Contexto, 2001, v. , p. 145-158.

movimento operário brasileiro teria sido abordado inicialmente por militantes e ex-militantes, no geral jornalistas e advogados ligados aos partidos e organizações que ensejavam reconstruir a trajetória, seguidos cronologicamente por uma tendência de “síntese sociológica” que procuravam elaborar “teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas”. O movimento dos trabalhadores brasileiros ainda teria sido recuperado por “brasilianistas”, pesquisadores estrangeiros interessados na reflexão de aspectos da história nacional e, desde então, teria ingressado e se constituído como objeto de reflexão no interior da academia (BATALHA, 2001).

No que se refere à “produção militante”, Cláudio Batalha aponta como aspectos característicos: o “estilo hagiográfico”, “a função legitimadora do papel e das políticas das organizações ou indivíduos de que trata”, a criação de uma cronologia própria e uma concepção teleológica da história<sup>3</sup> (BATALHA, 2001, p. 145). A rigor não é a forma e o conteúdo que têm sido os instrumentos utilizados para caracterizar essa “produção”, haja vista que ainda está por fazer um estudo conjunto e comparativo capaz de aprofundar nas bases teóricas e epistemológicas dessa “produção militante”, bem como nos aspectos relacionados ao formato. É possível considerar uma produção tão vasta, de biografias, autobiografias, livros de memória e reflexão histórica, oriunda de indivíduos com formação teórico-filosófica distintos e que assumem e ocupam ligações específicas com as organizações, possa ser integrada em um mesmo “conjunto”, hagiográfico e ideologizado, ou o fato de serem produzidas por militantes ou ex-militantes seja a principal característica capaz de dar unidade a essa produção? Persiste a necessidade de observar essas obras como fontes históricas capazes de informar tanto acerca da conjuntura sob a qual foram produzidas, como sobre os processos e episódios que pretendem representar. Esse aprofundamento não pode prescindir de uma abordagem teórica acerca de como a Memória, a Ideologia e a História se articulam na produção do conhecimento e o sentido acerca do passado, igualmente como se processa a sua instrumentalização para reflexão e intervenção no presente.

Um texto clássico do historiador francês Georges Haupt, publicado em 1985 na *Revista Brasileira de História*, onde anseia responder “Por que a História do Movimento

---

<sup>3</sup> Para Cláudio Batalha “[...] a coletânea de artigos de Astrojildo Pereira escritos entre 1947 e 1961, que em 1962 saíram em livro com o título *A Formação do PCB...* reúne todas as características dessa produção”, tornando-se assim o modelo típico de uma “produção militante”. Essa caracterização pode ser contraposta pelo posicionamento de outros estudiosos, como Carlos Zacarias Sena Júnior para quem “convém mencionar, contudo, que este tipo de história [história-tradição] não chegou a existir no Brasil no que tange aos estudos sobre o PCB, tendo predominado entre nós uma história do tipo monográfico, iniciada nos anos 1960 com o clássico, *Formação do PCB*, de Astrojildo Pereira [...]”. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. “Introdução: por que uma história dos comunistas brasileiros?”. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (Org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: Edufba, 2015 (no prelo)



Operário?”, tomando como base ponderações acerca da história referida como “história tradição” ou “história operária” e a “história acadêmica”, parece ter influenciado sobremaneira os historiadores brasileiros na apreciação da trajetória da reflexão sobre o movimento e as classes trabalhadoras no Brasil. Em sua avaliação sobre a produção dos militantes e ex-militantes ligados aos movimentos dos trabalhadores na Europa, Georges Haupt evidencia a existência de uma “história-tradição” obediente a tarefa de resolver dissídios ideológico-políticos ou engajada na empreitada hagiográfica. Para este historiador, ainda considerando acerca da “história-tradição”, “sua função essencial é ideológica: ela consiste em forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais que servem de referência e que ocupam o lugar da explicação”. A reconstituição histórica estaria então subsumida à “história das ideias, das instituições, dos dirigentes, a uma narrativa conjuntural de sucessos e vitórias, a uma epopeia heroica retocada sem cessar pelas necessidades das disputas ideológicas (HAUPT, 1985, p. 210-215). Essas conclusões foram, sobretudo, erigidas a partir da avaliação da historiografia francesa.

Não que seja improvável chegar a semelhantes conclusões acerca das primeiras tentativas de recuperação da trajetória dos trabalhadores e organizações operárias no Brasil, no entanto, a não sistematização de indícios e aspectos desse tipo de produção, presente em obras contingenciais, impossibilita uma generalização e conclusão decisiva acerca da “produção militante”. Sobretudo, se o conjunto de obras produzidas por militantes e ex-militantes tem sido recusado sistematicamente pela historiografia, por serem “ideologizadas”, “hagiográficas”, pessoais e lacunares, e a contraponto, também inadequadamente, sendo recuperadas como relatos inquestionáveis dos processos e episódios ali representados.

No tocante às reflexões desenvolvidas sobre a reconstrução da trajetória histórica do PCB, o que pode se estender ao próprio percurso da classe trabalhadora, de suas organizações e lutas no Brasil, a sua reconstrução foi sempre problemática, dificultada sobremaneira pela destruição sistemática dos documentos, livros e arquivos pessoais. As condições objetivas da realidade histórica impelem considerar que a classe operária desprovida dos meios de produção, e conseqüentemente despojada também do direito de registro histórico e mesmo de *status* de agente histórico, não vê senão através do prisma memorialístico, biográfico e autobiográfico, alternativa para não só inscrever-se na história escrita, como também reivindicar o reconhecimento da sua existência. Mesmo para historiadores “profissionais”, a pesquisa documental, não raras vezes, esbarra em lacunas significativas no que se refere às fontes históricas, visto que

as fontes sobre a história social foram em grande parte destruídas pelas forças da repressão, que constantemente, na história do nosso país, se lançaram contra militantes, partidos políticos, sindicatos e instituições culturais democráticas. Assim a polícia brasileira destruiu fisicamente, ou no melhor dos casos, apreendeu grande quantidade de documentação (CARONE, 1981, p. 211).

O processo sistemático de confinamento e destruição de importantes fontes de acesso à história dos trabalhadores, sobretudo as fontes propriamente produzidas por seus militantes, organizações e partidos operários, refletem sobremaneira na constituição dos seus arquivos que “são frequentemente muito mais fragmentados, por diversas razões relacionadas à repressão, à fraqueza das organizações, mas, também, às vezes, à sua falta de interesse”. Ainda assim, essas fontes e estes arquivos são instrumentos importantes de acesso à história da trajetória do proletariado e das suas manifestações, pois prioritariamente reelaboram a perspectiva da visão dominante marcadamente presente nos documentos oficiais e “são em geral muito ricos, sobretudo matizam e reequilibram as informações fornecidas pelos arquivos públicos, especialmente os policiais” (WOLIKOW, 1996/97, p. 53). Não é excepcional encontrar nas biografias e autobiografias, e mesmo nos textos acadêmicos, os relatos de sequestro, confisco e destruição da documentação operária. Everardo Dias denuncia aquilo que, pelo cotejamento com outros relatos, parece ser uma constante na trajetória das organizações operárias. Segundo informa,

Nem os jornais escapavam a essa vesânica perseguição. Era muito comum a prisão dos responsáveis pela publicação; eram invadidas as redações, inutilizados ou apreendidos os arquivos. Os sindicatos eram varejados a qualquer movimento de reivindicação que se preparava e presos aqueles que se encontrassem nas sedes. Às vezes, os próprios móveis e livros que compunham a biblioteca eram apreendidos e conduzidos para as delegacias policiais a fim de serem destruídos (DIAS, 1977, p. 68-69).

Também Nelson Werneck Sodré (1981) relata a invasão na casa de Astrojildo Pereira, em 1964, e os abusos efetuados pela repressão policial. Em sua residência, o destacado militante comunista, que participara com atuação premente na fundação e organização do Partido na década de 1920, bem como presente nos mais significativos episódios e teorizações da trajetória da agremiação, “reunira e catalogara precioso material, indispensável à história do PCB”. Militante anarquista até fins da década de 1910, secretário-geral do partido nos primeiros anos da existência da agremiação comunista, e, sem dúvida, um dos principais teóricos do partido, Astrojildo havia reunido valiosa documentação capaz de expandir a compreensão sobre a trajetória da classe operária no Brasil e o desenvolvimento das ideias de

esquerda, “havia ali verdadeiras preciosidades, livros que Astrojildo reunira ao longo de uma existência inteira de homem de pensamento. Mas a maior preciosidade estava nos documentos que ele colecionara em grandes caixas de papelão” (FEIJÓ, 1990, p.10). Nesta ocasião, 1964, um ano antes de seu falecimento, uma “figurinha sinistra, que se dizia militar, invadiu-lhe a casa, depredando-a e carregando boa parte de seu precioso arquivo, destruindo outra parte e deixando a ameaça de que voltaria para fazer pior caso ele não se apresentasse” (WERNECK, 1981, p. 82)<sup>4</sup>.

Nestas condições, cabe não só considerar, como mesmo revalorizar esses relatos biográficos, autobiográficos e memorialísticos acerca da classe e movimento operário no Brasil, não só pelo seu pioneirismo e antiguidade, mas pela sua realização, através da única via possível, a recuperação memorialística, sob condições tão adversas.

## 1.1 ADISSERTAÇÃO: ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho trata-se do resultado de uma pesquisa na qual se elegeu como objetivo primordial a averiguação da fonte histórica *História das Lutas Sociais no Brasil*, escrita pelo militante Everardo Dias e publicada em 1962. A problemática central, bem como o seu tratamento e abordagem, erigiu-se sobre o fundamento teórico-metodológico do campo interdisciplinar da Memória, o que significa dizer que as principais categorias teóricas, bem como os instrumentos mobilizados na investigação do documento, encontram-se fundamentados na Memória. Igualmente cabe considerar que a tendência “histórica” do trabalho corresponde à compreensão de que os fenômenos mnemônicos desenvolvem-se relacional e dialeticamente sob a totalidade histórica, a qual a ciência histórica tem a responsabilidade de reconstruir. Posto isso, cabe explicitar que a pesquisa, e consequentemente a estrutura organizativa do texto, orientou-se por investigar o conteúdo do documento como uma atividade mnemônica, - expressão da lembrança e o resultado dos processos da memória. Para o entendimento deste conteúdo foi necessário, portanto, buscar

---

<sup>4</sup> Parte da documentação reunida por Astrojildo Pereira, e que sobreviveu à insistência da repressão, foi doada pela família e em 1977 organizada no Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano), na Itália. Em agosto de 1994, distante das possibilidades patentes de repressão e confisco da documentação, o arquivo retornou ao Brasil passando a compor, sob custódia, o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Esse arquivo, assim como a sua trajetória de constituição e preservação, evidencia as desventuras experimentadas pela documentação operária no Brasil.

algumas das suas condições formativas, em outros termos, os elementos que permitiram a sua constituição. Sendo assim, o texto foi estruturado em torno de quatro importantes indagações: “como se lembra”; “quando se lembra”, “qual o conteúdo da lembrança” e “quem se lembra”, o eixo que atravessa e estrutura todo o texto.

No primeiro capítulo, intitulado “Como se lembra? O PCB, Everardo Dias e o Enquadramento”, procurou-se inicialmente realizar uma breve apresentação da maneira como as categorias teóricas do campo da memória foram utilizadas para a aproximação do objeto em questão. Trata-se assim de apontar a experiência de militância política como fator estruturante da memória construída no suporte material, o documento *História das Lutas Sociais no Brasil*. No instante seguinte recuperamos de maneira bastante sucinta o percurso realizado pela reflexão acerca da memória no pensamento ocidental, elencando o seu surgimento já na antiguidade clássica e tomando como ponto de chegada a sua constituição como um objeto de reflexão prioritário da sociologia. Neste momento, pauta-se então por apresentar as categorias teóricas “marcos sociais da memória” elaborada por Maurice Halbwachs, cujo alguns pontos do seu pensamento e trajetória são recuperados, e o “enquadramento da memória”, categoria desenvolvida pelo teórico francês de origem austríaca, Michael Pollak, para designar a série de atividades a qual a memória é submetida.

Ainda neste capítulo procurou-se evidenciar a importância da relação do Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Soviético, bem como os acontecimentos na União Soviética, para problematizar acerca do fundamento político-ideológico da prática e pensamento pecebista no período em questão. Finalizando o primeiro capítulo, recuperamos aspectos da trajetória de Everardo Dias, ainda que de maneira lacunar, em virtude da escassa documentação e bibliografia a seu respeito, e da sua relação com o Partido Comunista do Brasil.

No segundo capítulo, “Quando se lembra? O PCB e as Lutas Político-sociais (1956-1962)”, ambicionamos apresentar um breve mapeamento dos textos autobiográficos, memorialísticos e de interpretação histórica, publicados por militantes e ex-militantes do Partido Comunista do Brasil durante os anos de 1960 a 1967. Essa tarefa responde simultaneamente a múltiplos interesses: a) pontuar a “autobiografia” de Everardo Dias como um elemento inserido em um fenômeno mais amplo; b) apresentar os textos autobiográficos como espaços privilegiados para construção de memória e disputa por poder político; c) operacionalizar o conjunto destas publicações oriundas de militantes ligados ao PCB como expressões e elementos constitutivos das nuances experimentadas pelo Partido durante sua

crise político-ideológico nos anos 1956-1958 e sua tentativa de integração e participação na política e sociedade brasileira no período seguinte, especialmente durante o governo João Goulart (1961-1964). Conclui-se, portanto, que o capítulo estruturou-se a partir da opção pela utilização da “memória” como um fenômeno resultante do processo de interação entre o indivíduo e a sociedade, ambos inseridos na totalidade histórica. A premissa principal do “quando se lembra” é a ideia de que a memória não se trata de uma preservação do passado no presente e sim uma construção/reconstrução atendendo às demandas deste.

No terceiro e último capítulo procedemos a exposição da análise do documento. Apresentamos, prioritariamente, a categoria empírica *democracia* construída em *História das Lutas Sociais no Brasil*, no anseio em demonstrar como essa categoria, que se manifesta de maneira fundamental ao longo do texto, é capaz de evidenciar ao mesmo tempo a singularidade do pensamento de Everardo Dias e a sua comunicação e fundamentação nas matrizes teóricas do Partido Comunista do Brasil. Finalizando o trabalho procuramos apontar como o texto estrutura-se a partir da afirmação da validade do regime democrático e das “liberdades democráticas” e como a representação das categorias, episódios e agentes sociais obedecem a perspectiva dessa assertiva.

## 1.2 ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa por ora apresentada refere-se à análise de uma única fonte histórica, *História das Lutas Sociais no Brasil*, como já se informou, escrita pelo militante Everardo Dias, em 1962. Em termos ideais, a análise aprofundada do documento em questão seria enriquecida com um cotejamento adequado com obras de caráter biográficos, textos científicos ou pesquisa documental capazes de recuperar mais integralmente a trajetória política do militante em questão. Entretanto, a documentação que poderia viabilizar tal tarefa é, até o momento, desconhecida ou inexistente. Os poucos trabalhos biográficos desenvolvidos ancoram-se nas publicações realizadas por Everardo Dias durante a Primeira República, nas suas próprias publicações em forma de livros e ensaios, e nas vagas referências feitas por outros militantes em textos biográficos. Em geral, essa bibliografia só dá conta de recuperar, ainda que superficialmente, alguns dos aspectos de sua militância até a década de 1930, a partir de então os estudos que procuram recuperar a trajetória do militante comunista tornam-se ainda mais vaga, superficial e lacunar.

Metodologicamente o trabalho primou-se pela análise particular do documento em questão, com um cotejamento com os principais documentos produzidos pelo PCB no período

estudado, a saber: *A Declaração Sobre a Política do PCB – Março de 1958*<sup>5</sup>; *Manifesto de Agosto de 1950*<sup>6</sup> e o *Programa do Partido Comunista do Brasil – IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, 1954*<sup>7</sup>. Não dispensando, igualmente, a utilização da bibliografia adequada tanto acerca do Partido Comunista do Brasil quanto dos trabalhos biográficos realizados acerca da trajetória de Everardo Dias.

---

<sup>5</sup> Declaração Sobre a Política do PCB - *Voz Operária*, 22-03-1958.

<sup>6</sup> Reis, Dinarco.: A Luta de Classes no Brasil e o PCB. Ed. *Novos Rumos*, São Paulo, 1981, pág. 80.

<sup>7</sup> *Problemas Revista Mensal de Cultura Política*, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

## 2 COMO SE LEMBRA? O PCB E EVERARDO DIAS

*Examinando o caminho percorrido pelos povos soviéticos nestes últimos anos e fixando objetivos grandiosos que o conduzirão a novas etapas na marcha para o comunismo; analisando com clareza científica a situação atual do mundo e suas perspectivas; enriquecendo o tesouro do marxismo criador com novas teses e conclusões — os documentos do XIX Congresso do Partido Comunista da URSS e o discurso de Stálin constituem fonte inesgotável de ensinamentos e experiências, imprescindíveis a todos os que aspiram à paz e à independência nacional, a todos os que lutam por um futuro radioso e feliz para a humanidade.*

(Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, Revista Problemas, novembro, 1952).

### 2.1 COMO SE LEMBRA?

Quando em fins de 1950 e início da década posterior os militantes pecebistas são levados a relembrar a trajetória do Partido Comunista do Brasil assim o fazem a partir de um lugar. Esta origem é primordialmente a militância. A ligação (ou não) ao PCB dera uma tonalidade especial à memória construída em suas autobiografias e livros de memória e às lembranças acerca do sindicalismo, movimento operário e da trajetória política brasileira dos anos antecedentes. A experiência de militância no partido é dimensão estruturante da memória. Decorre disso o fato de as autobiografias, que a rigor deveriam centrar na recuperação do percurso pessoal do narrador, conseguem se distanciar muito pouco dos temas prioritariamente relacionados à trajetória do partido. Mas, de fato, em que corresponde essa experiência de militância a seu desdobramento nas memórias “individuais”? Em outros termos, quais aspectos da atuação dos militantes pecebistas, que escrevem no período analisado, implicam definitivamente na construção de suas autobiografias e nas operações mnemônicas ali realizadas? Sem dúvida, cada militante possui uma ligação bastante particular com o partido, sua atuação, os cargos ocupados, as leituras realizadas, as ligações, as dissensões. Sua subjetividade contém aspectos únicos, mas não são unilaterais, desenvolve-se dentro de uma instituição relativamente sólida e determinante. Neste sentido, a experiência política individual de militância desenvolve-se no interior de um partido que tem por horizonte principal a tentativa esforçada de assimilação do marxismo, o constante interesse em estruturar-se e se reestruturar teórica e organizativamente a partir dos parâmetros

soviéticos. É desta maneira que, com alguma originalidade, as elaborações de Everardo Dias, como a de outros militantes, tiveram o stalinismo como ponto de baliza, ora posicionando criticamente quando no tocante à *liberdade*, à *disciplina* e à *democracia*, ora positivamente quando o assunto era a *revolução*.

Posto isso, depreende-se que o marxismo-leninismo, como codificação stalinista da filosofia marxiana e do pensamento político de Lênin, que se enraíza no partido durante a década de 1920 manifestando-se teórica e organizativamente durante parte significativa da trajetória do PCB, irá, ainda na década de 1960, funcionar como um catalisador. Este debate ainda se encontra aberto na historiografia. Vários são os caminhos, as intersecções, as comunicações e as transições dos posicionamentos teórico-historiográficos e, sem dúvida, é ampla a discussão sobre o stalinismo e a sua expressão nos partidos comunistas ao redor do mundo, e não pretendemos recuperá-la integralmente. A pretensão aqui é, a partir de uma abordagem que tem na interdisciplinaridade da memória a emergência de sua problemática e seu tratamento, perseguir na demonstração do processo em que o stalinismo e sua expressão no cotidiano partidário, através do “mandonismo” e do “burocratismo”, se constituiu como *marcos sociais da memória* (HALBWACHS, 2004) através dos quais os militantes, e no caso mais particular de Everardo Dias, a concepção etapista da revolução, ancorou suas lembranças. Estes *marcos sociais da memória* transcendem o indivíduo pertencem ao grupo em que ele está ligado se constituindo como elementos capazes de manter a coesão do grupo. Avançar na utilização de categorias teóricas halbwachianas impele a considerar como primordial as fissuras existentes nos grupos, para além da permanência e coesão, que parece ser central em sua obra, é mister compreender os agrupamentos menores, as cisões, a problemática da disputa. Perceber que um grupo, qualquer que seja ele, não está isento de conflitos.

Michael Pollak considera que “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...] eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência” (POLLAK, 1989, p.10). Sua inclusão como referencial teórico é sobretudo pelo seu interesse em demonstrar que a memória inerente a determinado grupo não é um ente autônomo construído coletivamente no qual todos os integrantes tiveram igual<sup>8</sup> participação na sua construção, ao

---

<sup>8</sup> Halbwachs também notou para a composição hierárquica e conflitante dos grupos sociais, identificando que nem sempre as memórias “individuais” concordam e que estão relacionadas com a posição ocupada pelo indivíduo no grupo. Entretanto, sua reflexão privilegiou a coesão e a memória do grupo implicando que, de uma



contrário, ela é resultado e processo de dominação. Adequando as suas proposições, concebe-se que o Partido Comunista do Brasil, embora fosse um grupo com relativa unidade, era fracionado, existia em seu interior agrupamentos menores divergentes, que participavam e construía o cotidiano do partido diversamente e, posteriormente, esses grupos lançar-se-ão em disputa pela construção de uma memória sobre a classe operária. É a partir desses pressupostos que se pode sugerir que as elaborações de Everardo Dias, assim como as de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Agildo Barata, Osvaldo Peralva, é a conjunção de determinações histórico-sociais, que pesa em maior medida a experiência pecebista com o stalinismo através de sua elaboração teórica marxismo-leninismo e da tentativa de reconstrução da história do movimento operário brasileiro a partir de um prisma singular e subjetivo.

## 2.2 MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E TRABALHO DE ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA

A trajetória percorrida pela *memória* como um objeto privilegiado de reflexão não é desconhecida. Ao contrário, tem sido retomada com frequência por autores diversos determinados em demonstrar as suas configurações ao longo da história do pensamento ocidental e sua constituição, na virada do século XIX para o XX, como objeto de estudo científico no campo da sociologia. Neste último caso, o percurso é recuperado sobretudo para reafirmar, com base na sua longevidade, a importância e atualidade da *memória*. Percorrer a trajetória da reflexão acerca da memória exige a visita em momentos imprescindíveis: a filosófica clássica, na antiguidade grega, nos textos de Platão e Aristóteles; a transição para o medievo, com as *Confissões* de Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, e posteriormente sua inserção na escolástica cristã. O trajeto passa ainda pelo empirismo inglês, e com tratamento mais científico que filosófico nas chamadas “ciências médicas” (neurociência, psicologia, psicomorfologia, etc) aproximando-se da memória a partir de suas estruturas morfológicas e circunscritas à atividade cerebral. A última parada desse percurso é a inserção da memória, concomitantemente ao processo de disciplinarização dessa área do saber, nas ciências sociais. (LE GOFF, 2003; BRAGA, 2000; RICOEUR, 2007; SANTOS, 2003).

---

forma geral, a “memória individual” é sempre fraca, imprecisa, sem lastro e cambiante, ao contrário da sólida memória coletiva na qual o indivíduo, por excelência, se ancora. Ver mais especificamente: Memória coletiva e Memória individual IN: HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 4ª Ed. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo: 1990.

A tendência biologizante no tratamento da memória enquanto objeto científico partiu, em termos gerais, da sua consideração enquanto um constitutivo meramente individual, uma operação cerebral e uma atividade de visita às informações ou imagens “armazenadas”, fixadas ou retidas em um compartimento específico de partes da estrutura fisiológica cerebral humana. Essas premissas passaram a ser pressionadas e questionadas durante já no limiar no século por “dissidentes” da psicologia e pela sociologia à medida que estes lograram reconhecer o papel que “manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exerce sobre a memória individual” (LE GOFF, 2003, p. 427). A sociedade, o contexto, reconhecidos como *meio* já haviam sido notadas, mesmo no âmbito das “ciências médicas” como dados que poderiam facilitar ou inviabilizar a análise científica.

[...] Admite-se que o meio possua um papel no processo mnemônico. Mas, as formas de descrição e explicação das relações meio/organismo variam. [...] Em alguns modelos, o meio atrapalha as análises e é por conseguinte desconsiderado. Em outros, o meio fornece ‘eventos’ a serem representados, material a ser memorizado armazenado. O meio é apenas o conteúdo do processo mnemônico. O mundo fornece estímulos e o organismo estabelece conexões. Estes estímulos não modificam o funcionamento o processo; eles são codificados diferentemente pelos diferentes sistemas de memória previamente organizados no cérebro (BRAGA, 2000, p. 36).

Durante as primeiras décadas do século XX o meio, leia-se também *sociedade*, abandona seu lugar de conteúdo da representação ou de “dispositivo” capaz de acionar ou reprimir o processo mnemônico e passa a ser operacionalizado como fator estruturante, como elemento capaz de se manifestar vitalmente na memória e em seus fenômenos. Convencionou-se considerar como precursores dessa abordagem sociológica da memória Maurice Halbwachs (1877-1944) e Frederic Bartlett (1886-1969<sup>9</sup>), aquele, contudo, influenciando com maior intensidade os estudos sobre a memória desenvolvidos ao longo do século XX.

Maurice Halbwachs, reiteradamente identificado como discípulo durkheimiano, advertência que em geral diz muito acerca de sua interpretação sobre o fundamento e funcionamento da sociedade e da memória, mas não encerra a complexidade de seu pensamento, já foi alvo de

---

<sup>9</sup> Outros nomes podem ser incluídos no rol destas primeiras aproximações à uma abordagem sociológica da memória, como é o caso de Vygotsky que já nas primeiras décadas do século XX procurou teorizar a memória a partir de uma análise baseada no materialismo histórico.

sistemáticos estudos<sup>10</sup> que procuraram introduzir alguns aspectos centrais de sua obra. Cabe a Halbwachs, vale destacar, a sistematização da memória como elemento coletivo o que a rigor se tornou sua tese, elaborada em *Quadros Sociais da Memória* e revisitada, com configurações distintas, em *Memória Coletiva*, publicado postumamente. Em termos bastantes sintéticos seu objetivo consistiu em demonstrar a maneira como a memória, seus fenômenos e estrutura, corresponde a determinações coletivas. O indivíduo não se desvincula da “natureza de ser social que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade” (1990,p. 36-37), e se lembra sempre a partir de marcos estabelecidos coletivamente. Para Elizabeth dos Santos Braga, “o autor analisa o ato de lembrar dentro do movimento interpessoal das instituições sociais – a família, a classe social, a escola, a profissão, a religião, o partido político e etc. – a que o indivíduo pertence” na tentativa de demonstrar a maneira como a memória é demarcada socialmente (BRAGA, 2000, p.52). A tese carrega inegável pioneirismo, sobretudo se cotejada ao seu tratamento anterior por pelas “ciências médicas” que subsumiam a memória à estrutura e funcionamento de constituintes cerebrais e à “tradição filosófica” de seu antigo mestre, grande teórico e filósofo da memória, Henry Bérghson.

Os elementos teóricos e biográficos permitem supor que a grande questão que instigou o pensamento halbwachiano foi a permanência. Historicamente viveu em uma conjuntura de grandes transformações onde pesa em maior medida a “modernização” da sociedade francesa, abandonando marcadamente seu caráter rural, e com ele tradições, costumes e sociabilidades, em direção a uma sociedade industrial, burguesa, tendo contradição basal a oposição capital/trabalho; pesa também a experiência da Primeira Guerra Mundial, que com seu legado destrutor colocou como indagação como seria possível a reconstrução da Europa e a permanência de sua “identidade” em meio a mudanças tão bruscas. É neste sentido que ele é impelido a formular a sua oposição história x memória, designando aquela para o tratamento do que já passou, do que aconteceu e lá ficou, transformando-se em dados, datas e episódios e esta última como aquilo que permanece, que

---

<sup>10</sup> Mais a respeito, ver o prefácio elaborado por Jean Duvignaud e a Introdução de J. Michel Alexandre, ambos in: HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Vértice, 1990. Para uma análise com mais acuidade, onde se examina *pari passu* aspectos de sua biografia e problemáticas pertinentes à sua obra, ver o posfácio realizado por Gérard Namer in: HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Traducción de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

mesmo em meio às modificações tão radicais permite aos indivíduos em sociedade manter seus laços, suas, tradições, seus costumes, comunicando a memória como um elo.

Embora seus escritos datem a primeira metade do século XX sua antiguidade não diminui a operacionalidade de suas categorias teóricas e de alguns pontos básicos de seu pensamento. Gérard Namer, introduzindo a obra do autor, apresenta um dos primeiros pressupostos básicos da atividade mnemônica, conforme concebida por Halbwachs: “reconstruir el pasado em función del presente” (NAMER apud HALBWACHS, 2004, p. 345). Esta formulação permite assim problematizar a ideia de retenção do passado, de manutenção de informações, de imagens ou experiências, tal como ocorreram, e que emergem em situações presentes reproduzindo *ipse literis* o ocorrido. Para o teórico durkheimiano não há manutenção, “el pasado, en realidad, no se conservaba, sino que era reconstruido desde el presente” (HALBWACHS, 2004, p. 10). Reelaboração, reconstrução, rerepresentação são, portanto, os termos mais adequados para tratar de memória dentro de uma perspectiva halbwachiana, já que o autor considera que é o presente quem oferece o prisma a partir do qual irá se reconstruir o passado.

Como a sociedade é mutável, a composição de seus grupos varia, seus valores se alteram ao longo do tempo, os agrupamentos acumulam novas experiências, vivenciam novos episódios, se defrontam com situações inesperadas, o prisma do presente sempre rerepresenta o passado de maneira distinta, julgando, porém, ser a mais adequada. Para Halbwachs, “todo sucede como cuando un objeto es visto bajo un ángulo diferente, o cuando es iluminado de manera diferente: la distribución nueva de las sombras y de la luz cambian a tal punto los valores de las partes que, reconociéndolas, no podemos decir que hayan permanecido tal como eran” (2004, p. 106). O presente, que cabe assinalar, é para o teórico um tempo social, da experiência concreta do grupo em sua realidade mais imediata, pressiona o indivíduo e as coletividades das quais faz parte a reelaborar seu passado

[...] es el porqué la sociedad obliga a los hombres, cada cierto tiempo, no solamente a reproducir en el pensamiento los acontecimientos anteriores de su vida, sino también a retocarlos, a recortarlos, a completarlos, de manera a que, no obstante estando convencidos de que nuestros recuerdos son exactos, les comuniquemos un prestigio que no poseía la realidad. (HALBWACHS, 2004, p. 138).

É, ainda tomando por base o pensamento halbwachiano, o grupo que fornece ao indivíduo o quadro onde este encontrará segurança para ancorar as suas lembranças. Deste modo, a formulação *marcos sociais da memória* pode ser considerada como o conjunto de

práticas, costumes, valores, noções, linguagem, experiências, sociabilidades, colocadas em funcionamento no interior do grupo e que desempenham o papel de mecanismos capazes de ordenar as atividades mnemônicas, em outros termos, “estes marcos son – precisamente – los instrumentos que la memoria colectiva utiliza para reconstruir una imagen del pasado acorda con cada época y en sintonía con los pensamientos dominantes de la sociedad. (HALBWACHS, 2004, p. 10).

Consequentemente, estes marcos sociais presentes no grupo – família, partido político, escola, etc.- permitem que o passado seja reconstruído em função do presente, não só a partir das necessidades colocadas pelo presente, mas também pelos “instrumentos” dispostos por este, condicionando, com alguma relatividade, a imagem do passado.

Acontece então, que para o ato de rememoração é necessário valer-se de dispositivos capazes de viabilizá-lo, quaisquer que sejam estes. O indivíduo lança mão então dos instrumentos disponíveis na sua coletividade mais próxima,

[...] cuando recordamos, partimos del presente, del sistema de ideas generales que está siempre a nuestro alcance, del lenguaje y de los puntos de referencia adoptados por la sociedad, es decir de todos los medios de expresión que pone a nuestra disposición, y nosotros los combinamos de manera que podamos reencontrar ya sea tal detalle, ya sea tal matiz de las figuras o de los acontecimientos pasados, y en generale, de nuestros estados de conciencia de antaño. Aunque esta reconstrucción no es nunca algo más que una aproximación. (HALBWACHS, 2004, p. 41).

Posto isto, consideramos que as memórias elaboradas pelos militantes comunistas no final da década de 1960 tem o Partido Comunista do Brasil como o quadro mais decisivo nas suas elaborações. É nesse sentido que o *burocratismo*, o *dogmatismo*, o *centralismo*, a própria trajetória do PCB, bem como a *liberdade*, *ditadura*, a noção de *sindicalismo*, são marcadamente elementos elaborados em cima do conjunto de práticas, valores e experiências construídos pelo grupo no final da década de 1950 e 1960, em que, destacamos para uma análise mais acuidade, por manifestar-se de maneira mais expressa, a crise de sua matriz teórico-política, o marxismo-leninismo em sua expressão mais stalinista. Em outros termos, se percorrermos com atenção a construção do PCB e mais detidamente a conjuntura do partido durante as décadas de 1950-60, poderemos compreender com mais precisão a maneira em que seus militantes lembraram seu passado e, neste caso específico, Everardo Dias.

### 2.3 O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E OS *QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA*

Até meados da segunda década do século XX o movimento operário brasileiro esteve fundamentalmente vinculado à ideologia e as concepções anarquistas. Em suas múltiplas expressões e combinações, a tendência predominante entre os trabalhadores durante os anos iniciais da Primeira República era o anarcossindicalismo. Preconizava-se como via de atuação política a greve, a ação individual, valorizava-se o poder educação, que deveria ocorrer através do teatro, da música e propaganda. Entre suas ações destacava-se a boicotagem e o ataque às máquinas, a ação direta. Como organização de maior importância figurava o sindicato em oposição a organização de um partido político autônomo e classista. (MARAM, 1979; HARDMAN, 2002)

De uma forma sintética, pois as leituras eram múltiplas e combinavam-se com pensamentos políticos e filosóficos por vezes radicalmente distintos, os anarquistas orientavam-se pelas reflexões desenvolvidas por pensadores como Piotr Kropótkin, Errico Malatesta, o pedagogo espanhol Francisco Ferrer, Joseph Proudhon, cujas influências podem ser verificadas no grande volume de impressos, jornais, revistas e periódicos publicados durante a Primeira República. (KONDER, 1988).

A crítica social e política não era, contudo, propriedade restrita aos grupos anarquistas. A recém proclamada República atraiu a desilusão dos mais diversificados segmentos sociais, entre estes estavam maçons e organizações anticlericais e promotoras do livre pensamento, que percebiam de maneira negativa a influência do catolicismo na sociedade e na política brasileira resistente em “modernizar-se” segundo os parâmetros do republicanismo. É nesta corrente que já se destaca a atuação do jovem Everardo Dias, como crítico ferrenho anticlerical, utilizando o impresso “O Livre Pensador” (1903-1904), editado por ele, como instrumento de expressão de seu pensamento. No geral, através de suas publicações, tentava desmoralizar a Igreja, publicando artigos contra o dogmatismo, a exploração da fé, o papismo e críticas severas às autoridades clericais que agrediam religiosos que professavam fé distintas. No “O Livre pensador”

Os temas eram os tradicionais: a mulher na sociedade, igualdade, ensino laico. Surgiam críticas aos maçons, espíritas e republicanos que, na vida política e pública, cediam às pressões da Igreja e não defendiam ideais anticlericais. A República era cobrada por permitir que o clero interferisse em decisões importantes como as propriedades de ordens religiosas e na educação. [...] No O Livre Pensador é possível perceber uma convivência do materialismo e do cientificismo com a defesa dos espíritas e de sua doutrina

contra os argumentos clericais: tratava-se da defesa da liberdade de culto. (SILVA, 1997, p. 16-18).

É, em virtude da crítica social e política, que Everardo Dias irá, ao longo da década de 1910, se aproximar do anarquismo, passando então a militar em favor das causas dos trabalhadores, angariando prestígio junto a estes e se destacando como orador nos comícios, passeatas e greves.

A década de 1910, e mais especificamente os anos correspondentes a 1917 a 1920 marcam o período de ápice da movimentação operária brasileira através das greves. Boris Fausto, ao pesquisar os movimentos ocorridos no estado de São Paulo (interior e capital) e também no Rio de Janeiro, contabilizou uma ocorrência superior à 200 greves (FAUSTO, 1986). Muito provavelmente a Revolução Russa demonstrando o poder da classe operária influenciou positivamente nas manifestações operárias entre 1917-1920. Contudo, não era a clareza que definia as escassas informações que chegavam ao Brasil acerca dos acontecimentos na Rússia. Travou-se, conseqüentemente, um combate entre as informações, ainda que precárias. O movimento era visto e criminalizado pela imprensa burguesa enquanto os líderes, em sua maior parte ainda anarquista, o defendia, mesmo sem a clareza necessária acerca da revolução e de suas diretrizes ou orientação.

O início da década de 1920 é marcado pelo descenso das greves operárias, da atividade dos sindicatos e da orientação anarquista. Esses dados são explicados principalmente pelo recrudescimento da repressão, porém este momento representa um período de importante inflexão: No momento de refluxo, os líderes do movimento operário se viram colocados

[...] numa situação de perplexidade: eles não sabiam como dirigir um recuo organizado da massa em face da onda de repressão que se desencadeava. Os ativistas começaram a constatar que não dispunham de instrumentos teóricos adequados para preservar, politicamente, ao menos algumas das conquistas obtidas no período anterior, nos anos de avanço. Generalizou-se entre eles, então, o sentimento de que era preciso buscar novas formas de organização, para tornar o combate mais eficiente (KONDER, 1988 p.125).

Não é possível considerar com precisão que este momento instaura uma nova concepção de partido no seio do movimento operário, embora já em 1919<sup>11</sup> surja no cenário nacional uma agremiação sob a denominação de Partido Comunista do Brasil que demonstra

---

<sup>11</sup> O Partido Comunista do Brasil fundado em 1919 embora receba essa denominação é de clara formação anarquista, seus fundadores tinham intensa participação no movimento operário e estavam à longa data filiados a concepções libertárias. Publicada pelo Partido o impresso *O que é maxismo ou Bolchevismo*, editados por Edgar Leuenroth, histórico anarquista, mais reafirma o pensamento anarquista que explicita bases do comunismo.

que a influência e o sucesso do partido bolchevique iniciara um processo de ressignificação no movimento operário em privilégio de atuação através de um partido revolucionário. Neste ínterim, grandes líderes do movimento operário passaram do anarquismo ou anarco-sindicalismo à propaganda e defesa da Revolução Russa e do bolchevismo e posteriormente a adesão ao comunismo. Apesar disto, “os comunistas brasileiros não surgiram no bojo de uma intensa e prolongada discussão, entre as lideranças então mais balizadas da classe operária sobre o movimento socialista nacional e internacional.” (ZAIDAN FILHO, 1985. p.19). Portanto, a mudança de orientação não significou a formação de um grupo teoricamente conciso, coerente e forte.

Uma forte tendência historiográfica é levada a abordar a fundação do Partido Comunista do Brasil sob a influência decisiva da Revolução Russa e mais diretamente da organização da Internacional Comunista como entidade atuante no sentido de organizar o movimento dos partidos comunistas em várias partes do mundo. Sem dúvida, trata-se de um elemento delicado pois não é possível considerar o predomínio das orientações soviéticas como unilaterais que foram *ipsis literis* aplicadas à realidade nacional, muito embora o partido bolchevique e as orientações soviéticas figuraram como horizonte para o PCB durante parte majoritária de sua trajetória política.

O peso das orientações da Terceira Internacional Comunista nas decisões do PCB deteve inúmeros historiadores, militantes e intelectuais. Edgard Carone considera que “mesmo antes do seu reconhecimento pela IC, os Estatutos anunciam ser o PCB parte integrante da Seção Brasileira da Internacional Comunista”, devido a sua redação, realizada por Astrojildo Pereira, ter sido grandemente “modelada” aos Estatutos da Sección Argentina de la III internacional. Para este autor, a ligação do PCB a IC não era meramente formal, “a ligação prende-o a um modelo que aparece delineado em todos os sentidos, desde a sua filiação ideológica até seu arcabouço organizatório” (CARONE, 1989, p. 94). Além disso, a opção realizada pelo PCB de aceitação das 21 Condições de Admissão<sup>12</sup> à IC, colocou-o em uma tarefa de organizar internamente o partido, buscando a centralização e coesão, combatendo os elementos divergentes e de formações “pequeno-burguesas” dentro do

---

<sup>12</sup>As 21 condições de adesão à IC foram elaboradas durante seu Segundo Congresso, com a intenção de organizar e coordenar os partidos comunistas de vários países, através de uma instituição de cunho centralizadora, que deveria prezar pela unidade e também eficiência.



Partido. Posto assim, uma aguda relação entre o PCB e os parâmetros soviéticos estabelecem-se desde a sua fundação, manifestando-se com configurações distintas ao longo de sua história, mas se enraizando como horizonte principal.

Além desta argumentação, Carone também utiliza o relato do “cometa de Manchester” para reafirmar a importância da Terceira Internacional Comunista na fundação do PCB. Segundo alguns militantes, com destaque especial para Afonso Schmidt, um operário de uma fábrica de tecidos de Manchester, Inglaterra, teria conversado com Edgard Leuenroth e proposto a esse a fundação de um partido comunista no Brasil, Leuenroth, anarquista histórico, teria recusado e indicado para tal tarefa Astrojildo Pereira. Este viajante seria um agente da IC que chegou a São Paulo no final do ano de 1921 reuniu-se com Astrojildo, que logo posteriormente começaria os preparativos para a fundação do PCB. Para Edgar Carone:

Durante muito tempo acreditava-se ser lenda a passagem de um emissário de Moscou por São Paulo. No entanto, a versão mostra ser verdadeira. O enviado, contudo, é apresentado pelos anarquistas como Raminson Soubiroff, enquanto aparece com o nome de Watson Davis, em “Relatório Secreto” apresentado por ele a Moscou (CARONE, 1989, p. 91).

Michel Zaidan considera que este relato está ligado “mais a lenda, ou ao anedotário do Partido e por isso nenhuma influência de peso teria sobre a linha a ser adotada pelo partido” (ZAIDAN FILHO, 1980. p.06) com a clara intenção de

[...] dar conta do papel da Internacional Comunista nas origens do PCB. Entretanto, para avaliar a relevância de tal ‘cometa’ (presumível delegado da IC para a América Latina, na história do Partido, basta lembrar que a CCE, em relato sobre a fundação do PCB, não lhe fez a menor referência (ZAIDAN FILHO, 1980. p.06)

Os livros de memórias escritos por influentes militantes do PCB não certificam a validade do relato<sup>13</sup>. Acrescenta-se o fato de Astrojildo Pereira nunca ter se posicionado a respeito dessa “lenda”, o que contribuiu para que fosse envolvida por polêmicas e dúvidas. Especula-se que ou não foi o relato capaz de atrair a atenção e seriedade do militante ou não se pode claramente desmenti-lo. Convergindo de opinião com os que consideram a autonomia e independência do PCB, Leandro Konder considera que na sua fundação e da atuação nos seus primeiros anos:

O que se empreendeu, na época, dependia de decisões tomadas aqui, com absoluta autonomia e sob a completa responsabilidade de

<sup>13</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982. BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

ativistas do movimento operário brasileiro. A influência exercida pela Internacional Comunista consistia apenas no fato de ela ter sido criada, no fato de ela existir e de ela esperar que os comunistas brasileiros se organizassem. O PCB não foi criado pela IC: foi criado por gente que atuava no nosso país, que se orientava em função da nossa realidade.<sup>14</sup>

A influência da IC na primeira década de existência do Partido Comunista é questionável. Leandro Konder ao realizar um mapeamento das leituras e interpretações das obras de Marx no Brasil até a década de 1930 observa que durante todo esse período, e mesmo com a fundação do PCB, a apropriação do marxismo se deu de forma equivocada, insuficiente e com ausência de um de seus elementos principais, a dialética. Segundo a análise de Konder, inúmeros militantes e intelectuais são apontados como possíveis leitores de Marx, contudo, o ecletismo, a formação positivista, a influência de pensadores anarquistas, do socialismo francês, das obras de Herbert Spencer, impediram o amadurecimento do pensamento marxista no Brasil. Além da interpretação apresentada por Leandro Konder, os próprios militantes do Partido assumem a deficiência teórica do partido nos seus primeiros anos. Astrojildo Pereira afirma que “de um modo geral e muito sumário podemos, contudo, constatar que o nível teórico era baixo, mantendo-se a discussão quase que só no terreno da atividade prática dos comunistas, inclusive naqueles pontos que mais se relacionavam com a linha tática do partido” (PEREIRA, 1962. p. 112). Heitor Ferreira de Lima, outro importante militante, reafirma a carência teórica vigente no Partido Comunista, mesmo Lênin “fundador do partido revolucionário” e que atraía a atenção e o fascínio dos militantes em decorrência da obra da revolução era pouco lido, “desconhecíamos as obras fundamentais de Lenin (...)” e a base do pensamento dialético muito menos, “bem pouca coisa conhecíamos de Marx e Engels” (LIMA, 1982. p.65).

Mesmo para o intelectual comunista, que dentre os primeiros militantes, segundo as suas memórias informam, possuía uma leitura de vasta obra marxista<sup>15</sup>, como Octávio

---

<sup>14</sup> O argumento defendido por Leandro Konder foi primeiramente exposto no prefácio de ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985, e foi posteriormente retomado em KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

<sup>15</sup> Textualmente Octávio Brandão apresenta as suas leituras “Comecei lendo *O Estado e a Revolução*, *A Moléstia Infantil do “Esquerdismo” no comunismo* de Lenin e o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels.” E prossegue acrescentando mais algumas das suas leituras “Lênin: *Que fazer?*; *A Democracia Burguesa e a Ditadura Proletária*; *Os Problemas do Poder dos Soviéticos*; *Os Bolchevistas e os Camponeses*; *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*”; “Marx e Engels: *A Guerra dos Camponeses na Alemanha*; *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*; *As Lutas de Classes na Alemanha em 1848-1850*; *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*; *A Guerra Civil na França*, sobre a Comuna de Paris; *A Miséria da Filosofia*; *Anti-*

Brandão não conseguiu levar a cabo uma apropriação consistente da filosofia marxiana<sup>16</sup>, Konder considera que

Do ponto de vista do instrumental conceitual utilizado, a inovação teórica mais espetacular do estudo é a adesão do autor à “dialética marxista”. Exatamente nesse ponto, porém, nos deparamos com um formidável mal-entendido, já que Brandão reduz a “dialética marxista” à tríade hegeliana: “tese-antítese-síntese”. (KONDER, 1988. p. 146).

Mesmo sem uma baliza apropriada da relação PCB/Internacional Comunista é possível ponderar que esta tenha tido um caráter decisivo na formação e organização teórica e prática do PCB. Tal argumento nos é caro, por demonstrar que é sob esse alicerce, sob a tentativa esforçada do PCB de organizar-se a partir de parâmetros teórico-políticos da IC que práxis política do PCB irá se construir. Muito embora ainda estamos nos passos iniciais da consolidação do Partido e episódios importantes dessa relação ocorreram, como por exemplo no início da década de 1930 o recrudescimento das orientações stalinistas.

Para Edgar Carone (1987) O Partido Comunista do Brasil surge em 1922 com vistas à adesão a Terceira Internacional Comunista, entretanto sua primeira tentativa foi frustrada<sup>17</sup>, somente em 1924 com a atuação de Astrojildo Pereira o partido é aceito. Os primeiros anos de atuação do PCB são marcados pelo esforço de organizar o partido internamente, primando pela centralização e coesão, ao mesmo tempo em que ansiava a integração à classe operária e o reconhecimento internacional. Destacam-se também as tentativas, ainda que malogradas, de utilização do arcabouço teórico e filosófico, para a explicação da realidade brasileira. Enfim, a atuação do Partido Comunista na década de 1920 esteve mais ligada ao processo histórico singular vigente no Brasil do que a aplicação fiel das diretrizes da IC. O mesmo não se verifica a partir da década de 1930.

---

*Dühring; Ludwing Feuerbach; A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado; um resumo de O Capital. O ‘Prefácio’ da Contribuição à Crítica da Economia Política (BRANDÃO, 1978, p. 231-232)*

<sup>16</sup> A publicação de *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil* em 1924 por Octávio Brandão constitui um relevante objeto para o estudo da apropriação das ideias de Marx no Brasil.

<sup>17</sup> O Partido, influenciado por Astrojildo Pereira, delega à Antônio Bernardo Canellas a tarefa de representá-lo no IV Congresso da IC, em Moscou. Devido aos posicionamentos e observações levantadas por Canellas, principalmente sobre a existência de elementos maçons e anarquistas no PCB é negada a adesão como Seção da IC. No retorno ao Brasil instala-se um grande debate a respeito do congresso e das afirmações de Canellas, o desfecho é a expulsão do militante em 1924. Sobre o incidente, ver: CARONE, Edgar. Uma polêmica nos primórdios do PCB: O incidente Canellas e Astrojildo (1923) In: *Memória & História*, nº 1, Ciências Humanas, São Paulo, 1981; Salles, Iza. *Um cadáver ao Sol*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

A historiografia acerca do Partido Comunista do Brasil é frequentemente levada a dividir a sua trajetória em períodos. Cada período possui suas especificidades internas, teoria e organização, e externa, situação histórica brasileira e internacional. O primeiro ciclo tem seu início em 1922, com a fundação do Partido, encerrando-se no III Congresso em 1929, marcado pelas cisões internas; o segundo corte vai de 1930 a 1937, período do *Estado Novo* e regime de Getúlio Vargas; de 1937 à 1945 o partido se mantém na inatividade e quase deixa de existir, devido à repressão; o quarto momento vivenciado pelo PCB é o da legalidade e obtenção de alguns êxitos eleitorais (1945-47) e perdura até 1956 marcado por cisões internas. O “ultimo” ciclo vai de 1956 a 1972. Neste recorte verificam-se acontecimentos significantes como o XX Congresso do Partido Comunista Russo período da Ditadura Militar, momento em que inúmeros militantes e ex-militantes foram presos, torturados ou exilados. (ARCARY, 2010)

O início da década de 1930 pode ser considerado como um momento de recrudescimento da relação entre a seção brasileira e a Internacional Comunista. Seus principais militantes e intelectuais são afastados pela prática da “proletarização” ou “obreirismo”. De maneira sintética, essa prática excluía dos cargos de direção os intelectuais, partindo da justificativa que a direção do partido cabia ao verdadeiro proletariado. Desta forma, alguns militantes – principalmente os ligados à antiga formação –, dentre eles, Astrojildo Pereira, Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira de Lima foram afastados ou isolados do Partido. Esta mesma prática será encetada em outros partidos da América do Sul principalmente a partir da ação do lituano August Guralski, que assume a direção do Secretariado Sul-Americano da Internacional<sup>18</sup>.

A década de 1950 apresenta um momento marcante da relação entre os militantes pecebistas e as orientações do partido soviético. Joseph Stálin, saiu vitorioso da Segunda Guerra Mundial, angariando ainda mais prestígio. Sua influência política e sua figura passam a ser cada vez mais enaltecidas, utilizando da centralização e do culto à personalidade como estratégias para a realização de tal tarefa. Para José Frederico Falcão (2012), esse processo

---

<sup>18</sup> Um maior esclarecimento acerca do “obreirismo” e da atuação de August Guralski e sua mulher Inês encontra-se em PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista do Brasil (1922-1964). São Paulo: Alfa- Omega, 1984, p. 131 à 143 e SILVA, Carine Neves Alves da. Secretariado Sul Americano e Partido Comunista do Brasil (1926-1930). Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

teve implicações sérias e evidentes no pensamento e na prática política do PCB no referido período:

Tínhamos, então, no Brasil um Partido Comunista que, na ilegalidade, ampliava o grau de centralização das orientações políticas em torno do chamado “núcleo dirigente” (membros do Secretariado da Comissão Executiva do C.C.), e, em especial, da figura de Diógenes de Arruda, secretário de Organização. Cultuava-se a personalidade de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido, a partir de 1947 em rigorosa clandestinidade. E, neste mesmo período, desenvolvia-se uma política ultra-sectária, mais preocupada com as questões mundiais (e da URSS) do que com a realidade brasileira, tendo ponto culminante no Manifesto de Agosto de 1950. Nele ficava clara a preocupação do PCB com o risco de uma guerra mundial (nuclear) e seus efeitos no Brasil e o despreço pelas questões nacionais como as eleições presidenciais. (FALCÃO, 2012).

O Partido Comunista do Brasil passou não só adotar o pensamento stalinista, codificado na formulação marxismo-leninismo, como perspectiva, mas também a organizar-se internamente tomando como vetor as orientações soviéticas. É neste sentido que durante a década de 1950 se instalará no partido práticas cada vez mais dogmáticas, centralizadoras, anti-democráticas, burocratizante, que passaram a se constituir posturas e valores a partir dos quais os militantes posteriormente se lembrarão.

#### 2.4 EVERARDO DIAS E O *ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA*

A memória coletiva, segundo as elaborações de Maurice Halbwachs, encontra sua força, durabilidade e expressão na natureza dos grupos sociais. Assim, somos levados a considerar que a coesão, o pertencimento, a identificação, a harmonia e o apego ao grupo são aspectos determinantes na construção da memória coletiva. É inegável que sua obra tenha dado um peso maior à coletividade em detrimento do indivíduo, a coesão em prejuízo do conflito, e tenha conseqüentemente diminuído a dimensão problemática dos grupos sociais. A rigor, os indivíduos desempenham funções distintas em cada grupo, estão ligados a agrupamentos menores, estão sujeitos a relações de poder, possuem um maior ou menor vínculo tanto afetivo quanto ideológico. O indivíduo pertence ao grupo sempre de maneira problemática. A utilização de categorias halbwachianas não prescinde a necessidade de avançar e mesmo problematizar a sua noção estrutural de sociedade. É necessário recorrer aos quadros sociais da memória e a concepção de memória coletiva para reconhecer o caráter social da memória e, no funcionamento dessas categorias teóricas, compreender o papel desempenhado pela memória nos grupos sociais. Entretanto, cabe atentar-se para a

estratificação social, presente nas classes sociais, gêneros, etnias e qualquer agrupamento. Qualquer coletividade na qual esteja inserido – família, escola, partido político –, traz consigo uma série de conflitos internos que não podem ser atenuados no tratamento da memória. Michael Pollak (1989; 1990) em suas reflexões procurou problematizar alguns aspectos pontuais da obra halbawchiana apontando para o caráter conflitivo dos grupos sociais e para as disputas políticas pela memória.

Em termos sintéticos, as formulações desenvolvidas por Michael Pollak concordam com a memória como um fenômeno construído. Sua abordagem política centraliza, diferentemente de Halbwachs, a dimensão conflitiva dessa construção. Sendo assim, ele aponta para a atividade mnemônica como fruto de um processo seletivo, “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (1992, p.04). Essa seleção atende a desígnios políticos, a interesses pessoais. É necessário selecionar, precisar, escolher o conteúdo da lembrança. Reafirma-se assim a contraposição entre lembrança e esquecimento, entretanto, passam a ser interpretadas pelo viés dos interesses em disputa. Considerar seleção como uma operação da memória é novamente reafirmar acerca da sua natureza construtiva.

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p.04-05).

Tais formulações nos levam a ponderar acerca dos processos pelos quais a memória, como estrutura que viabiliza a lembrança e o esquecimento, opera. Embora esta esteja submetida a interesses, a disputas políticas no interior dos grupos sociais, ela é designada à pretensão de se autonomizar, de apresentar-se como livre dos conflitos inerentes ao grupo. Neste sentido, sua expressão pode ser facilmente apreendida como um ente superior ao grupo, imutável, atemporal e alheio à atividade dos indivíduos. Em outros termos, a memória pode se manifestar fundamentalmente distinta de sua verdadeira natureza socialmente construída.

Os processos de elaboração da atividade mnemônica, segundo a abordagem de Pollak, possuem uma intrínseca relação com a identidade social, que pode ser lida também como identidade do grupo. Estabelecer o que e/ou como deve ser lembrado ou esquecido é determinar o que é importante para o grupo em um determinado momento histórico, o que é necessário para manter a sua unidade.

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 05).

O sentimento de identidade, segundo alerta Pollak, é instrumentalizado em seus textos num sentido menos problematizado: “como imagem de si, para si e para os outros”. Isto é, como o resultado da construção e coleção de um conjunto de referências discursivas, imagéticas, semióticas e históricas, capazes de fornecer para o indivíduo, como também para grupo, uma imagem de si. A história, portanto, como a reunião de acontecimentos e episódios pertencentes ou não a trajetória do grupo ou indivíduo, fornece o material necessário para a elaboração da memória e do sentimento de pertencimento e identidade. Entretanto, esta precisa ser elaborada, ser submetida a um “verdadeiro trabalho de organização”. É identificando esses processos que Michael Pollak formula a categoria “*enquadramento da memória*” para designar o conjunto das operações através das quais se edifica a memória.

O processo de *enquadramento da memória* desempenha distintas funções em uma coletividade. No geral, estão sempre ligadas à própria existência do grupo e aos objetivos que este pode servir, decorre disto a importância da memória como um elemento em disputa política. Para Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (POLLAK, 1989, p. 10).

Tomando então a memória como o resultado de uma construção, produto de um enquadramento onde pesa as disputas e os interesses colocados em conflito, cabe esclarecer acerca dos agentes de sua elaboração. Para enunciar acerca do passado, para veicular uma explicação, não só do que ocorreu, mas da própria natureza da existência do grupo é necessário ter credenciais. É imperativo ter um vínculo relativamente forte e reconhecido pela majoritária parte dos integrantes da coletividade. Em determinados grupos sociais, como alerta Pollak, existem os “historiadores da casa” que têm a autorização para falar, assim como exclusividade à visita de documentos e acervos. É necessário também produzir uma imagem que tenha coerência com a série de outros discursos relativamente sólidos e aceitos pelo grupo, “[...] ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização.” (POLLAK, 1989 p. 11).

Vasto é o acervo de interpretações acerca da trajetória das lutas políticas travadas pelo Partido Comunista do Brasil em prol dos trabalhadores ao longo de sua militância na política brasileira durante parte significativa do século XX. A rigor, a partir da década de 1980, as interpretações ganharam um tratamento acadêmico e passaram a ser aceitas se submetidas à um rigoroso processo de análise científica. Entretanto, a produção anterior, entendida como “produção militante” (BATALHA, 1990), que na verdade não se extinguiu e ainda hoje procura explicar seu passado, figurava como espaço onde o tema era prioritariamente tratado. Seus militantes, a partir do lugar que ocupavam e segundo alguns dos preceitos que apontamos construíram um saber acerca de sua história. Saber, evidentemente, submetido a regras distintas dos parâmetros acadêmicos, mas que, sem dúvida, eram onde se podia buscar com confiança e prestígio o passado dessa organização. Militantes com intensa participação e colaboração despenharam o papel de historiadores e foram impelidos a recordar a trajetória do Partido e, aos poucos, constituíram um acervo documental que é muito elucidativo. Este “acervo” é capaz de informar acerca da história possível de ser escrita pelos militantes, em sua relação específica com o partido, com os instrumentos disponíveis para a aproximação e averiguação do passado, acerca das condições e operações que permitiram representá-lo de tal maneira.



Esse é o caso de Everardo Dias que em 1961 reuniu a sua experiência de militância e as reflexões desenvolvidas ao longo de sua vida em um texto de caráter autobiográfico e memorialístico. O referido texto, sob o título de *História das Lutas Sociais no Brasil*, foi publicado pela primeira vez em 1962, sendo reeditado e publicado em 1977, e desde então passou a ser referência fundamental de muitos trabalhos acadêmicos que tratam do tema. É esta fonte documental capaz de nos informar acerca de como Everardo Dias, assim como outros militantes, experimentaram a política pecebista do final da década de 1950 e sua turbulenta conjuntura.

Everardo Dias nasceu em 1883, na cidade de Pontevedra, Espanha, contudo, ainda criança deixou a península Ibérica, acompanhando o pai, para residir no Brasil, mais precisamente em São Paulo. Durante seus primeiros anos de atuação profissional, dedicou-se como caixista-tipógrafo no jornal Estado de São Paulo e como professor de História, além de ocupar diversos cargos na maçonaria. Já em 1903 dera maior publicidade à sua visão crítica acerca da realidade ao dirigir “uma das publicações mais interessantes do movimento operário brasileiro do começo do século” (KONDER, 1988, p. 85), o *Livre Pensador*. Sua primeira militância foi no âmbito do anticlericalismo. Através do impresso *Livre Pensador*, publicação de vida bastante breve (1903-1904), expressava sua crítica à Igreja católica e a sua influência na sociedade e na política brasileira. A rigor, a vida e obra do militante anticlerical, que posteriormente durante década de 1910 aderiu o anarquismo e após a fundação do Partido Comunista do Brasil passara a militar no comunismo, ainda não foi alvo de estudos sistemáticos. Sua militância anticlerical foi brevemente abordada por Eliane Moura da Silva quando interessada em entender o anticlericalismo e a militância em prol do livre pensamento durante a Primeira República encontrou as publicações de *O Livre Pensador*. Trata-se na verdade de uma publicação ainda muito ligada à sua relação com a maçonaria, sua crítica à Igreja católica e aos descaminhos políticos da Primeira República. Para Silva, a crítica social e política, que não se subsumia a somente um grupo ou uma organização, nem sempre encontrara, durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, uma rigidez em suas fronteiras (2012). Neste sentido, as fronteiras entre os diferentes agrupamentos não era, muitas das vezes, empecilhos para a comunicação. Michel Goulart da Silva concorda com esse pensamento quando assente que

[...] nas primeiras décadas do século, ainda havia espaços de convergência entre maçons e diferentes correntes do socialismo, fazendo com que figuras como Everardo Dias e Cristiano Cordeiro, que circulavam entre anarquistas, comunistas e maçons, não fosse encarado com estranhamento por seus contemporâneos. (GOULART, 2015, p. 127).

O fato é que essa convergência permitiu que Everardo Dias se aproximasse do anarquismo e do movimento operário durante o segundo decênio do século XX angariando prestígio e respeito entre os trabalhadores.

Na segunda metade dos anos 1910, Everardo acompanhou a ascensão do movimento operário. Em suas atividades como tipógrafo e depois como jornalista, tinha proximidade com trabalhadores gráficos que constituíam um setor dos mais combativos nos âmbitos político e sindical. (RIDENTI, 2010, p. 21).

No início da década de 1920 a deportação como um instrumento de repressão ao movimento operário, e mais especificamente ao anarquismo, já havia se consolidado como prática convencional do Estado. Desde 1907, com a aprovação da Lei de nº 1.641 (conhecida como Adolfo Gordo), inúmeros militantes operários e anarquistas haviam sido condenados à deportação. Em virtude de suas atividades políticas (participação em greves e contribuição à imprensa operária), bem como sua vinculação ao anarquismo, Everardo Dias conquistou prestígio junto aos operários, passando a constituir alvo privilegiado da repressão estatal. Foi, em decorrência disso, preso e sentenciado a uma deportação frustrada, visto que as pressões de grupos operários e de grandes personalidades maçons, atestando inconstitucionalidade da medida, conseguiram a incomum revogação da sentença e o retorno do *Benevente*, embarcação que o levaria para a Europa. De volta ao Brasil publicou *Memórias de um exilado* (episódios de uma deportação) em 1920, onde registrou todas as etapas do processo de deportação e as condições carcerárias a que eram submetidos imigrantes, operários e anarquistas. Para Endrica Geraldo (2012), a intervenção da imprensa operária, instrumento pelo qual os trabalhadores denunciavam as arbitrariedades da repressão, foi um fator decisivo para a revogação da sentença de deportação de Everardo Dias.

Durante a década de 1920 Everardo Dias teve uma movimentada vida política, publicando artigos na imprensa operária (*A Plebe*, *A Vanguarda*, *Jornal do Povo Trabalhador*, dentre outros). Não se pode precisar uma data, mas aderiu ao pensamento comunista e a partir da fundação do Partido Comunista do Brasil filia-se passando a militar em seu favor. Pode-se presumir que a mudança de seu posicionamento político-ideológico tenha ocorrido no conjunto da filiação de outros militantes ao pensamento comunista na virada da década de 1910-1920. Durante toda esta década atua no sentido de consolidar o partido ao lado de

militantes de maior expressão como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, que eram também seus amigos próximos.

Já no início da década de 1920 teve importante atuação na fundação do grupo Clarté no Brasil que, segundo informa Konder (1988), seria uma organização que atuaria no sentido de divulgar o pensamento comunista e as realizações da República soviética, constituindo-se como uma espécie de “Internacional do pensamento”. Entre outras atividades nesta década, conta também a publicação de *Delenda Roma! Conferências anticlericais* (1921) que na verdade se constitui da reunião dos artigos publicados em *O Livre Pensador* e das suas conferências em oposição à Igreja católica, seus ritos, dogmas e influências. O fundamento de *Delenda Roma!* é a reafirmação de seu pensamento expresso nas publicações de *O livre pensador*: combater a influência prejudicial dos preconceitos religiosos e dos métodos autoritários; libertar o pensamento do conhecimento baseado na moral religiosa; promulgar a ciência como caminho para o saber; promover a igualdade e a harmonia social. (DIAS, 1921, p. 20-27).

É fato que passou o restante da sua vida ligado ao Partido Comunista do Brasil, e que também desempenhara papel importante nesta organização, sobretudo no que diz respeito às atividades de imprensa, pois ocupando a administração da gráfica ligada à maçonaria viabilizava a publicação de impressos e panfletos comunistas como foi o caso do importante impresso pecebista *Movimento Comunista*. Também em 1928 participara da construção do Bloco Operário e Camponês – BOC, chegando a se candidatar para o conselho municipal de São Paulo. Mesmo assim são poucas as menções feitas à sua trajetória política pelos militantes pecebistas, e mesmo pela historiografia. Sabemos que ainda no início da década de 1960 (31/02/1960) permanecera ligado ao partido segundo informa Astrojildo Pereira em artigo publicado na revista *Novos Rumos*: “[...] e o velho combatente Everardo Dias, que permanece firme no seu posto, foram dos primeiros a aderir ao Partido”<sup>19</sup>. Nos jornais vinculados ao Partido Comunista do Brasil, em fins da década de 1950 e início da década seguinte, entretanto, seu nome não aparece nas publicações como um colaborador, sua participação também não é noticiada pelos militantes que em suas autobiografias trataram do passado recente do partido, o que nos faz corroborar com a ideia de que sua vinculação a agremiação no dado período não significava mais uma atuação direta na organização partidária.

---

<sup>19</sup> PEREIRA, Astrojildo. Primeiros Dias do Partido, Revista *Novos Rumos*, 25 a 31 de Março de 1960.

Pode-se presumir a ausência de Everardo Dias na militância do PCB entre as décadas 1950-60 também a partir da entrevista fornecida por Octávio Brandão ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Quando perguntado acerca da morte de Everardo Dias, Octávio Brandão, que esteve envolvido no partido até o fim de sua vida afirma: “Não sei, parece que depois de 30, mas não sei bem”<sup>20</sup>.

A rigor, a trajetória de Everardo Dias expressa uma experiência multifacetada, de militante que transitou em diferentes organizações, como a maçonaria e o PCB, e que teve vínculos efetivos com essas organizações. Entretanto, é também a expressão de uma trajetória peculiar que insiste em não se resumir a somente uma orientação político-ideológica. *História das Lutas Sociais* é, como procuramos apontar, a tentativa de recuperar a trajetória das lutas dos trabalhadores no Brasil, e do PCB, a partir de um lugar, com determinações sócio-históricas, com interesses e disputas, com enquadramentos. Mas sob essas condições quais as lembranças e esquecimentos que Everardo Dias conseguiu realizar acerca das lutas e do movimento dos trabalhadores ao longo de seu texto?

---

<sup>20</sup> REGO, Otávio Brandão. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 p. dat.

### 3 QUANDO SE LEMBRA? O PCB E A CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL (1958-1962)

*É interessante pensar que o passado vai se modificar. Em geral pensamos que o futuro é que está sujeito a alterações. Não. O passado também é uma reinvenção. Dependendo do que se determina no passado, altera-se no presente.*

Affonso Romano de Sant'Anna

#### 3.1 O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: OS MILITANTES PECEBISTAS E SUAS PUBLICAÇÕES MEMORIALÍSTICAS (1956-1967)

Em 1976 com o intuito de apresentar sua autobiografia aos futuros leitores, Octávio Brandão, destacado militante comunista, pondera: “aos 80 anos de idade, dos quais 65 de lutas, depois de tantas vidas vividas numa só vida, creio que tenho o direito de evocar recordações vividas, fazer o balanço dos combates travados e experiências vividas – em vista do presente e do futuro.” Apresentada uma justificativa para seu empreendimento autobiográfico<sup>21</sup>, prossegue a longa e densa narrativa onde busca recuperar sua trajetória de vida como “Patriota e humanista, democrata e revolucionário” Embora percorra factual e demoradamente as paisagens naturais de Viçosa (AL) “pequena cidade perdida no interior do nordeste do Brasil”, a sua infância que decorrerá de maneira “triste e penosa” além de uma diversidade de aspectos de sua vida pessoal, o desígnio de lançar-se na sua construção autobiográfica obedece, antes de tudo, um interesse e um dever político. Almeja reconstruir sua trajetória política. (BRANDÃO, 1978, p. 23-45).

Militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) desde poucos meses depois de sua fundação em 1922 e, antes mesmo desta data, integrante ativo do movimento operário tanto no Nordeste, sua região de origem, quanto em São Paulo e Rio de Janeiro, Octávio Brandão<sup>22</sup> possuiu uma trajetória de intensa participação no cenário político brasileiro, sobretudo no segmento dos movimentos encabeçados pela classe trabalhadora. Não obstante, sua destacada

<sup>21</sup> É necessário atentar-se para uma questão histórico-temporal que nos é cara como argumento central deste capítulo. Embora este texto autobiográfico em uma versão estendida e densa fora publicada ao final da década de 1970, momento peculiar da história política brasileira – vigência da ditadura civil-militar iniciada em 1964 – grande parte dos textos que o compõe e as reflexões que Octávio Brandão desenvolve foram publicados e editados em momentos anteriores, durante as décadas de 1950-60, alguns inclusive sem ou com pouca alteração no que tange ao texto e conteúdo. Caso exemplar é o de **Vida Vivida – Recordações**, texto publicado na Revista Brasiliense, em 1962.

<sup>22</sup> A bibliografia acadêmica que trata acerca da trajetória do militante é relativamente extensa e encontra-se, em alguma medida, sistematizada em: AMARAL, Roberto Mansilla. **Uma memória silenciada: ideias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão (1917-1980)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminenses. Niterói, 2003.

atuação e prestígio, especialmente entre os militantes comunistas, não o privou, segundo adverte, de ser alvo de uma “sistemática conspiração do silêncio”<sup>23</sup>. A tarefa política que sua autobiografia pretende realizar é, portanto, entender e combater o silêncio que “fazem” a respeito de sua trajetória. O militante comunista considera-se “[...] boicotado e bloqueado por todos os lados – pela direita porque é profundamente reacionária e pela ‘pretensa’ esquerda, porque é oportunista até a medula” acusa-os porque “[...] fazem conspiração do silêncio em torno da vida, obra e luta. Tratam de sepultá-las, como se nunca tivessem existido.” (BRANDÃO, 1978, p. 28). Para defender-se e rejeitar o esquecimento ao qual pondera ser sistematicamente alvo pretende responder “Quem sou? De onde vim? Como vivi? Quê realizei?” (BRANDÃO, 1978, p. 23). E assim ambiciona inscrever-se na história dos “combates e batalhas” que a classe operária enfrentou ao longo do século XX no Brasil. Consequentemente, seu texto passa a se constituir uma peça-chave em um momento bastante peculiar experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro e, como se verá, outros lançar-se-iam ao seu lado numa intensa disputa política e por memória.

Em 1962 outro importante texto chega ao público e passa a compor o cenário literário da esquerda comunista, e mais particularmente as alas do Partido Comunista do Brasil<sup>24</sup>, desta vez sob a autoria de Astrojildo Pereira<sup>25</sup>. A *Formação do PCB 1922/1928*, publicado pela Editorial Vitória, em 1962, acresce o conjunto publicações elaboradas pelo militante

<sup>23</sup> *Combates da Classe Operária*, Revista Brasiliense, 1962.

<sup>24</sup> Em 1961, gozando de uma relativa semilegalidade, o Comitê Central do Partido opta pela mudança do nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro na tentativa de adequar-se à legislação para legalizar-se, afirmando-se assim, na circunstância da burocracia institucional, como um partido nacional e não como uma célula de uma organização estrangeira. Portanto quando adotarmos a legenda Partido Comunista do Brasil nos referimos ao período que vai de 1922 a agosto de 1961, e Partido Comunista Brasileiro a mesma agremiação no período seguinte. Mantém-se a abreviação PCB durante todo o período. É comum encontrar na documentação e nos artigos produzidos por militantes e publicados até 1961 a indistinção quanto a legenda, deve-se ao fato de somente em 1962 surgir outro partido que pretende-se também nacional e comunista (PCdoB), não havendo portanto necessidade de diferenciação até então. Ver, a título de exemplo, os artigos de Astrojildo Pereira reunidos em: **Z Aidan Filho, M. Construindo o PCB: 1922 - 1924**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

<sup>25</sup> Militante de intensa participação no movimento operário brasileiro desde as primeiras décadas do século XX, inicialmente como anarquista. No Partido Comunista Brasileiro, que ajudou a fundar em 1922, Astrojildo Pereira foi eleito como Secretário Geral nos primeiros anos. Em 1928 passou a atuar como membro do Comitê Executivo. Morou na URSS durante os anos de 1929 e 1930, durante o período enviou cartas ao Brasil onde relatava a situação econômica, social e política do país, cartas, que posteriormente, em 1934, iriam compor um de seus trabalhos, *URSS, Itália, Brasil*. Afastado da Secretaria Geral do Partido em 1930, pela prática do “obreirismo” então vigente, Astrojildo solicitou a desfiliação em 1931 e retornou ao Partido em 1945, este afastamento formal não significou o distanciamento da militância comunista, que ocorreu através de sua atuação jornalística e literária. Faleceu em 1965, ainda filiado ao Partido. Ver sobre: FEIJÓ, Martin Cezar. **Formação Política de Astrojildo Pereira (1890/1920)**. São Paulo: Novos Rumos, 1985. LENA JUNIOR, Hélio de. **Astrojildo Pereira: Um intransigente Libertário (1917 – 1922)**. Dissertação de mestrado. Vassouras. Universidade Severino Sombra, 1999.

comunista que ao longo de sua trajetória contribuiu em jornais, revistas e periódicos populares (*A Classe Operária*, *Novos Rumos* (RJ) *Movimento Comunista*, *A Nação*) e publicara também em formato de livros (PEREIRA, 1917; 1962; 1979; 1980 1985). A tonalidade assumida no texto é radicalmente distinta da publicação elaborada por Octávio Brandão, muito embora, coerentemente, inúmeros aspectos os unem. Enquanto em *Combates e Batalhas* o caráter autobiográfico é explicitamente assumido, permitindo assim que as inflexões realizadas por Brandão manifeste declaradamente seu posicionamento político e ideológico acerca de determinados aspectos da história do Partido, de seus militantes e episódios, a *Formação do PCB* assume uma proposta relativamente tímida: “[...] reunir em volume uma parte desses artigos e notas já divulgados, e certamente mais ou menos esquecidos, que apresentamos a título de simples apontamentos para servir a história da formação do Partido” (PEREIRA, 1962, p. 09). Trata-se, portanto, de uma coletânea de artigos escritos e publicados durante os anos de 1922-28, na imprensa popular<sup>26</sup>.

O livro de Astrojildo Pereira aparece como uma resposta, segundo ele sugere, à demanda de muitos militantes que “entendem que podemos (e que até devemos) escrever a história do Partido” (PEREIRA, 1962, p. 09)<sup>27</sup>. Embora competente para tal tarefa sente-se desanimado a fazê-la, em virtude, principalmente, da ausência e dispersão de seus documentos, decorrente das frequentes perseguições e da pouca vida legal que o Partido gozara. Nesta impossibilidade prossegue então com a reunião de artigos que poderá se constituir de “material” para uma “construção” futura de uma história do Partido. Sua publicação carrega então, implicitamente, o interesse em tornar-se fonte histórica<sup>28</sup>. E de fato consagrou-se entre trabalhos posteriores como relevante fonte documental<sup>2930</sup>.

<sup>26</sup> Dos artigos reunidos na publicação somente dois ultrapassam os limites 1922-1928, datando respectivamente 1954 e 1961, sendo este último o único referenciado: *Novos Rumos*, de 14 de abril de 1961.

<sup>27</sup> Embora o diálogo aqui estabelecido se valha, com prioridade, das publicações em formato (auto)biográfico, essa discussão é também travada nas páginas dos jornais e impressos, onde os militantes investem, recorrentemente, o interesse na construção de uma memória. A *Bandeira do Partido*, 20 a 26 de abril de 1962, *Novos Rumos*; *Primeiros Dias do Partido*, 20 a 26 de abril de 1962, *Novos Rumos*; *A Fundação do Partido Comunista do Brasil*, 13 a 19 de abril de 1959, *Novos Rumos*.

<sup>28</sup> “[...] e não será difícil perceber nestas páginas mais de uma sugestão para monografias e ensaios, como também para depoimentos, memórias e reportagens, etc.” PEREIRA, op. cit., p. 10.

<sup>29</sup> A título de exemplo, ver: SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1989, trabalho construindo com larga utilização de *A Formação do PCB* como fonte documental.

<sup>30</sup> Marly de Almeida Gomes Vianna afirma que o texto de Astrojildo Pereira seria na verdade o resultado de uma tentativa, em 1961, da escrita da história do partido a partir de uma comissão composta por Astrojildo Pereira, Apolônio de Carvalho, Mário Alves e ela mesma. VIANNA, M. A. G.; PEREIRA, A. Nas origens do comunismo brasileiro. São Paulo, 2012. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio).

A rigor a memória é fruto de um “verdadeiro trabalho de organização” no qual o indivíduo, como um sujeito ativo dos processos sociais, “grava, recalca, exclui, relembra” (POLLAK, 1992, 05), em função do presente e do futuro. Este processo de seleção tem suas origens sobretudo nas relações sociais, que acontecem em um tempo e circunscritas a um determinado espaço, respondendo em última instância à ordem histórica. É neste sentido que Octávio Brandão, pertencente um determinado grupo, e uma conjuntura política, vai sistematicamente opor-se à tentativa de construção de uma memória em a *Formação do PCB*, antagoniza, por conseguinte, à proposta política subjacente.

No ano posterior a publicação de a *Formação do PCB*, Octávio Brandão, que inclusive em outros tempos (1920-30) tivera uma intensa atividade conjunta com Astrojildo Pereira nas tarefas de construção e consolidação do Partido, assevera sobre o texto: “Abstrai-se dos combates e combatentes. Está cheio de omissões. Silencia a verdade histórica. Não faz justiça histórica”<sup>31</sup>. Após listar inúmeros militantes operários, “homens simples do povo trabalhador”, indaga com severidade, “mas o camarada Astrojildo Pereira, em seu livro *Formação do PCB*, não dedica sequer uma linha aos militantes operários. Não cita sequer um único operário comunista, mesmo os que faleceram. Esquece suas vidas e suas lutas. Como explicar tamanha conspiração do silêncio?” e prossegue acusando-o “[...] O camarada Astrojildo Pereira faz o contrário. Silencia até mesmo os combatentes que ele conheceu de perto”<sup>32</sup>.

Octávio Brandão prossegue todo seu texto percorrendo detidamente a publicação de Astrojildo Pereira, questionando com vigor cada ponto do que ele considera ser uma “conspiração do silêncio”. Opõe-se assim sistematicamente à escolha dos temas, dos episódios, a seleção dos nomes, a escolha das datas, dos jornais e impressos. Adverte: “A obra fala sobre Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho. E por que não fala sobre o jornalista Sady Garibáldi e outros intelectuais da época? Por que só menciona de raspão o jornalista Pedro Mota?”<sup>33</sup>. Por mais que, como apontamos anteriormente, a obra de Astrojildo Pereira se constitua de uma coletânea de artigos publicados nos jornais, ela não deixa, como entendeu Brandão, de elaborar uma rigorosa seleção. Uma seleção que carrega, tese que pretendemos evidenciar a respeito destas publicações autobiográficas coetâneas, uma intencionalidade

---

<sup>31</sup> BRANDÃO, 1963, p. 65.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 68-69.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 70



política e é fruto de determinações conjunturais. Ainda tratando sobre os intelectuais, Octávio Brandão conclui: “[...] destaca outros intelectuais que são ou foram pessoas excelentes. Mas deixaram de militar nas células e organizações do PC. Não tinham nenhuma tarefa específica. Limitavam-se a atitudes simpáticas de tempos em tempos, em espírito de continuidade”<sup>34</sup>. Cada nome selecionado representa, portanto, uma posição política que Octávio Brandão recusa sistematicamente e se arrisca inclusive propor nomes substitutivos<sup>35</sup>.

Também Leôncio Basbaum (1907-1969) não se absteve do “dever” de prestar contas, de “refletir sobre seu passado” (BASBAUM, 1967, p. 13). Militante com atuação de destaque em diversos momentos e tarefas no PCB, foi responsável pela organização do 1º Comitê Regional da Juventude Comunista em Recife, em 1927, e posteriormente seguiu para Bahia com igual propósito, ainda neste mesmo ano passaria a compor o Comitê Central Executivo do Partido ficando responsável pela organização da Juventude Comunista a nível nacional. Em 1929 se tornara componente do Comitê Central do PCB, no qual lhe coubera quadro na Secretaria-Geral, e ocupando-se ainda da Secretaria de Agitação e Propaganda (ANTONACI, 2014, 57-59). Sua dedicação ao Partido não o resguardou da política de “obreirismo” ou “proletarização” decorrente das orientações vigentes no PCB durante os anos iniciais de 1930, o que o levaria, junto com parte significativa da antiga direção PCB à expulsão<sup>36</sup>. Retorna ao Partido somente em 1936 e permanece nele até meados de 1957, quando o mesmo passa por intenso processo de crise, como veremos mais adiante.

A importância da contribuição intelectual de Leôncio Basbaum é inegável, mesmo que atualmente ocupe a obsolescência como bibliografia fundamental para a historiografia brasileira ou seja tratada com relativo descuido como fonte documental primordial para se

---

<sup>34</sup> Idem

<sup>35</sup> Esta disputa por memória não se encerra no empreendimento autobiográfico, estende cronologicamente e a através de suportes distintos, pela imprensa operária, pela literatura, historiografia e na produção de fontes históricas. Essa é uma possibilidade de interpretação do registro, já em 1997, de entrevista de Octávio Brandão ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Ver: REGO, Otávio Brandão. Otávio Brandão (*depoimento*, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 p. dat.

<sup>36</sup> O *obreirismo* ou *proletarização* pode ser concebido, em termos sintéticos, como o processo desencadeado em fins da década de 1920 e início da década posterior que fundava-se na concepção de que os partidos comunistas deveriam pertencer à sua base social, ao seu fator revolucionário, em outros termos, ao proletariado. Estes deveriam ocupar a estrutura partidária e os cargos mais importantes, posicionando-se pois como verdadeira vanguarda revolucionária. Tratava-se de uma orientação soviética que desdobrou-se em configurações relativamente distintas nos partidos comunistas de diversos países, no PCB levou ao afastamento ou realojamento de antigos dirigentes identificados como pequeno-burgueses. Ver mais detalhadamente: SILVA, Carine Neves Alves da. **Secretariado Sul Americano e Partido Comunista do Brasil (1926-1930)**. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

entender parâmetros teórico-filosóficos de interpretação da história do Brasil. *História Sincera da República*<sup>37</sup>, obra autoral publicada em quatro volumes, é, sem dúvida, seu empreendimento de maior peso, e figurou, durante algum tempo uma importante porta pela qual os comunistas poderiam conhecer a história do Brasil, sob uma aproximação com base em uma interpretação do materialismo histórico.

Em 1957, em decorrência do momento crítico pelo qual PCB passara, Leôncio Basbaum rompe com o Partido, mas continua na militância. Sobretudo com o interesse de fundar, ao lado de Osvaldo Peralva um Partido Comunista Nacional, ideia muito precocemente abandonada. Aproximadamente dez anos depois finaliza o seu trabalho autobiográfico que chegará ao público postumamente em 1967, sob o título *Uma vida em seis tempos*. Adentrar com profundidade no conteúdo, implícito e explícito, da obra não nos cabe no momento, entretanto, sua inclusão neste rol serve para endossar a hipótese expressa anteriormente: as publicações de caráter (auto)biográfico que encontraram significativa ascensão entre os anos de 1960 e 1967 constituem-se de verdadeiros espaços e instrumentos de disputa política. Espaço que não é um mero reflexo das nuances e divergências que ganharam folego no partido na conjuntura estudada, mas que é, ele mesmo, instrumento para difusão de posicionamentos políticos e, sem dúvida, por uma disputa por memória.

É neste sentido que Leôncio Basbaum não se abstém da militância quando pretende construir um relato de sua vida. Ao contrário, submete sua reflexão ao prisma das lutas políticas enfrentadas, permite que sua autobiografia se torne um instrumento. Suas reflexões, segundo alerta, são desenvolvidas em um estágio da vida que se considera capaz porque “a consciência crítica começa a predominar sobre o entendimento”, (BASBAUM, 1967, p. 14), permitindo então que, com maior lucidez ele possa aconselhar os leitores. Destas (auto)biografias brevemente apresentadas, coetâneas e estruturadas a partir de determinações comuns, acresce-se também *Vida de um Revolucionário* (1962), elaborada por Agildo Barata. Eleito vereador no Rio de Janeiro pelo PCB, no pleito de 1947, Agildo Barata talvez seja, entre os militantes aqui elencados, um dos possuidores da trajetória mais intensa e controversa. Transitou entre vários setores e segmentos da sociedade e de suas organizações e movimentos políticos. Aproximou-se do tenentismo durante a década de 1920, considerando que em suma “não tinha objetivos definidos mas se batia pela verdade representativa

---

<sup>37</sup> BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. Vol.1. São Paulo, Edições LB, 1962; Vol.2. São Paulo, Edições LB, 1962; Vol. 3. São Paulo, Edaglit, 1962; Vol. 4. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1968.

pleiteando eleições livres e honestas através do voto secreto” (BARATA, 1978, p. 65), participou ativamente do processo que parte da historiografia foi conduzida a tratar como “Revolução de 30” e posteriormente da complexa construção do governo getulista no Nordeste, ao lado de Juarez Távora e Juracy Magalhães, entre oposições e colaborações. Sua trajetória contou também com a participação na “Revolução Constitucionalista” em 1932, e dedicou-se em 1935 a organização da Aliança Nacional Libertadora na cidade de São Leopoldo (RS) (ANTONACI, 2014, p. 86-88; BARATA, 1978, p. 87-248). Durante meados da década de 1930 aproximou-se do marxismo<sup>38</sup> e aderiu ao Partido Comunista do Brasil<sup>39</sup>, tendo neste uma ativa participação, inclusive nos anos que abalaram o partido 1956-1962.

Sua autobiografia se constitui de um relato bastante rico acerca dos movimentos onde transitou. Entre episódios de sua vida particular e de sua trajetória política, entreve-se sua avaliação particular de importantes momentos da história política e social brasileira, e sobretudo, e o que por ora nos mais interessa, uma análise detida acerca da atuação do PCB entre a década de 1930-1960. Emblematicamente, seu texto termina com uma reflexão acerca da conjuntura, no sentido de explicar as causas e episódios que deram a sua saída do PCB e um acerto de contas com o chamado “*Núcleo Dirigente*”, que segundo sua análise, conduziu o partido com “mãos de ferro”<sup>40</sup>.

A intenção deste capítulo é averiguar as determinações comuns ou a configuração histórica que permitiu a publicação desse conjunto de biografias que em nada se constituiu um fenômeno fortuito e desconexo. *A priori*, três pontos, que mais adiante serão analisados com maior cuidado, parecem se destacar como fundamentalmente ligados a esse fenômeno. Primeiro: a existência de uma ampla conjuntura político-econômico (1945-1964) que permitiu aos mais diversos setores da sociedade se organizarem e reorganizarem politicamente em torno da gestão de propostas político-econômicas na direção da reelaboração de um modelo econômico brasileiro. Polarizada entre a defesa de uma economia nacionalmente

---

<sup>38</sup> “[...] logo após depois do meu regresso do exílio, como disse, eu havia incorporado às minhas concepções político-sociais, duas idéias que iriam nortear toda a atividade política de minha vida daí por diante: repulsa ao fascismo e a plena convicção de que a solução do problema social era o socialismo científico e democrático por K. Marx e F. Engels”. BARATA, op. cit., p. 227.

<sup>39</sup> “[...] em princípios de novembro de 1935, entreguei-me de corpo e alma ao trabalho de organização e engrandecimento do P.C.B Ibidem, p. 350.

<sup>40</sup> E, assim, o partido vai vivendo conduzido pelas mãos de ferro do núcleo dirigente” Ibidem, p. 367

independente, produtora e exportadora de bens industrializados, e a manutenção de seu status de produtora de bens primários e fundamentalmente dependente do capital norte-americano a sociedade manifesta sua patente estratificação social à medida em que o debate em torno *nacional-desenvolvimentismo, entreguismo, reforma, revolução* ganha força e impele às classes sociais à defesa dos seus respectivos interesses, “assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizaram politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos.” (TOLEDO, 2004, p. 18).

Essa realidade tem intrínseca relação com a evolução, no interior do PCB de frações com concepções e propostas distintas para a superação da situação nacional que para os militantes cambiava entre “semi-colonial”, “semi-feudal” e “colonial”. É nesta perspectiva que o Partido cindiu-se em 1962 orientando-se por direções distintas, mas mesmo anteriormente abriga timidamente em seu interior, frações e militantes desacordes com “política oficial”. Há, outrossim, um cenário particular ao PCB que marcará com maior profundidade a publicação de autobiografias e livros de memória entre o final da década de 1950 e durante a década posterior, trata-se de um processo de crise política desencadeado entre 1956-1957, no qual a direção do partido e a organização do mesmo será radicalmente questionada.

Outro ponto a se atentar diz respeito à concepção da autobiografia como instrumento que, ao lado da imprensa popular<sup>41</sup>, permite, consubstancialmente, demarcar posicionamentos pessoais e propor intervenções políticas, passar aos novos militantes um conhecimento substancial baseado na experiência e avaliar criticamente a história do movimento operário e de esquerda.

É neste sentido último que as páginas de a *Vida de um Revolucionário*, assim como as outras autobiografias e textos de memória, se preenchem de conteúdo. Passado, presente e futuro manifestam-se de maneira consubstanciada à medida em que, no presente, 1962, elabora uma reflexão sobre o passado, trajetória do PCB e do movimento operário brasileiro, e tem por corolário do conhecimento a sua própria experiência. Essa construção é sempre em

---

<sup>41</sup> É necessário atentar para o fato dessa discussão ser um desdobramento ou outra configuração dos debates e discussões que, paralelamente, aparecem na imprensa comunista.

vista de expectativas futuras, da utilidade que seu conhecimento poderá assumir para os leitores, possivelmente novos militantes. É em decorrência dessas assertivas que se lê em Agildo Barata: “É que eu cheguei a estas conclusões depois de consumir 22 anos de minha existência na sua aplicação devotada e honesta, mas inútil. Penso ser de meu dever entregar ao exame de meus contemporâneos essas considerações, desejando que eles façam delas o uso que entenderem [...]” (BARATA, 1978, p. 369).

Evidentemente, em alguns momentos da narrativa o tom autobiográfico envereda-se mais diretamente para o horizonte de um “acerto de contas”, ou o texto desvia-se para uma crítica mais contundente:

Tenho procurado incessantemente e com acanhados recursos de que disponho estudar a causa que leva um partido comunista que, antes de mais nada, devia ser uma organização democrática, a se transformar numa espécie de seita mística, fanatizada, a obedecer cegamente um chefe único ao qual tecem os mais alucinantes elogios e endeusamentos. Por que ao invés de ser uma organização democrática, usando a sabedoria coletiva e organizada de seus militantes, vivendo e praticando uma intensa e saudável democracia interna, os Partidos Comunistas se reduziram a um restrito conglomerado de fanáticos, sem vontade e sem opinião outra que não seja a do chefe, a do ‘guia genial’, a do ‘esclarecido e bem amado’ secretário geral? (BARATA, 1978, p. 361).

Noutros textos o caráter autobiográfico é somente a autorização necessária para a realização de uma reflexão livre das obrigações científicas, ou antes, a permissão para uma avaliação a partir de um posicionamento declaradamente político–pessoal, e o texto no geral passa então a ser estruturado a partir de uma perspectiva explicitamente crítica. É neste sentido que Osvaldo Peralva<sup>42</sup> frequentemente abandona sua trajetória pessoal como o sentido da reflexão e o PCB e suas desventuras passa a ocupar o lugar central do texto, sendo observados sempre pelo prisma da desilusão<sup>43</sup>. Estabelecendo a crítica sistemática como a lente através da qual percorre a trajetória do Partido Comunista do Brasil, Peralva conclui: “Por isso, embora participando de muitas campanhas progressistas, tinha um fundo negativista e reacionário, constituindo-se assim na maior fraude política da história do

---

<sup>42</sup> PERALVA, Osvaldo. **O Retrato**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1960. É de suma importância destacar que ao lado de *A vida de um Revolucionário* (1962) esse texto vai tornar-se de grande valia como fonte de informação acerca da conjuntura recente, sendo visitado por quase a totalidade dos trabalhos que abordam o período (1956- 1958), condicionando, por conseguinte e em alguma medida, a interpretação historiográfica.

<sup>43</sup> “Aquela imagem ideal que eu formara do Partido, desvaneceu-se [...] Pensava na venda desbragada de votos comunistas, nos bajuladores e nas favoritas do “núcleo” guindadas ao Comitê Central, e chegava-me até ao nariz o odor das coisas decompostas. Refletia na boçalidade truculenta de Cid, no equilibrismo calhorda de Máritch, na ignorância e oportunismo de Grabois, nas intrigas de Marighella, nos golpes baixos de Arruda, na covardia soluçante de Mônatche... Eram eles que emprestavam ao Partido a sua fisionomia; que compunham os traços principais de seu retrato, agora irreconhecível.” *Ibidem*, p. 372.

Brasil”<sup>44</sup>. Evidentemente essa conclusão deve ser compreendida dentro do contexto de crise ideológico-partidária (1956-1958) na qual Peralva tinha participação ativa e, rompendo com o PCB, passa no momento posterior a deslegitimá-lo.

Durante a década de 1960, como apontamos brevemente ao longo de todo este trabalho, converge uma série publicações de caráter autobiográfico e memorialístico elaborada por inúmeros militantes, em quaisquer que sejam a suas posições ou ocupações nos partidos e organizações operárias. Estas publicações, que no geral travestiam-se de autobiografias<sup>45</sup>, tinham como objetivo central a avaliação crítica do movimento operário, sindicalista e partidário no Brasil e conseqüentemente a elaboração de propostas de intervenções política<sup>46</sup>. De maneira implícita ou abertamente, os militantes disputavam, concebendo e utilizando suas publicações como instrumentos eficazes, a direção política da classe operária. É em, virtude disto que se lê: “Se é possível tirar **algumas lições das páginas que se vão ler**, a principal delas será sem dúvida a seguinte: que a existência do Partido Comunista, **genuína representação política da classe operária**, é uma necessidade histórica inelutável”<sup>47</sup>, em Astrojildo Pereira, ou em Octávio Brandão: “fazer o balanço dos combates travados e experiências vividas – **em vista do presente e do futuro**”<sup>48</sup>. É, portanto, obedecendo ao “dever” de fazer um cálculo sobre sua vida, e subjacentemente permitir que um conjunto de interesses e concepções políticas sejam propostas que Leôncio Basbaum também afirma: “[...] Mas acredito que tenho algo para dar ao mundo: a minha experiência” (BASBAUM, 1976, p.14).

É no conjunto destes textos publicados com relativa proximidade e objetivos comuns que aparece o documento primordial do nosso trabalho: *História das Lutas Sociais no Brasil*, editado em 1962 pela Edaglit, e republicado em 1977 pela Editora Alfa-Omega, de autoria do militante comunista Everardo Dias. Não se trata estritamente de um texto autobiográfico como alguns aqui elencados, antes, se situa na fronteira de uma publicação de densa reflexão histórica na qual o militante comunista prescinde de parâmetros científicos e avalia a partir de

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 369.

<sup>45</sup> “a autobiografia é um pretexto para a análise histórica”, adverte Paulo Sérgio Pinheiro em prefácio à autobiografia de Octávio Brandão (BRANDÃO, 1978, p. 17).

<sup>46</sup> Cláudio Batalha utilizara o termo “produção militante” com o intuito de categorizar este conjunto de publicações, afora o mérito de diagnosticar esse fenômeno, que em alguma medida já havia sido apontando brevemente por outros autores (RODRIGUES; MUNHOZ, 1974), objetiva sistematizar e apontar para determinados aspectos característicos desta produção. Contudo, alguns avanços devem ser realizados no sentido de uma maior problematização acerca dessa categoria, sobretudo, uma investigação maior no que diz respeito ao processo de produção conhecimento “militante”.

<sup>47</sup> PEREIRA, 1962, p. 11. Grifo Nosso.

<sup>48</sup> BRANDÃO, 1978, p. 23. Grifo Nosso.

um posicionamento declaradamente pessoal o movimento operário, sindicalista e comunista no Brasil e a tímida recuperação de sua trajetória individual. Priorizando temas como *democracia, liberdade, socialismo, sindicalismo, trabalhismo* o militante permite entrever seu posicionamento político, bem como, a sua interdependência aos grupos pelo qual transitou, sobretudo o PCB. É neste sentido que, objetivando recuperar a “história das lutas sociais no Brasil” o faz a partir de um lugar específico, manifestando interesses na construção de uma memória que pretende que seja perenizada, na construção de elementos capazes de fomentar um sentimento de pertença e identidade<sup>49</sup> e na elaboração de propostas políticas.

Política e memória manifestam então seus laços inextricáveis. O ato de lembrar é um ato político, acontece em um determinado tempo e espaço e responde a demanda de um determinado grupo. Não obstante, a autobiografia desvela um de seus aspectos: a disputa por poder político que funciona no seu interior.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p.10).

O conhecimento sistematizado pelos militantes opera portanto em bases específicas. Consubstancia a experiência temporal (presente, passado e futuro). Pretende também desempenhar tarefas distintas que encontram-se emaranhadas. É, pautando-se nesta perspectiva, que Georges Haupt, - analisando as produções realizadas por militantes na França e Inglaterra, e detectando assim um fenômeno de caráter internacional —, conclui que essas publicações se apoiam na “necessidade de assimilar toda a experiência de um passado rico, de apropriar-se dela para transmiti-la aos recém-chegados nas filas das organizações operárias” (HAUPT, 1985, p. 209). Corresponde a uma de suas funções ingressar os novos militantes no terreno das lutas, pois “é essencial para o progresso e o sucesso do movimento que os jovens substitutos adquiram um conhecimento íntimo do contexto, com as lutas e vitórias de seus

---

<sup>49</sup> “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p. 12).

ancestrais espirituais e dos pioneiros, a fim de saber em que terreno histórico se situam e lutam” (G. Jaeck apud, HAUPT, 1985, p. 214). Mas a autobiografia não só permite aos “jovens substitutos” ingressarem, por via do conhecimento, às lutas políticas e sociais, indicam também a porta de entrada, o lugar específico entre múltiplas possibilidades que ele deverá ocupar; os caminhos abertos por onde as novas “águas” deverão passar. Perspectiva que pode ser constatada na análise do seguinte trecho de Leôncio Basbaum:

Sonhei ser um militante político de vanguarda que, pela sua ação, fosse capaz de contribuir para a transformação deste País, trazendo a felicidade, a liberdade, o bem-estar, para milhões de brasileiros. Não consegui. Mas sei que agora há vários caminhos para o mar. Como um rio que se desvia do seu curso, porque encontrou obstáculos pela frente, mas acaba desembocando no mar por outras vias, também eu desviei-me, sem querer, do meu curso, mas com a certeza de que acabarei chegando ao destino, traçado, ainda que por outros caminhos. E se não o fizer, pelo menos, e disso tenho certeza, abri um caminho que as águas que vêm atrás de mim, certamente seguirão. (1976, p. 297).

### 3.2 O PCB E A CRISE INTERNA (1956-1960)

O aumento quantitativo do proletariado urbano a partir da segunda metade da década de 1950, com a entrada de novos atores e organizações populares e progressistas na cena político-social brasileira vai recolocar ao PCB a necessidade de integração à sua base social. Atacado constantemente como defensor de uma linha “sectária” e “esquerdista”, mesmo por parte de militantes, o PCB procura ao longo de sua crise político-ideológica de 1956-58, e mesmo nos anos anteriores, reelaborar sua linha de atuação, reelaboração esta que o impulsionará à um atestado sucesso, marcando o seu retorno e integração aos movimentos de massas, aos sindicatos e à influência decisiva na pauta e plataforma de determinados partidos políticos, sobretudo o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Entretanto para o desencadeamento dessa revisão fora necessário o acontecimento do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), a crítica ao stalinismo e seus desdobramentos, e as implicações no movimento comunista mundial

Neste sentido, não foi o PCB que, à base de uma reflexão autônoma sobre sua própria experiência, se capacitou para aproveitar positivamente as indicações dos comunistas soviéticos. Ao contrário, foi o impacto destruidor e criativo do XX Congresso que forçou os comunistas brasileiros a se debruçarem sobre si mesmo e a empreenderem um longo e tortuoso caminho



em busca da realidade, de uma linha política a ela ajustada e, sobretudo, de uma concepção radicalmente diversa de fazer política. (VINHAS, 1982, p. 179-180).

Um ponto que aparece como consensual na historiografia que trata do PCB durante os anos 1950-1964 é referente ao impacto causado pelo relatório apresentado por Nikita Khrushchov, então Secretário do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), durante o seu XX Congresso (14-16 de Fevereiro de 1956). Para além de suas abordagens, referencial teórico-metodológico e interpretações, que consequentemente conduz a historiografia à conclusões e apreciações distintas, a quase totalidade dos trabalhos que almejam abordar o episódio tratam de atestar o efeito impactante do “informe secreto” sobre o movimento comunista internacional, e não obstante, sobre PCB. Eliezer Pacheco, em uma das primeiras tentativas de uma avaliação acadêmica da história do PCB, conclui que “em toda história do comunismo provavelmente nenhum documento exerceu um efeito tão devastador, nem causou tantos danos ao mesmo, quanto o relatório ‘secreto’ de Kruschov sobre Stalin, apresentado no XX Congresso do PCUS.” (PACHECO, 1972, p. 207), mais adiante o autor completa considerando que:

Este documento faria eclodir uma intensa luta interna entre os comunistas, pois, de um lado, ele justificaria as tendências reformistas e revisionistas de muitos quadros e militantes e, de outro, seria o sinal verde para a onda de descontentamento latente contra o dogmatismo e mandonismo do grupo que há anos dirigia o PCB (PACHECO, 1972, p. 209).

De fato, “o informe caiu como uma bomba sobre o Movimento Comunista Internacional e deu-lhe uma sacudida ‘brutal e dramática’. Em todos os países do mundo, os comunistas receberam a notícia perplexos e constrangidos.” (SEGATTO, 1995, p. 45). No Partido Comunista do Brasil, que “figurou entre os partidos mais abalados (GORENDER, 1987, p. 25), sem dúvida, não seria tarefa fácil “após anos de assimilação do marxismo-leninismo codificado por Stálin [...] acreditar na veracidade dos crimes denunciados pelo impetuoso Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Kruchev” (SANTOS, 2003, p. 99).

É na tentativa de recuperar o efeito subjetivo ou emocional que a publicação do relatório, e a retardada confirmação de sua veracidade pela direção do PCB, que Daniel Aarão Reis Filho realiza uma esforçada operação de representar discursivamente, lançando mão de elementos literários metafóricos e figurativos, o impacto dessas informações chegadas da “pátria socialista”:

Como se estivesse havendo uma brusca inversão de temperatura e pressão, das referências mais enraizadas não sobrou pedra sobre pedra, a mais pura

realidade como se fora a mais espessa das irrealidades, um verdadeiro buraco negro, tragando valores consagrados e profundas convicções, um tormento, traduzindo em indízeis náuseas e numa euforia catastrófica, exprimindo-se em aplausos e ovações ao homem que tivera coragem de dizer o que todos não sabiam que sabiam, mas sabiam, mesmo os mais inocentes. (1997. p. 197).

Sua sentença permite entrever que em verdade as informações trazidas aos pecebistas teriam um efeito impactante<sup>50</sup>, e posteriormente funcionaria como um dispositivo segregador, em duplo sentido: cindindo o partido anteriormente identificado pelo “princípio da unidade” e aglutinado em facções divergentes elementos com posicionamentos distintos acerca da recente *práxis* política do PCB<sup>51</sup>.

A firme investida do Comitê Central do Partido, retardando ao máximo a abertura oficial da discussão, recusando-se até mesmo em confirmar a veracidade dos informes que “tragicamente” chegavam por via da imprensa burguesa, não impediu que a mesma fosse aberta à revelia pelos militantes que indignavam-se com os longos sete meses a espera de um posicionamento oficial do Comitê Central. A pressão por parte dos militantes para abertura da discussão aumentava insustentavelmente entre março e outubro de 1956, já que “durante vários meses, a direção do PCB manteve o mais absoluto silêncio, apesar do informe já ser do conhecimento dos principais partidos comunistas ocidentais e de ter sido publicado pela grande imprensa brasileira [...] (SEGATTO, 1995, p. 45). As publicações que preenchiam as páginas de *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, ambas revistas pecebistas, podem ser consideradas termômetros eficientes para a constatação da “alta temperatura” no interior da agremiação, visto que “o não tratamento correto das contradições no seio do Partido contribuiu para agudizá-las até tornarem-se inconciliáveis, começando a se formar vários grupos, à revelia da direção partidária” (PACHECO, 1984, p. 209).

Mesmo sem a permissão oficial do Comitê Central a discussão começa se expandir timidamente na imprensa comunista. Uma após outra, cartas, artigos e comentários vão

---

<sup>50</sup> A sentença não deixa de trazer consigo elementos plausíveis, sobretudo se cotejarmos com a autobiografia de Agildo Barata que, ao ser informado sobre a veracidade das denúncias feitas por Khrushchov, escreve: “Senti uma dor no estômago, percebi que a vista estava-me escurecendo e, com náuseas, tive uma vontade irresistível de vomitar. O choque era tremendo” (BARATA, 1978, p. 355)

<sup>51</sup> Pode-se mensurar também o peso da figura de Stálin para o PCB a partir de uma breve análise da Revista *Problemas*, órgão do Partido dirigida por Diógenes Arruda. Nesta, recorrentemente publicava-se textos do líder soviético, e na sua 45ª edição, que coincide com a morte de Stálin, toda ela é dedicada ao “pai querido, nosso mestre amado, o maior amigo de nosso povo, o venerado camarada Stálin” 7 de março de 1953, **Revista Problemas**. Nesta mesma edição, pode-se ler os seguintes adjetivos: “o coração mais generoso que sempre pulsou pelos trabalhadores”; “o cérebro genial”; “o maior gênio que a humanidade produziu”; “grande comandante”; “porta-estandarte da paz”. E ao final da edição, conclamava “Sejamos fiéis discípulos de Stálin! Sejamos combatentes stalinistas! Sejamos dignos dos ensinamentos e da confiança que o camarada Stálin depositava em nosso Partido, em nosso Comitê Nacional e no camarada Prestes.” Idem.

sucedendo-se até instalar por completo a discussão acerca do XX Congresso do PCUS, do silêncio do Comitê Central e, ainda que cautelosamente, sobre prática política do Partido nos últimos anos. É neste sentido que a *Voz Operária* em sua edição de seis de outubro de mil novecentos e cinquenta e seis estampa o artigo de João Batista de Lima e Silva “NÃO SE PODERIA ADIAR UMA DISCUSSÃO QUE JÁ SE INICIOU EM TODAS AS CABEÇAS”<sup>52</sup>.

Sem opor-se a unidade do Partido, muito pelo contrário, defendendo-a piamente, João Batista Lima e Silva exige a abertura do debate “franco e público” que “já não se pode mais adiar”. O silêncio no interior do Partido deve portanto ser rompido, e em sua opinião, é o debate “democrático e sem constrangimentos” que permitirá chegar-se à “conclusões comuns”. Para ele, inegável veracidade do “informe secreto”, colocou na “ordem-do-dia” questões importantes “e dela não sairá enquanto não se encontrem soluções adequadas”. O debate se daria inevitavelmente, caberia portanto, ao partido assumir a responsabilidade, “creio que, principalmente nós comunistas, devemos tomar em nossas mãos este assunto. Nada impede que se inicie desde já, inclusive através da imprensa, a discussão responsável dos problemas que o XX Congresso do P.C.U.S colocou na ordem do dia”. Esta publicação seria recebida com grande entusiasmo por parte da intelectualidade pecebista que, avidamente, aguardava sua aparição. Jorge Amado em resposta ao artigo o felicita, considera o “artigo pioneiro, artigo necessário, abrindo um debate que está ‘em todas as cabeças’ e que, como ainda não saiu das cabeças, sufoca todos os peitos, impede tôda a ação, todo o trabalho [...]”<sup>53</sup>. Também Moacir Werneck de Castro escreve “o fato de que esse debate tenha estourado como estourou, alastrado como uma inundação, é uma admirável demonstração de vitalidade revolucionária [...]”<sup>54</sup>. A estes textos somar-se-ia outros comentários de Dalcídio Jurandir, Santos Moraes, Antônio Bulhoes, Egydio Squeff, Isaac Akcelrud, todos eles, militantes que no geral desenvolviam “atividades intelectuais”, poetas, ensaístas, romancistas, críticos de teatro e etc...

Na edição de 01/11/1956 a *Voz Operária* apresenta “O debate na ‘Voz Operária’ e ‘Imprensa Popular’”. Com o subtítulo de “resenha comentada” procura sistematizar o debate ocorrido nestes órgãos para aqueles que “não puderam por vários motivos acompanhar em detalhe o que foi editado” e a partir de então poderem “orientar-se melhor”. A identificação

<sup>52</sup> *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1956, p. 3. Outro importante artigo que tangencia a pressão para abertura das discussões é o publicado na *Voz Operária* em 07 de julho de 1956, pelo Secretário Geral do Partido Comunista Americano Eugene Dennis, “OS E.E.U.U e o Relatório Especial de Nikita Kruschiov”.

<sup>53</sup> Jorge Amado. *Carta a João Batista de Lima e Silva*, Imprensa Popular, 09/10/1956.

<sup>54</sup> PERALVA, 1960, p. 258-261 e SEGATTO, 1995, p. 51-53.

de duas tendências distintas no interior do Partido já aparece com relativo contorno: “uma reclamando a discussão, ampla e imediata dos assuntos em pauta e outra que a aceita em termos mais limitados ou, simplesmente, não aceitava na prática”. Essas duas tendências ficariam historiograficamente consagradas como *fechadistas* e *abridistas*, ou renovadores e conservadores, e teriam como desdobramento a aglutinação de frações no interior do Partido, frações cujas exigências e críticas superariam em muito a mera questão da abertura ou não do debate (SANTOS, 1991, p. 143; CHILCOTE, 1982, p. 119; OLIVEIRA, 2013 p.34; PACHECO, 1984, p. 209-216; SEGATTO, 1995 p. 63-65).

Duas correntes ganham contornos mais nítidos ao decorrer do ano de 1956, e recrudescem suas críticas à medida em que o debate, à revelia da direção, evolui em tom e conteúdo. A ofensiva que outrora dirigia-se tímida e limitadamente ao silêncio no que tange ao debate do “informe secreto”, estendia-se agora às “mãos de ferro” com que o partido fora dirigido nos últimos anos, ao “mandonismo” presente na agremiação, ao “burocratismo”, à falta de “democracia interna”, ao “culto a personalidade”, inúmeras questões acresciam-se na lista de insatisfações<sup>55</sup> e gradativamente desdobrava-se na organização efetiva de uma fração no interior do Partido, auto identificada como sinédrio. Também entendidos como “renovadores” esse grupo aglutinava, no geral, militantes ocupados com tarefas da imprensa, Osvaldo Peralva, ex-diretor do jornal do Partido, Armando Lopes Cunha ex-secretário do jornal comunista *Democracia Popular*, Aydano do Couto Ferraz, diretor da *Voz Operária*, Ernesto Luiz Maia, *Voz Operária* e *Imprensa*, Victor. M. Konder, diretor da *Revista Problemas* e Zacarias Carvalho, diretor da *Democracia Popular*<sup>56</sup>. Outra fração, também de tendência crítica à direção, organizou-se a partir de membros com postos importantes do PCB, como Agildo Barata, Batim (membro titular do CC) e André Vitor (ex-suplente do CC), sendo o primeiro caracterizado como mais destacado crítico. (PACHECO, 1984, 209-210; SEGATTO, 1995, 63-64; CHILCOTE, 1982, 118).

*Pari passu*, o grupo identificado como “núcleo dirigente”, composto por Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella, Pedro Pomar, Diógenes Camara de Arruma (alvo maior dos ataques) e alguns militantes que ocupavam postos intermediários, passou a se posicionar de maneira mais intensa, defendendo a moderação no debate ou mesmo agindo no

---

<sup>55</sup> “Os questionamentos sobre a estrutura partidária continuam apesar da autocritica da direção. As divergências são aguçadas a um ponto em que a legitimidade do “núcleo dirigente” do PCB é questionada” (DIAS, 2013, p. 70).

<sup>56</sup> “A abertura da discussão é quase que prontamente apoiada pelos Comitês Regionais de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul e por organizações auxiliares do Comitê Central [...]” (SEGATTO, 1995, p. 52)

intuito de cecear a discussão<sup>57</sup>. Somente, aproximadamente sete meses após a realização do XX Congresso do P.C.U.S o Comitê Central resolveu institucionalizar a discussão:

em outubro o partido reconheceu que sua omissão na discussão das questões do Congresso soviético tinha sido “injustificada”; que sua delegação brasileira no Congresso deveria ter voltado imediatamente e não permanecer em Moscou: e que o PCB devia ser democratizado. O Comitê Central abriu então o debate dentro do Partido. (CHILCOTE, 1982, p. 118).

A abertura para o debate consistiu do desenvolvimento de um processo complexo assumido pela direção, a autocrítica e a tentativa de manutenção da unidade do Partido através da contenção ou “disciplinarização” das discussões, significativamente representados pela publicação de dois importantes documentos: *Projeto de Resolução do C.C do P.C.B – Sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil*<sup>58</sup> e a carta escrita por Luiz Carlos Prestes em fins de novembro de 1956, amplamente conhecida como “carta-rolha”, em virtude de sua função de “arrolhar” o debate.

O primeiro documento, “admitiu uma série de práticas que afastou os militantes do PCB”, entre elas elenca “o autoritarismo na vida interna do partido, a política de quadros, o excessivo centralismo, a arrogância e autossuficiência dos dirigentes, o sistema de ‘mandonismo de cima para baixo’ e a rígida disciplina em vez de disciplina voluntária” (OLIVEIRA, 2013, p.33). Pode-se ler no documento a definição de seu objetivo como, através da institucionalização da discussão, “despertar no seio do Partido uma atmosfera democrática e criadora inteiramente nova, verdadeiramente crítica e autocrítica, o que facilitará a correção de erros e faltas em nossas posições ideológica e políticas [...]”<sup>59</sup> e de fato, a autocrítica estava presente de maneira incisiva:

Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação – predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levavam ao afastamento muitos quadros e militantes. Tal sistema e tais métodos tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criados em todo o Partido<sup>60</sup>

É possível considerar que a atitude do “núcleo dirigente” foi, com alguma relatividade, de sistematizar as críticas a que constantemente era alvo e torná-las legais, ao passo que o

<sup>57</sup> Embora seja uma leitura bastante parcial, Osvaldo Peralva faz uma breve análise dos componentes do chamado “núcleo dirigente” e sua trajetória no Partido, ver: PERALVA, 1960, 278-289.

<sup>58</sup> A voz operária 20/10/1956.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 7.

“núcleo dirigente” assumia a enunciação das mesmas. Entretanto, tinha como função paralela à tomada da voz pelo “núcleo dirigente” o cerceamento do debate, o que pode ser concluído a partir do cotejamento com posicionamento oficial do “Cavaleiro da esperança” em carta publicada em fins do mês seguinte<sup>61</sup>.

Na referida missiva, Prestes, que até dado momento não havia se pronunciado oficialmente e, em virtude da ilegalidade se abrigava em lugares desconhecidos pela maioria dos militantes e cuja ausência nas reuniões e congressos era notável e também alvo de muitas críticas, manifestava o seu posicionamento pessoal no que tange ao debate e aos rumos que o mesmo deveria tomar. A carta, amplamente divulgada pela historiografia, acompanhada continuamente pela sua alcunha pejorativa “carta-rolha”, (DIAS, 2013, p. 70; SEGATTO, 1995, p. 56; PACHECO, p. 1984, 212; FALCÃO, 2010, p. 160) teria como objetivo principal “disciplinar” o debate, indicando o caminho pelo qual o mesmo deveria ser realizado. Nesta, “declarando ‘inadmissível’ qualquer crítica aos princípios marxista-leninistas e proclamando o partido como vanguarda do povo e defensor dos princípios do centralismo democrático e da liderança coletiva”, advertia “que não houvesse críticas à União Soviética e ao Partido Comunista”. Colocava, portanto o debate no centro da estrutura partidária, mas não permitia que o mesmo decorresse de maneira espontânea, a carta agiria no sentido de “controlar a discussão, indica qual era a margem da razão partidária e a partir de onde começa o terreno perigoso minado pelos inimigos de classe” (SANTOS, 1988, p. 134), e assim assegurava da crítica os princípios “intocáveis”. Os “conservadores” ainda saíam em ataque aos que se opusessem às estas diretrizes acusando-os de “fracionistas, liquidacionistas, revisionistas, intelectuais pequeno-burgueses” (SEGATTO 1995 p 55-56).

O debate prosseguiu até abril do ano seguinte, oscilando sempre entre a crítica, sobretudo por parte dos “renovadores” e mais contundentemente assumida pelo militante Agildo Barata, e a autocrítica que por vezes também assumia tom firme. Em 20 de abril de 1957 o C.C publica uma resolução estipulando o prazo de 30 dias para “o encerramento dos debates”, partindo da consideração de que “durante 5 meses grande número de membros do Partido expressou livremente suas opiniões” e o debate construído já fora suficiente para compreender o processo pelo qual o Partido passara, “os ensinamentos do XX Congresso do PUCS, o culto à personalidade e suas consequências” cabendo agora ao Partido encerrar o debate e prosseguir da maneira mais adequada. O encerramento da discussão foi precedido

---

<sup>61</sup> A carta foi divulgada com o seguinte título, “Importante carta de Luís Carlos Prestes ao C.C. do P.C.B. sobre o debate político”. Voz Operária. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1956.

pela demissão em 18 de fevereiro do diretor da *Voz Operária*, Aydano Couto Ferraz, militante com relativa ligação com o grupo renovador, agudizando os estranhamentos já existentes entre as frações do PCB.

O passo dado pela direção do Partido, destituindo Aydano Couto Ferraz do cargo de diretor da *Voz Operária*, causou um real desconforto no grupo “renovador”, e mesmo na equipe do órgão comunista que custou aceitar um redator substituto.

Jornalistas do semanário subscreveram uma carta de protesto que foi lida por Agildo Barata na reunião do Comitê Central, em abril de 1957. Entretanto, o protesto praticamente não teve efeito. Em fins de abril e maio do mesmo ano, os conservadores lançaram uma série de artigos atacando Barata, Osvaldo Peralva e outros renovadores (OLIVEIRA, 2013, p. 41).

A correlação de forças no interior do Partido havia mudado substancialmente a partir do início de 1957, e uma terceira tendência posicionada politicamente como “centro”<sup>62</sup> que iria manobrar-se combinando “renovação” e “conservação”. Consequentemente “estas três posições foram sofrendo variações em sua composição à medida em que a luta interna se desenvolvia” (PACHECO, 1995, p. 214).

Em síntese esta terceira opção caracterizava-se pela tentativa de encontrar na polarização do debate o meio termo, e seu percurso pode ser entendido como uma estratégia de, por dentro da estrutura partidária, fazer convergir a renovação e a conservação. No princípio das ávidas exigências para abertura da discussão acerca do “relatório secreto” e das denúncias ali hasteadas “adota uma postura cautelosa, de crítica do stalinismo e apoio à abertura dos debates, desde que sob controle” seguindo então apoiando “os ‘conservadores’ na luta contra os ‘renovadores’ e, com a derrota destes, volta-se contra os primeiros, procurando isolá-los” (SEGATTO, 1995, p. 65.) Portanto, o grupo entendido como “centro-pragmático” não se alia com profundidade e estabilidade à nenhuma das frações polarizadas, apoia, em um primeiro momento, e com moderação, a crítica ao “mandonismo”, “culto à personalidade” e ao excessivo “centralismo”, mas o faz por dentro do espaço partidário-institucional, opondo-se ao “fracionismo” e à discussão “anárquica”.

No “centro” encontrava-se Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella, Mário Alves, Maurício Grabois, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e outros. Gravitando entre os “renovadores” e “conservadores” seu posicionamento político num primeiro momento

---

<sup>62</sup> “planície” (PACHECO, 1984, p. 214); “pântano” ou “grupo baiano” (CHILCOTE, 1982, p. 118); “centro-pragmático” (SEGATTO, 1995, p. 64) e “pântano triunfante” (PERALVA, 1960, p. 337).

sutilmente indicava uma maior proximidade com estes últimos, proximidade esta que se romperá entre maio e junho de 1957, e com a saída e/ou expulsão gradativa dos militantes da ala “renovadora”<sup>63</sup>, encontrará nos “conservadores” e no antigo “núcleo dirigente” alvo de suas críticas.

É neste conjunto de transformações, e também permanências, que a “nova política”, que guiará os passos do partido nos fins de 1950 e princípios da década seguinte é gestada. Convencionou-se, por parte dos militantes e mesmo da historiografia, chamar de “nova política” os rumos tomados pelo Partido a partir de seu processo de “renovação”: redefinição da linha política que tem seu ponto auge a publicação da *Declaração de Março de 1958* e da mudança de seus quadros de militantes. De alguma forma a ideia de uma “nova política” procura expressar o processo de desestalinização ocorrido no PCB entre 1956-58. Contudo “nova política” é uma fórmula insuficiente para demonstrar a complexidade da maneira como efetivamente as mudanças e as permanências vão conviver no interior da *práxis* pecebista nos anos seguintes.

Visto de uma relativa proximidade, temporal e social, o militante José Toríbio da Cunha envia uma carta à Revista *Novos Tempos*, no qual percebe com reservas o processo de renovação experimentado pelo PCB. Ao indagar sobre o silêncio na imprensa oficial do Partido acerca da recente reorganização e afastamento dos antigos dirigentes, o militante conclui: “mas pelo que eu vejo a direção do Partido quanto mais muda, mais continua a mesma”<sup>64</sup>, trata-se entretanto de uma crítica pontual direcionada ao silêncio da direção do Partido na imprensa comunista acerca da reorganização de seus quadros internos. Crítica mais sistemática fora feita por Leôncio Basbaum, nesta mesma revista e edição. Em artigo que aparece sob o título de “Renovar o P.C.B.?” Basbaum retoma a discussão do ano anterior e a forma como a direção, sobretudo o “cavaleiro da esperança” com a publicação de sua carta, “arrolhou todo o Partido”, e pondera que sua postura no encerramento do debate “significa que o CC está longe de haver libertado do dogmatismo que agora pretende combater”.

---

<sup>63</sup> Em resumo o grupo entendido como “renovadores”, paulatinamente desligado do Partido, se manterá articulado a nível nacional intencionando a fundação de um Partido Comunista Nacional, no qual a figura de maior destaque era Agildo Barata que pedira desfiliação do PCB em fins de 1957, contudo em mais uma atitude autoritária do C.C. fora “expulso” ao invés do desligamento solicitado. Fundam a revista *Novos Tempos*, dirigida por Osvaldo Peralva, sem no entanto conseguir dar continuidade a ambas tarefas, a manutenção da publicação da revista por muito tempo e a fundação do partido. Ver: SANTOS, Raimundo Nonato. **A Primeira Renovação Pecebista reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1988, especialmente o IV capítulo: Os renovadores. O PCB ainda sofreria mais algumas cisões no início e ao longo da década de 1960. Em fins de 1961, dando origem ao Pcdob, formada pelos dirigentes “conservadores” que passam a exigir sua herança histórico-político no intuito de afirmar-se como o Partido surgido em 1922. Também o PCRB, em 1968 e inúmeras outras subcisões.

<sup>64</sup> *Revista Novos Tempos*, outubro-novembro de 1957, p. 65.



Combatendo a ideia de que o encerramento do debate poderia ser justificado em virtude da defesa pela “unidade do partido” do combate ao “liquidacionismo” e “revisionismo” Basbaum adverte que:

[...] a única maneira de o PCB se libertar definitivamente do dogmatismo e do sectarismo é libertar-se de falsos ‘complexos’, revelando à massa – que mais que ninguém está interessada nisso – como prova de honestidade tudo o que estava errado, como errou e por que o fêz, lavando a roupa suja na frente de todos, como faz a própria massa.<sup>65</sup>

Ainda assim essas críticas se circunscrevem ao âmbito do “centralismo” e “dogmatismo” com o qual o Partido se habituara nos últimos anos e indica apenas uma dimensão das permanências. Resistente à superação, o stalinismo não se encerrava no “culto à personalidade”, ao “burocratismo” ou no “centralismo”, embora tinha com estes aspectos direta conexão. Mais profunda, fecunda e com implicações mais complexas é a permanência da matriz teórica stalinista na elaboração das linhas políticas e da concepção da história presente no PCB. Traduzido na denominação de marxismo-leninismo, codificação empobrecida da filosofia marxiana, o stalinismo continuava fornecendo os fundamentos através do qual o PCB deveria “analisar a realidade nacional” e formular sua intervenção política.

Não é por acaso que os principais documentos do PCB continuavam a conclamar a necessidade da utilização da “correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo às originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico nacional”. Bastava, pois, a utilização ‘criadora’ dos princípios na análise da realidade brasileira para se compreendê-la e, em consequência, tirar as conclusões políticas devidas. (SEGATTO, 1995, p. 96).

Mesmo assim, como veremos mais afrente, as mudanças são muitas, efetivas e significativas no quadro da organização social e política brasileira no final da década de 1950 e início dos anos 1960. A complexa e espinhosa combinação da experiência política do PCB, suas múltiplas relações com a U.R.S.S, a organização e reorganização interna, a tentativa forçosa de compreender a realidade brasileira à luz de sua matriz teórica, enfim, um grande número de elementos que se combinavam, por vezes de maneira flexuosa, não nos conduz a considerar que um inteiro processo de renovação ocorrera entre os anos 1956-1958, talvez, como fez José Antônio Segatto apontar para “uma importante renovação, mas uma renovação de caráter conservador” (1995, p. 104) ou ainda “uma renovação inconclusa” (SEGATTO apud SANTOS, 1988, p. 01).

---

<sup>65</sup> Revista Novos Tempos, outubro-novembro de 1957, p. 35.

A “nova política” do PCB não superou as contradições das formulações anteriores. A manutenção da visão etapista da revolução brasileira, a incompreensão da situação agrária e o seguidismo em relação aos interesses soviéticos (agora sob a égide do kruschevismo) são exemplos dessa situação. O novo, no PCB, tinha mais uma vez a aparência de um passado já visto. (FALCÃO, 2010, p. 167).

A conhecida *Declaração de Março de 1958* expressa, em alguma medida, as mudanças operadas no seio do PCB e, sobretudo, a redefinição de sua linha de atuação a partir da “nova política”. Ela é o contorno mais nítido e definitivo de algumas diretrizes ambíguas e paradoxais que conviviam na prática política e sobretudo no discurso do Partido durante a década de 1950. Oficialmente a diretriz radical de atuação do PCB caracterizava-se, desde a publicação do *Manifesto de Agosto de 1950*<sup>66</sup>, por uma descrença na instituição democrática e na possibilidade de atuação ou concretização da etapa “democrático-burguesa” por vias pacíficas e institucionais<sup>67</sup>. O “Partidão” após a cassação de seu registro legal, portanto “já sem os espaços parlamentar e sindical de atuação, vai deixar de lado a parcela docilizada de seu discurso e prática, e intensificar, de forma quase distorcida, os elementos críticos, empreendendo uma guinada de orientação”. (SANTANA, apud FALCÃO, 2010, p 135). Elaborada sob o signo do “descrédito” da democracia, o *Manifesto de Agosto de 1950* convidava as “forças revolucionárias” à luta e enfrentamento direto através da Frente Democrática de Libertação Nacional:

Avançamos com coragem e audácia no caminho das lutas revolucionárias de massa. É este o caminho que de nós exigem os superiores interesses nacionais. À medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. À frente delas não devemos recluir as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional do jugo imperialista<sup>68</sup>.

Conforme pode ser averiguado no *Manifesto de 1950* as eleições aparecem apenas como um mero instrumento com potencial organizativo, a campanha eleitoral abria, por conseguinte, a possibilidade de mobilizar o povo, onde era importante saber aproveitá-la como um artifício “capaz de esclarecê-lo, alertá-lo diante dos perigos que o ameaçam e levá-lo à luta”<sup>69</sup>, concepção que se alterará radicalmente na “nova política” de 1958. Para Mabelle

<sup>66</sup> Voz Operária. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950..

<sup>67</sup> Para (SEGATTO, 1989) os dois elementos definidores da radicalização do discurso de esquerda do PCB expressos no Manifesto de 1948 e com maior nitidez e contorno do Manifesto de Agosto de 1950 tem como gênese dois acontecimentos históricos: a cassação do seu registro legal que o levaria à uma revisão radical dos seus princípios e a reestruturação da Cominform (Agência de Informação dos Partidos Comunistas) em 1947, que centralizará os PC de diversos países em torno dessa organização.

<sup>68</sup> Voz Operária. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950.

<sup>69</sup> Idem.

Bandoli Dias “a elevação do ‘tom radicalizado’ nos discursos do partido se adequava às diretrizes programáticas da política stalinista” portanto “essa orientação levou o PCB a desdenhar, naquele momento, da democracia burguesa e das eleições como instrumento de transformação da realidade brasileira. (DIAS, 2013, p. 47).

Esse “tom radicalizado”, – descrédito na “democracia”, a concepção da carta constitucional de 1946 como um instrumento de opressão das classes trabalhadoras, enfim, o entendimento das instâncias estatais como meros organismos da repressão –está presente de maneira mais contundente e nítida no discurso oficial do PCB. Aparece em sua formulação “inicial” no *Manifesto de 1948*, posteriormente com uma configuração mais elaborada, esmerada e pragmática no *Manifesto de Agosto de 1950* e é reiterada nas resoluções do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil realizado no ano de 1954. Contudo, na prática, sobretudo nos inúmeros artigos que preenchiam as páginas da imprensa comunista, o convite à aliança política (no qual o PTB era alvo principal), a chamada à participação nas eleições e um tom mais “amistoso” verificava-se com maior frequência.

Premiado pela realidade e pelos acontecimentos, ora o PCB assume a defesa da Constituição (mesmo com reservas), a importância das liberdades democráticas, da unidade ampla das forças democráticas e progressistas, a possibilidade de transformações nos quadros do regime vigente. Ora volta aos postulados anteriores, definidos no Programa do IV Congresso, minimizando a política democrática, as alianças, desferindo e concentrando ataques ao “nacional-reformismo” ou alegando a impossibilidade de mudanças dentro da ordem vigente e propondo sua derrubada e substituição pelo ‘governo democrático de libertação nacional’. (SEGATTO, 1995, p. 42).

A “nova política” colocará de lado essa linha mais radical e passa compreender as liberdades democráticas como um caminho aberto por onde os comunistas poderiam marchar rumo à concretização da etapa “democrático-burguesa”, “não se excluía formalmente o recurso à violência, mas a hipótese foi considerada tão remota que não mereceu mais do que um parágrafo da Declaração de Março” (AARÃO REIS FILHO, 1990, p. 24). Encetará em prática e como tarefa aos pecebistas uma maior integração aos sindicatos, fábricas e organizações operárias, uma política de aliança com variados setores sociais e suas organizações políticas e uma massiva e decisiva promoção de seu pensamento entre a sociedade<sup>70</sup>. Desse processo decorre o relativo sucesso que o Partido Comunista do Brasil,

<sup>70</sup> Ainda como trabalhos importantes para a compreensão da elaboração da “nova política” do PCB ver: PRESTES, Anita Leocadia. Algumas considerações preliminares sobre o papel de Luiz Carlos Prestes à frente do PCB no período 1945 a 1956/58”. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, n. 25, pp. 74-94, 2007, e da mesma autora Da Declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 32, p.147-174, 2011.

mesmo formalmente ilegal, encontrará no período que vai do final da década de 1950 aos anos que precedem a instituição do Golpe Militar em 1964.

### 3.3 ASPECTOS DA CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA (1945-1964)

É essa, em síntese, parte constitutiva do quadro de elementos que caracterizam “internamente” o Partido. Terão, portanto, influência significativa no conjunto das publicações efetuadas pelos militantes que estão visceral e intrinsecamente à ele relacionados. Este é um dos lugares de origens histórico-político e social das autobiografias elencadas anteriormente. Embora nosso caminho não seja o da reconstrução histórica da trajetória do PCB, apontamos ou investigamos acerca da construção do conhecimento e disputa política por memória por parte dos militantes, e mais particularmente pelo comunista Everardo Dias é imprescindível percebê-lo, assim como ao Partido inserido em um quadro, e não isolado. É somente como parte constitutiva deste quadro com qual mantêm relações de interdependências com outros componentes que é possível apreendê-los. Um partido político, segundo considera Antônio Gramsci, é resultado do movimento da parcela de uma classe social que

tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do complexo quadro de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente até com interferências internacionais), resultará a história de um determinado partido, por isso se pode dizer que escrever a história de um partido significa nada mais que escrever a história geral de um país do ponto de vista monográfico, para pôr em relevo um aspecto característico (GRAMSCI, 2007, p. 87).

É neste movimento que *liberdade, democracia, sindicalismo, desenvolvimento, reforma e revolução*, temas cuidadosamente abordados por Everardo Dias, e que aparecem de maneira recorrente nas autobiografias acima elencadas, não se constitui como uma pauta prioritária de maneira fortuita e acidental. É, inserido em um quadro mais amplo, que se pode apreender emergência dessa pauta e, com alguma proximidade, do tratamento dado à ela pelo militante comunista. Neste sentido, Everardo Dias e seu pensamento, podem ser compreendidos como a síntese de determinações históricas e sociais. O resultado da dialética entre indivíduo e sociedade. O ponto de intersecção entre sua trajetória política pessoal e o funcionamento das organizações em que transitou. *História das Lutas Sociais no Brasil*,

---

documento central de nossa análise, se caracteriza indubitavelmente de uma fonte histórica, pois é capaz de carregar consigo e desvelar, à medida em que sistemática e minuciosamente é investigada, sua natureza. É capaz de expressar a maneira como Everardo Dias, imerso em seu tempo, integrado socialmente a grupos políticos e suas matrizes teórico-filosóficas, ponto a partir do qual se lembrará, intenciona construir uma memória acerca do movimento operário brasileiro, memória que, não é, absolutamente, eivada de sua natureza política.

Os anos compreendidos entre 1958 e 1964 correspondem a um período de intensas mutações na configuração da sociedade brasileira. O projeto desenvolvimentista empreendido durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), conhecido como Plano de Metas, direciona o processo da industrialização nacional para a fabricação de bens duráveis de consumo sobrepujando o incremento dos setores de base. Esse processo corresponde à tomada de lugar, pela economia nacional, na redivisão internacional do trabalho, ocorrida ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), concorde às demandas do capitalismo internacional<sup>71</sup>.

A execução do plano de desenvolvimento da economia nacional conforme concebido por Kubitschek modificou qualitativamente a relação entre Estado e a economia, aquele passando a interferir de maneira imediata neste, por conseguinte “a forma pela qual o poder público passara a participar das decisões e realizações econômicas criara algumas das condições, possibilidades e limites para os desenvolvimentos posteriores” (IANNI, 1991, p. 174-175), desembocando em um processo onde “a política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek estabelecia as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista multinacional e associado” (DREIFUSS, 1981, p. 84). No entendimento de Thomas Skidmore o programa de desenvolvimentismo econômico tinha como objetivo a união entre o “Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção de uma infraestrutura necessária para sustentá-la.” (SKIDMORE, 2003, p. 203).

Ao passo que “expressava os anseios da burguesia cosmopolita, o regime econômico brasileiro, conjugando favores fiscais e de diversos tipos às dificuldades de importação e de bens de consumo, funcionou de modo a atrair e forçar empresas estrangeiras a investirem no país” (BANDEIRA, 2001, p. 42), fomentava formação de monopólios e oligopólios alinhando ou subordinando a economia nacional aos interesses internacionais, e sobretudo

---

<sup>71</sup> Ver HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos** o breve século XX 1919-1991. 2ª. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, especialmente a parte dois: A era do Ouro.

estadunidenses, que passam a influir com maior frequência na condução da política econômica nacional e noutros setores públicos<sup>72</sup>.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial havia ampliado bastante as fronteiras internacionais do sistema econômico, político e militar desse país [Estados Unidos]. Ou seja, o recuo dos velhos imperialismos (inglês, francês, belga, holandês, japonês, etc.) havia criado novas perspectivas e responsabilidade para o governo e as grandes empresas do Estados Unidos. Nessa situação foi necessário um envolvimento mais intensivo do governo norte-americano nos assuntos econômico-financeiros, políticos, militares e técnico-científico dos povos das áreas ‘subdesenvolvidas. (IANNI, 1991, p. 144-145).

*Pari passu* à medida que mudanças significativas foram ocorrendo na estrutura econômica brasileira, marcando uma maior participação e integração subordinada ao capitalismo internacional, a composição social tanto do empresariado e de parte da “burguesia nacional”<sup>73</sup>, quanto do proletariado urbano, passaram a redefinir respectivamente seus perfis.

De um lado o proletariado urbano aumentou consideravelmente e adquiriu maior peso político, como consequência do surto de industrialização nos anos 50, enquanto o grande fluxo de investimentos estrangeiros modificou a própria composição do empresariado, ampliando a faixa de poder dos executivos estrangeiros, particularmente norte-americanos. (BANDEIRA, 2001, p. 201).

É neste sentido que se pode afirmar, como o fez René Armand Dreifuss, que juntamente com esse processo formar-se ia um novo conjunto de atores político-sociais que passaria a se articular e interferir de maneira cada vez mais decisória e significativa tanto no Estado quanto na sociedade civil. Compunham esses novos atores, diretores de corporações multinacionais, uma série de profissionais qualificados (administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais, consultores, burocracia estatal), oficiais militares. No

<sup>72</sup> Cabe também salientar, com significativa importância, que diferentemente da política desenvolvimentista formulada durante governo Vargas, no nível ideológico Kubitschek elaborou mudanças fundamentais desvinculando o desenvolvimento econômico, também relativamente traduzível como industrialização, da autonomia nacional e permitindo assim que a contradição entre nacionalismo e dependência econômico-financeira internacional não se manifestasse de maneira aguda.

<sup>73</sup> Segundo aponta René Armand Dreifuss, “De acordo com a crença intelectual popularizada, assumida pelo Partido Comunista do Brasil e abraçada mais tarde por intelectuais nacionalistas, principalmente os do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, havia ‘duas burguesias’. Uma era considerada entreguista, diretamente ligada ao capital transnacional, e a outra nacionalista, oposta à ação de interesses estrangeiros. A burguesia ‘nacionalista’ era procurada politicamente e considerada, teoricamente, pelos intelectuais nacionalistas como aliada em potencial, se não de fato das classes trabalhadoras e dos setores das classes médias que se opunham ao imperialismo [...]. Os intelectuais nacionalistas atribuíam também a esses setores ‘nacionais’ industriais e financeiros ‘objetivos progressistas’. Em particular, acreditava-se que os setores industriais estivessem interessados em alguma forma de desenvolvimento nacional redistributivo e em apoiar uma atitude reformista contra as estruturas agrárias arcaicas” (DREIFFUS, 1981, p. 25-26). Essa concepção da ‘burguesia nacional’, moeda corrente no pensamento do PCB, irá marcar profundamente a sua caracterização da realidade brasileira e a formulação de sua linha política, expressa-se, como exemplo, no constante abandono da linha de atuação “classista” e o apelo ou consideração da “burguesia nacional”, embora “vacilante, como fator revolucionário ao lado do proletariado na constituição da etapa “democrático-burguesa”.

geral estes atores eram oriundos da nova configuração econômica onde o centro de gravitação era o capital multinacional e associado e iriam mobilizar-se ao final da década de 1950 e início da posterior no interior de partidos políticos, frentes políticas e parlamentares, organizações político-civis, “centros de estudos e pesquisas”, agrupamentos religiosos, forças armadas, organizações estudantis e tanto quanto sua extensão e influência fosse possível. Atuando no sentido de, primeiro disseminação político-ideológica a partir de suas organizações Escola Superior de Guerra (ESG), Conselho Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Companhia Sul–Americana de Administração e Estudos Técnicos (CONSULTEC), Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBO), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), entre inúmeras outras, agiriam posteriormente numa tentativa constante de negociação, acomodação, incorporação, integração e substituição do governo “nacional-reformista”. A mutação do perfil das classes dominantes terá seu pontapé inicial, como se vê, durante o governo Juscelino Kubistchek, contudo sua organização e atuação marcará profundamente o processo de luta de classes que se tornará cada vez mais patente nos governos seguintes, sobretudo entre os anos 1961-1964, período que deve ser visto como “um momento privilegiado da vida política brasileira com dimensões inéditas posto que nele ocorreu a polarização política e ideológica com dimensões inéditas [...] (TOLEDO, 2004, p.03)

O projeto desenvolvimentista posto em prática pelo “criador” de Brasília e a “reelaboração da dependência estrutural” nacional em relação aos setores internacionais, sobretudo estadunidenses, conduziu, em alguma escala ao “fato de os empresários multinacionais e associados haverem percebido seus interesses comuns na modernização do país, assim como a necessidade do estabelecimento de canais apropriados para sua crescente penetração” e por conseguinte “estimularam a rápida expansão da estrutura associativa e a procura de novas formas de interesse”. (DREIFUSS, 1981, p. 91). Era, portanto, as classes dominantes organizando-se no intuito de defesa de seus interesses em comum. Uma série de agremiações, religiosas, técnico-burocráticas, associações classistas, organismos políticos vão surgir passando a irradiar sua ideologia e atuar nos mais vastos setores sociais a partir de atividades distintas. Poderíamos afirmar, com significativa justiça, que como sustentáculo financeiro, ideológico e organizativo desses agrupamentos encontrava-se complexo IPES/IBAD.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foi criado em fins da década de 50, propunha-se o ‘ambíguo propósito de defender a democracia’; durante os ‘tempos Goulart’ sincronizou suas atividades às de organizações paramilitares e anticomunistas, tais como o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC), a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD) e etc. (TOLEDO, 2004a, p. 33).

A atuação do IBAD, sem dúvida, foi extensíssima, seus tentáculos estendiam-se por diversas organizações com propostas, estruturas e composições distintas, e no geral agia com interesses concordes ao capital multinacional e associados. Com uma estreita relação com a CIA, “que lhes forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundantemente” irá atuar “no esforço de corrupção e intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático.” (BANDEIRA, 2001, p. 81-84). Porém não somente, também funcionará como complexo de apoio financeiro e doutrinador político-ideológico nos meios estudantis e universitários, através da Ação Popular (AP) ramificação da Juventude Universitária Católica (JUC), de centros acadêmicos e diretórios, em organizações femininas, Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina (UCF) e Campanha para Educação Cívica (CEC), Liga de Mulheres Democráticas (LIMDE), Confederação das Famílias Cristãs (CFC) e inúmeras outras, em organizações camponesas e nas forças armadas, estendendo sua influência também entre os trabalhadores industriais.

Ao lado do IBAD pululavam outros grupos de extremo-direitismo, no sentido de apelos cada vez mais violentos à ordem: Liga Democrático Radical (LÍDER), Patrulha Auxiliar Brasileira (PAB), um clandestino pré-terrorista Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o GAP (Grupo de Ação Patriótica outra organização-embrião paramilitar chefiada pelo Almirante Heck) e a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) [...]. (CHACON, 1985, p. 157).

Tanto o IBAD quanto o IPES, com relações tão próximas e inextricáveis ao ponto de poderem ser tratadas como complexo IPES/IBAD, atuavam sob ingênuas legendas no sentido de disfarçar seu real objetivo e funcionamento no sentido de organização da direita e da extrema-direita associada aos interesses do capital multinacional. Esta última, fundada em início de 1962, embora se denominasse Instituto de Pesquisas e Estudos sociais “logo começou a contratar militares reformados para montar um serviço de inteligência, cuja função consistia em colher dados sobre a pretensa infiltração comunista no governo de Goulart e distribuí-los, clandestinamente, entre os oficiais que ocupavam postos de comando [...]” (BANDEIRA, 2001, p. 82) e irradiando o pensamento anticomunista em diversas



organizações e segmentos sociais. Com disponibilidade significativa de capitais, uma alta capacidade organizativa e a inegável eficiência da atuação do IPES/IBAD

[...] a CIA não somente aliciou empresários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores de estado, mas também jornalistas, donas de casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses, enfim, elementos de todas as classes e categorias da sociedade civil brasileira. (BANDEIRA, 2001, p. 84).

Essa é, com alguma relatividade, a configuração da organização das classes dominantes que começa se delinear ainda durante o desenvolvimentismo dos “anos dourados” da economia brasileira e vai atuar em inúmeras frentes e numa ampla movimentação durante o governo Jânio Quadros e João Goulart, sempre pressionando o executivo na direção de seus interesses.

A expansão do parque industrial brasileiro durante a reelaboração da sua posição no mercado capitalista internacional e a formação de um segmento social na esteira do desenvolvimentismo não poderia extrair-se de seu fenômeno congênere: o proletariado. Marcando um momento ímpar da história do movimento operário no Brasil, o proletariado urbano endossado durante os “50 anos em 5” de JK terá um perfil bastante combativo, uma organização e uma atuação quanti-qualitativamente peculiar. Suas primeiras manifestações podem ser elencadas já no governo Kubistchek, mas é sobretudo nos “tempos de Goulart” que passa a se constituir uma inegável força política:

No triênio 1961-1963, o sindicalismo brasileiro alcançou um de seus movimentos de mais intensa atividade. Enquanto de 1958 a 1960, sob o governo JK, haviam ocorrido cerca de 180 greves, nos três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralizações. Nesse mesmo período, diferentes organizações de coordenação dos sindicatos, no plano regional e nacional foram criadas. Embora proibida pela rígida legislação sindical então vigente, o *Comando Geral dos Trabalhadores* – CGT teve uma destacada atuação na cena política brasileira. (TOLEDO, 2004b, p. 20-21).

Além do aumento significativo dos trabalhadores urbanos, da sua crescente organização, do alto índice sindicalização, até então inédito, e da sua constituição como um sujeito político capaz de interferir de maneira incisiva na atuação do executivo, outros atores também entrarão em cena, organizando-se, posicionando politicamente em defesa de seus interesses

[...] as Ligas Camponesas, que haviam aparecido em meados da década de cinquenta, mobilizavam os trabalhadores rurais, as primeiras tentativas eram feitas no sentido de sindicalizar as massas trabalhadores rurais. O final da década de cinquenta testemunhou o florescer de atividades sindicais e de

organizações das classes trabalhadoras, assim como uma intensa mobilização estudantil e de debates no interior das Forças Armadas, debates estes que polarizavam as atitudes políticas em torno da questão do nacionalismo com uma tônica distributiva. (DREIFUSS, 1981, p. 36).

Para José Antônio Segatto, os anos que se seguem à elaboração da “nova linha política” (1958-1960) do Partido determinam um momento de notável integração do “Partidão” à sociedade e uma participação concreta nos movimentos de massa, “ganha forte inserção no movimento sindical urbano e rural e no estudantil, influência na intelectualidade e nas campanhas por reformas e de caráter nacionalista e anti-imperialista.” (1995, p. 121). A relativa proximidade com o PTB, sobretudo com sua ala conhecida como “grupo ideológico”, irá colocar a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) a maior confederação dos trabalhadores industriais urbanos, sob o controle direto dos comunistas, também o Pacto de Unidade e Ação (PUA), Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) e o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), segundo informa Jorge Ferreira (2013).

Funcionando como um fundamento teórico-ideológico de parte significativa dos setores progressistas e de esquerda durante os anos do governo JK até o governo Jango, ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, “se constituiu num dos mais ativos núcleos do debate em torno do nacional-desenvolvimentismo, durante quase uma década” (TOLEDO, 2006, p. 121). Mobilizando intelectuais gabaritados como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe colocava em debate importantes questões para a sociedade da época como “transplantação cultural”, “cultura alienada”, “colonialismo”, “consciência nacional” e a operacionalização dessas categorias abandonaram o *metiê* da intelectualidade e ganharam maior popularidade, sobretudo entre os estudantes a sua representação política, a UNE – que cabe apontar também tivera atuação destacada neste período. O ISEB junta-se ia então como elemento chave dessa efervescente conjuntura<sup>74</sup>.

Efetivamente apoiado pelos trabalhadores, sobretudo urbanos, o governo nacional-reformista de João Goulart estabeleceu um delicado, mas real, compromisso com as massas, sua base eleitoral. Durante sua administração “as pressões dos sindicatos, passaram pela primeira vez, a influir diretamente sobre o governo, a condicionar suas decisões políticas e a

---

<sup>74</sup> Para melhor entendimento do ISEB, ver o trabalho pioneiro de Caio Navarro de Toledo: **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 e ver também a abordagem a partir de uma perspectiva mais antropológica: ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. 5ª. São Paulo, Brasiliense, 1994.

obstacularizar a aplicação de medidas econômicas, como contenção dos salários, contrárias aos interesses dos trabalhadores” (BANDEIRA, 2001, p. 67) em síntese, as “massas” saíram do lugar de meros “dados” eleitorais a serem manobrados e passaram a constituir uma força política decisiva. Não se trata de um mero apontamento, visto que é nesta conjuntura e é essa abertura à participação política do proletariado que o Partido Comunista irá disputar e, em alguma escala, se integrar.

Não podendo aplicar, conforme prescrevia a cartilha do FMI, uma restritiva política econômica anti-inflacionária, sob a ameaça de perda da aquiescência popular, Jango<sup>75</sup> movia-se conciliatoriamente agradando a “gregos e a troianos”, ou melhor, desagradando-os ambos, a “direita” e a “esquerda”, pois sua atuação coexistira constantemente com desconfiança tanto por parte dos setores populares e progressistas quanto pela direita, que não raras vezes saía ao seu ataque considerando-o “comunista”, “esquerdizante” e “golpista”, o que a rigor não se confirmava<sup>76</sup>. A atuação de João Goulart como chefe do executivo, embora hesitante, fora inconfundível: seguia no intuito de propor e realizar as reformas necessárias para a aceleração ou manutenção da acumulação capitalista no Brasil, entretanto, ansiava dar-lhe as cores nacionais e um caráter “humanizado”.<sup>77</sup>

Conforme foi apresentando, a constituição de um governo nacional-reformista que eleitoralmente apoiava-se nas classes trabalhadoras, e em alguma medida, em virtude dos seus compromissos, viu-a ascender à representação política e constituir-se com força inegável e incontornável colocou em debate a necessidade de realização de reformas nas estruturas bases da sociedade brasileira, sobretudo na estrutura agrária ainda baseada no latifúndio.

Em outros termos, a necessidade de modernização da economia nacional que se concretizaria por via da atuação de um executivo nacional-reformista com claros compromissos e acenos às classes trabalhadoras ou sob a tutela de um regime autoritário com

---

<sup>75</sup> A convivência com a crise econômico-financeira foi incontornável, os compromissos estabelecidos, tanto com a classe operária quanto com os industriais, leia-se também interesses norte-americanos, o impossibilitou que aplicasse de forma satisfatória qualquer plano econômico que refreasse a acumulação de capitalista ou que diminuísse o então curto poder aquisitivo ou as condições de vida do proletariado. É em decorrência de seus acordos políticos acrescidos do próprio malogro ou incapacidade de realização de mudanças nevrálgicas na econômica, que o Plano Trienal, criação do economista Celso Furtado, projeto de resolução da crise econômico-financeira, fora embargado precocemente e declaradamente um fracasso tão logo curtos meses de execução. (BANDEIRA, 2001).

<sup>76</sup> Inquestionavelmente essa caracterização do governo João Goulart ocupava lugar central na argumentação da direita no sentido de opor-se ou obstacularizar a sua atuação e as medidas propostas, funcionou também como a justificativa ideológica para a instalação do golpe militar de 1964.

<sup>77</sup> “Goulart era, tal como seus críticos de direita, um fiel defensor do capitalismo. No entanto, asseverava ele, sua diferença em relação a estes residia na sua aspiração a um capitalismo mais ‘humanizado’ e ‘patriótico’. (TOLEDO, 2004a, p. 04).

estrita margem de participação política e liberdade democrática colocou à nu o estágio da latente luta de classes existente na sociedade brasileira em fins da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960. Impelidas pelos seus interesses materiais as classes sociais em disputa assumiram suas respectivas posições e organizaram-se política-ideológica e culturalmente. O debate político expressava a elevação do nível de conscientização da sociedade, ao mesmo tempo em que desvelava sua estratificação.

Houve um tempo, diz-nos Roberto Schwarz, em que o país estava irreconhecivelmente inteligente. “Política externa independente”, “reformas estruturais”, “libertação nacional”, “combate ao imperialismo e ao latifúndio”: um novo vocabulário – inegavelmente avançado para uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pelo fantasma da imaturidade de seu povo – ganhava a cena, expressando um momento de intensa movimentação na vida brasileira (HOLLANDA; GONÇALVES, 1995, p. 08).

Esse novo vocabulário, e o posicionamento político que se dava em seu entorno, manifesta-se em diversas configurações e suportes. Nos impressos, jornais e revistas, no cinema, nas fotografias, na correspondência trocada à época pode ler-se essa “irreconhecível inteligência”, não diferentemente, pode-se lê-la codificada também nas autobiografias. É neste sentido que *História das Lutas Sociais no Brasil* aparece como um documento histórico de importância singular para a compreensão da recente história política e social brasileira. Os temas ali tratados não expressam, como acreditaria um leitor comum, uma mera interpretação pessoal de um militante de esquerda, o tratamento de temas que sempre estiveram presente do debate político ou unicamente a verdade acerca do conteúdo abordado. O documento é antes a expressão da experiência do indivíduo no tempo. É o vestígio da sua construção e circulação social, o resultado da dialética entre o indivíduo e a sociedade. A verdade/saber que ele carrega é a mensura de como a *liberdade, democracia, sindicalismo, Estado* e outras questões ali tratadas, entraram em cena no debate; como, por quem e por que posicionar-se em seu entorno. Se este documento é uma construção, uma montagem “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. (LE GOFF, 2003, p. 549).

## 4 MEMÓRIA E HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

### 4.1 HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS DO BRASIL E A NATUREZA DA MEMÓRIA

Em 1992, na ocasião de apresentação da coleção de sete volumes dedicados à memória social na França, elaborada por historiadores, sociólogos, antropólogos e memorialistas, Pierre Nora desenvolve reflexões no sentido da busca dos lugares onde a memória estaria resistindo ao avanço da “modernidade” opondo, declaradamente, a memória à história. Em “Entre a Memória e a História, a problemática dos lugares”, Nora conclui que as duas instâncias tratam-se de representações e ligações com o passado fundamentalmente distintas. À memória cabe a continuidade, a ligação afetiva, a sacralização, ela é espontânea, “inconsciente de suas deformações sucessivas” e sempre aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. A história, por sua vez, “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, p. 9), é dessacralizadora, persegue o passado com cética e criticismo, estabelece um corte entre o passado e o presente e coloca aquele como objeto de reflexão sistemática. Desde então, poucas investigações procuraram reconstruir os laços entre as duas, no horizonte de problematizar como ocasionalmente essas dimensões se manifestam de maneira entrelaçada, como se comunicam e como, por partilharem de um mesmo objeto, “o passado”, possuem ainda uma identidade muito próxima.

Dispensado os excessos da oposição história/memória, não se pode abster de reconhecer o caráter específico da memória e de como uma autobiografia, que é palco privilegiado para a construção desta, manifesta alguns aspectos de sua natureza, sem, contudo, prescindir de compreendê-la como realizada num tempo e lugar, que é também história.

“Estamos escrevendo estas linhas no 1º de maio de 1961. Sessenta anos são passados desde que iniciamos, muito moços, quase adolescente, a nossa vida de prosélito e de agitador, de ouvinte ávido e mais tarde lutador...”. É assim que se inicia a narrativa autobiográfica de Everardo Dias. Este é o início, mas é também o tom e o caráter que marca a estruturação de todo o seu texto, a reflexão sobre o passado de uma maneira integrada. Trata-se de recuperar uma história, a história das lutas sociais no Brasil, que tem sua gênese desde o final do século XVIII quando a “rebelião dos alfaiates”, ocorrida na Bahia, defendia como programa “acabar com as desigualdades sociais” e estende-se até sua época, os primeiros anos da década de 1960. Entretanto, a entrada de Everardo Dias e de seus companheiros se deu no final do século XIX, onde as lutas sociais tinham um caráter bastante específico, revestiam-se da luta de trabalhadores na incipiente indústria do Rio de Janeiro e de São Paulo com o intuito de “incutir no ânimo dos trabalhadores o princípio elementar da solidariedade, da união e da

unidade proletária” (DIAS, p.16) e postando-se em combate, na

luta contra a intromissão do alto clero na vida pública, luta contra o arrebatamento, pelo Papado, dos bens de mão-morta, os bens das Ordens Religiosas, representando milhões de contos de réis em propriedades, paramentos e alaias, luta tenaz contra as oligarquias que começavam a entronizar-se no poder; luta contra o Poder Executivo que não cuidava dos negócios públicos, do ensino, dos transportes, da higiene, da assistência sócia, das finanças, do fomento da nação; luta contra tudo que nos asfixiava tal como vinha sendo notado e criticado desde o Império. (DIAS, 1977, p. 33)

A reconstrução deste histórico de lutas não decorre, entretanto, pelo viés da história, no sentido de uma produção científica orientada por um método, mas pelo campo da memória, que responde, como apontou Nora, a uma distinta ligação com o passado. Em termos de configuração, o aspecto memorialístico implica de variadas maneiras na constituição do texto. Primeiramente, a estruturação deste em três capítulos (O socialismo no Brasil, Organização e Lutas Sindicais e Primeiras Idéias Socialistas no Brasil, respectivamente), que não percorrem, detidamente, embora sugiram os títulos, ao objetivo de apresentar, abordar sistematicamente ou resolver problemas específicos. Nestes capítulos os temas são expostos, retomados, reiterados, observados a partir de um outro prisma, com a adição de novos dados e com o endosso de reflexões. O que corrobora com a premissa de que a memória se ordena prioritariamente por aspectos pessoais e afetivos, e livra a narrativa da obrigação metódica e linear, permitindo que a reflexão se opere a partir do fundamento onde a fluidez é característica.

Tal assertiva também pode ser mobilizada para caracterizar a abordagem temporal elaborada em *História das Lutas Sociais no Brasil*. O caráter memorialístico libera a narrativa de ordenar as datas e processos a partir de uma representação progressiva e linear da história. Neste caso, a reflexão se opera preponderantemente a partir de comparações que não obedecem detidamente a lógica da produção histórica. Portanto, é recorrente no texto “nossa época”, “nos dias de hoje”, “atualmente” sempre em oposição a “aquela época”, “em outros tempos”, “no início” ou “nesta época, que não está tão distante assim”. A importância desta constatação é sobretudo reiterar a ideia de que o caráter memorialístico da reflexão, neste ponto a atividade comparativa, incide prioritariamente empregando de sentido o conteúdo da representação, igualmente desempenha papel significativo no modelo ou configuração do texto. É, portanto, sob a operação de comparação, que Everardo Dias toma conclusões como:

**o que hoje nos** falece, embora isto pareça absurdo, é uma consciência de classe, o que se verificava com maior clarividência no proletariado de 20 a 30. Nesse ponto retrogradamos deploravelmente. O **proletariado de outrora** tinha uma compreensão mais explícita e nítida de seus deveres e batia-se com firmeza por seus direitos. (DIAS, 1977, p. 236, grifo nosso).

Ainda sobre os aspectos gerais pertinentes a forma do texto, cabe esclarecer que não se trata tipicamente de um modelo autobiográfico, sendo este entendido como um gênero literário onde a recuperação/construção da trajetória do narrador/personagem é o imperativo maior do empreendimento narrativo. A autobiografia, tipologicamente, preconiza a caracterização da personagem e a sua interação com a história, esta, aparecendo em um segundo plano, assim como as demais personagens. *História das Lutas Sociais no Brasil* difere deste modelo à medida que, embora o narrador figure ocasionalmente passagens e processos importantes do texto, a sua trajetória não representa valor estruturante na narrativa. Entretanto, a presença do narrador como personagem que eventualmente participa dos episódios é que dá à narrativa este caráter misto. Portanto, o texto em apreço encontra-se entre um liame de narrativa autobiográfica, texto memorialístico/reflexivo e ensaio histórico.

A obra analisada conta também com uma sessão denominada “Dados Biográficos do Autor”, assinada por Edgard Leuenroth, destacado militante anarquista. Dentre as poucas informações biográficas disponibilizadas pela literatura que aborda, de alguma maneira, a trajetória política de Everardo Dias, essa “apresentação”, embora realizada por um “antigo companheiro”, portanto recuperada a partir uma perspectiva pessoal, dispõe de informações relevantes sobre a sua trajetória e permite conjecturar acerca da relação entre o PCB, os antigos militantes e as publicações realizadas no final da década de 1950. É fato que, neste período, Everardo Dias não se encontrava nas fileiras de frente dos debates e reuniões no Partido Comunista, e tão pouco ocupava qualquer cargo na organização, atesta-se pela ausência de menções nas biografias dos militantes, textos oficiais ou publicações em periódicos da época. Entretanto, segundo fonte já citada, Everardo ainda estava filiado ao Partido e mantinha contato com destacados militantes, como Astrojildo Pereira, esposo de sua filha. Curiosamente, quem assina a sua apresentação é um histórico militante anarquista, que participara de maneira bastante efetiva nas lutas dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX, e manteve-se orientado pelo pensamento libertário recusando-se reiteradamente a adesão ao PCB, mesmo quando grande parte de seus “companheiros” a haviam feito.

Tais considerações permite ponderar acerca da relativa liberdade com que dispunham os antigos militantes que, embora filiados ao partido, não ocupavam quadros em sua organização, na elaboração de suas autobiografias e livros de memória. Esta constatação

admite endossar a ideia de que as formulações realizadas em *Histórias das Lutas Sociais no Brasil* não se constituem de uma expressão ou manifestação direta do domínio do pensamento predominante no Partido e que, como constataremos mais adiante, é a revelação de nuances entre sua trajetória e subjetividade e sua relação marcante com esta agremiação que lhe oferece fundamento para as reflexões desenvolvidas. Cabe ainda considerar que, sobre esse prisma, *História das Lutas Sociais no Brasil* não se constitui, como sugere de maneira generalizada a categoria historiográfica “produção militante”, um livro no intuito de sacralizar o partido, personagens etc, e embora esse pensamento apareça expressamente não é por uma submissão integral ao PCB, antes é um desdobramento da maneira como, entrelaçadamente, trajetória, subjetividade, memória, ideologia e história se comunicam na produção do conhecimento e sentido.

#### 4.2 “UMA DEMOCRACIA ORIENTADA COM FIRMEZA PARA O SOCIALISMO”

Como já se elucidou repetidamente, *História das Lutas Sociais no Brasil* é um registro material da construção/reconstrução da memória e subjetividade de um militante comunista e expressão também das nuances de seu pensamento e interação com o PCB em fins da década de 1950. Sob a indefinição de autobiografia, livro de memória e de reflexão histórica, Everardo Dias se propõe reconstruir a história dos trabalhadores brasileiros e da sua tentativa de organização e participação política orientada pela busca por concretização de ideais como “liberdade”, “justiça social”, “emancipação humana” e “revolução social”. Sua reconstituição histórica conta com a visita a episódios e processos de repressão, efetivados pelo Estado, através da “polícia política” ou de uma legislação de perseguição aos “elementos indesejados”, apontando assim para a sua natureza classista e instrumental; percorre os momentos de irrupção, ruptura e combate entre os trabalhadores e os “industriais” ou as “autoridades policiais”; recupera a trajetória de desenvolvimento do pensamento “socialista” no Brasil, assim como os caminhos libertários, sindicalistas e “marxistas”. Mas essa reconstituição que podemos abordar também como lembrança, já que se erige sobre a epistemologia mnemônica, obedece uma lógica e percorre um horizonte político. Horizonte que não é dominado inteiramente pelo pensamento pecebista, mas que possui com ele consistentes, intrínsecas e estreitas relações e se constitui de lentes através das quais Everardo Dias enxerga o passado.

A década de 1950 pode ser considerada como um período de intensas modificações no interior do Partido Comunista. Transformações que atendem tanto a ordem político-teórica,



como a reelaboração da caracterização da realidade nacional, a modificação substancial de táticas e programas, e também o abalo teórico em matrizes mais profundas, quanto a mudanças significativas nas fileiras do partido, desde estrutura interna, com suas cisões, conflitos e expulsões a implicações com a interação e integração com os trabalhadores, sindicatos e demais organizações classistas. Mesmo estando ausente dos “quadros” partidários, sem menção também a qualquer participação nos debates que tomaram conta e envolveram os militantes pecebistas no final da década de 1950, o texto de Everardo Dias é capaz de expressar uma estreita relação com as reflexões desenvolvidas no interior do partido, sobretudo no que tange à reformulação de seu programa político.

Em termos de concepção de atuação política a marca distintiva assinalada em *História das Lutas Sociais no Brasil* é a defesa irrestrita da ampliação e aprofundamento da democracia como alternativa prioritária para a realização do socialismo. É através do “exercício da Democracia – uma democracia sem entraves para aqueles que a pratiquem e sem tolerâncias para quantos a ataquem – é que poderemos fazer com que o socialismo seja uma aspiração realizadora e não um sonho quimérico...”, defende Everardo Dias nas páginas introdutórias de sua última publicação. Embora forneça espaço bastante tímido para discussão, com abstenção notável de uma reflexão teórica mais aprofundada, o texto evidencia que a recente conjuntura internacional, marcada pelas experiências de guerra, fascismo e totalitarismo, portanto terminantemente violenta, com o desaparecimento da “liberdade burguesa”, “riscada por um governo totalitário ou abolida por um ditador” colocou para o mundo a necessidade de formulações políticas que estabeleçam a democracia como a alternativa a seguir, “e que ninguém pretenda encaminhar o porvir por estradas que não sejam as da Democracia, com as liberdades que lhe são inerentes e que constituem o Sal da Vida!” Para Everardo Dias, o passado que é de “sangue e maldição dos povos arruinados e desolados, sob a contemplação angustiada da infindável e densa fila dos milhões de viúvas, órfãos, mutilados, estropiados, dos desgraçados...”, fruto da guerra das nações imperialistas por lucro, fica pra trás “entre ruínas” e os anseios é que “ninguém procure meios para que ele volte, para que tal estado de monstruosos destroços volte”. Em sua rememoração/reflexão considera que é da privação da liberdade, “quando somos atirados ao calabouço de um presídio e lá ficamos sepultados entre quatro paredes e grades de ferros ou então tangidos como feras para barracões cercados por fios eletrificados nos campos de concentração” que se compreende o seu real valor “mesmo quando se refere à liberdade burguesa”. Atentando-se para o fato de que o próprio militante, assim como incontáveis trabalhadores que

procuraram, através da organização política, a melhoria das condições de vida e trabalho, experimentou a “privação da liberdade” em seu trânsito entre as detenções e encarceramento na Polícia Central, Detenção, Ilha Rasa, Ilha das Flores, Presídio do Bom Jesus, Casa de Correção, relatados com dor em *Bastilhas Modernas*.

Para ele, simples atividades como “a faculdade de falar, opinar, escrever, viajar livremente, sem ter quem nos interrompa, nos interrogue, espione, acompanhe, siga nossos passos, anote com quem trocamos algumas palavras de cortesia...” ganham um sentido inteiramente novo quando se experimenta a abstenção destas. A origem de sua proposta política é, portanto, a reflexão sobre experiências de guerra e totalitarismo experimentadas pela Europa, e em uma configuração peculiar, pelo Brasil, e mantendo, embora de maneira bastante matizada, harmonia e coerência com o recém elaborado programa político do PCB, como veremos mais a frente. De antemão, é possível destacar a relevância com que o processo de desestalinização experimentado pelo Partido e pelos comunistas do mundo inteiro, já apontado no primeiro capítulo, reacende o tema da repressão, do totalitarismo e da “privação da liberdade”, agora visto de outra perspectiva. Trata-se de um exemplo dentro da “esquerda”, e da maior referência político-ideológica, capaz de elucidar os descaminhos decorrentes da adoção das estratégias de atuação, e mesmo repressão, armada, o que corrobora com a reavaliação da importância da adoção de aprofundamentos dos meios pacíficos e democráticos como via de realização do socialismo.

Em *História das Lutas Sociais no Brasil*, assim como para o Partido Comunista, as táticas e propostas políticas que preconizavam a via insurrecional, “um golpe de mão levado a cabo por uma minoria audaz e decidida para assaltar a fortaleza do Estado”<sup>78</sup>, perdem tanto a autoridade como a atualidade, visto que a realidade social se modificara substancialmente e que

o mundo após-guerra saiu de sua antiga órbita e se quer salvar-se de novas catástrofes tem que recorrer a uma democracia orientada com firmeza para o Socialismo, mediante a qual passagem do regime Capitalista para o regime Socialista se faça recorrendo aos menores embates e entrechoques de violência armada<sup>80</sup> (DIAS, p. 23).

Desta forma, Everardo Dias opunha-se claramente a alternativa insurrecional preconizada pelo PCB entre fins da década de 1940 e até meados do decênio seguinte, quando o Manifesto de Agosto afirmava categoricamente que “diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever iniludível de

---

<sup>78</sup> DIAS, 1977, p. 22.

todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução”<sup>79</sup> e colocava-se ao lado das recentes elaborações políticas do partido, onde a luta armada havia sido substituída por um “caminho pacífico da revolução brasileira”<sup>80</sup>. Na verdade, no interior do PCB a caracterização da situação nacional havia modificado muito e os últimos anos passavam a ser compreendidos, pela direção do partido, como inseridos no processo acelerado de modernização e desenvolvimento das forças capitalistas na economia nacional, representando, na política, um avanço na democracia.

Na interpretação de Everardo Dias não se trata somente de reabilitar a democracia como um valor abstrato, em termo de programa prático implica em conceber as liberdades democráticas e o sistema representativo como alternativas através das quais o proletariado pode encontrar atenção para as suas necessidades imediatas, bem como em termos de política econômica significa a eliminação de entraves para o desenvolvimento de um “capitalismo autônomo” no Brasil. Neste processo não só o Partido Comunista, como representante legítimo da classe trabalhadora, mas também as demais forças progressistas devem aliar-se e “somente uma estreita coordenação de governos e forças democráticas – fundamentalmente os Partidos Comunista, Trabalhista e Socialista – juntamente com Organizações Operárias podem garantir uma ordem fecunda em que o trabalho seja a primeira e única hierarquia [...]” (DIAS, 1977, p. 27). Proposta de alianças que possui expressa continuidade com o posicionamento do PCB na *Declaração de Março de 1958*, onde conclamava todas as forças, partidos e agentes nacionalistas e progressistas à união em uma Frente única para a constituição de um “governo nacionalista e democrático”.

A defesa pela democracia e por relações de trabalho do tipo “modernas” com a atenção regulamentadora do Estado constitui, portanto, pautas determinantes, mesmo que implicitamente, em *História das Lutas Sociais*. Neste, o autor esclarece que a luta por “melhoramento da classe trabalhadora”, que tem sido sempre “uma das aspirações imediatas dos partidos marxistas” não pode ter influência determinante em “seus processos táticos e ideológicos”, desdobrando-se na adoção de um programa reformista, e que a exigência por essas melhorias imediatas não se caracteriza como uma contradição com o fundamento do pensamento marxista que, para ele, não se baseia da melhoria ou não de determinada classe social, “mas sobre a própria existência de duas classes antagônicas, cujo a superação é indispensável para o triunfo do socialismo”. Mesmo reconhecendo a urgência de demandas

---

<sup>79</sup> Em: Reis, Dinarco.: *A Luta de Classes no Brasil e o PCB*. Ed. Novos Rumos, São Paulo, 1981.

<sup>80</sup> Declaração Sobre a Política do PCB - *Voz Operária*, 22-03-1958.

imediatas do proletariado, Everardo Dias não deixa de reconhecer o impacto negativo, dentro de uma perspectiva político-ideológica, da legislação trabalhista em avanço no Brasil. Em sua análise acerca das configurações do sindicalismo e sobre a movimentação dos trabalhadores desde a década de 1930, reconhece que o papel do Estado na regulamentação das relações de trabalho, bem como uma melhoria evidente nas condições da classe trabalhadora, implicou em um “retrocesso deplorável” visto que “o operariado perdeu, daí por diante, o contato salutar com os Sindicatos, ausentou-se da cátedra que lhe marcava seus direitos e seus deveres como classe, deixou-se corromper por hábitos que deturpam sua consciência, tornando-os seres negativos, tanto econômica como socialmente [...]” (DIAS, 1977, p. 66-67)

Em síntese, em *História das Lutas Sociais no Brasil* a substituição da “teoria do golpe de Estado”, “esse golpe levado a mão por uma minoria audaz e decidida”, por uma alternativa pacífica, onde a democracia, pode, e deve, ser aprofundada pelos agentes democráticos (partidos e organizações operárias e progressistas) é oriunda das experiências de violência e privação da liberdade promovidas pela guerra e movimentos de fundamentos totalitários. A rigor, esse pensamento é a expressão da individualidade da análise do militante e da sua inter-relação com o Partido, pois ao mesmo tempo em que evidencia a coerência com o programa político recentemente elaborado pelo PCB e defendido pelos seus militantes, matiza tocante à argumentação. Para o Partido, a base fundamental da elaboração da alternativa democrática como via de realização do socialismo é uma mudança na caracterização da realidade nacional, onde se destaca, na avaliação do partido, o avanço das relações capitalistas no Brasil, com a liberação de entraves históricos ligados às estruturas “feudais”, “coloniais” e “semicoloniais”, e salientando que este “desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo”<sup>81</sup>.

A declaração de Março de 1958, a qual o estabelecimento do “caminho pacífico da revolução brasileira” ganha contorno mais nítido na teorização do PCB e implicações práticas no cotidiano do partido, é a manifestação de importantes mudanças teóricas e da caracterização da realidade nacional. Até meados da década de 1950, mais claramente até o IV congresso realizado pelo partido em novembro de 1954, o programa político adotado pelo PCB é marcado pelo tom “radical”, considerado como “ultra-esquerdista” e “sectário” (CHILCOTE, 1972, p.106), mesmo por parte de seus militantes. A condenação à ilegalidade e a consequente cassação do mandato de seus representantes, bem como as políticas repressivas desencadeadas durante o governo Dutra, fez com que o PCB passasse a considerá-lo como um

---

<sup>81</sup> Declaração Sobre a Política do PCB - *Voz Operária*, 22-03-1958.

governo de “traição nacional” e a Carta Constitucional de 1946 ser entendida como “código de opressão”. Igualmente levou o partido a um total descrédito da democracia e da participação no sistema representativo, estabelecendo a via insurrecional como tática necessária para o estabelecimento da etapa revolucionária. Para Mabelle Bandoli Dias,

Além disso, a reestruturação, em 1947, da Internacional Comunista na forma de Cominform (Agência de Informação dos Partidos Comunistas) contribuiu para essa mudança, já que a agência retomava muitos aspectos da política do centro dirigente do movimento comunista internacional, que era posta em prática pela extinta Internacional Comunista (ou III Internacional). O papel centralizador desenvolvido pelo Cominform permitiu que ele exercesse grande influência nas concepções e práticas políticas do PCB, que passou a se alinhar cada vez mais às orientações stalinistas (DIAS, 2013, p. 45).

Essas formulações, já existentes no partido em 1948, aparecem com maior nitidez no Manifesto de Agosto de 1950, que pode ser compreendido como “a expressão de um compromisso dos comunistas brasileiros com a revolução, de uma declarada determinação de recorrer às armas para derrubar os governos de ‘traição nacional’, conforme eram definidos os governos de E. Dutra e de G. Vargas”. O documento então seria “marcado pelo esquerdismo, mas revelador do perfil revolucionário do PCB, do seu distanciamento de qualquer tendência oportunista de direita, ou seja, reformista burguesa”. Na verdade, o programa político adotado pelo PCB seria uma elaboração tática para a realização da etapa da revolução “democrático-burguesa” ou “agrária e anti-imperialista”, assim como, mesmo pela opção da via “pacífica”, a política adotada pelo partido em fins da mesma década (PRESTES, 2013).

Entre a substituição do programa insurrecional do início da década de 1950 por elaborações privilegiando a alternativa democrática, no final da mesma década, seria necessário que o partido e seus militantes refletissem acerca dos recentes acontecimentos na política nacional, bem como se afinassem teórica e politicamente as orientações soviéticas, mesmo durante a crise experimentada pelo Partido Comunista da União Soviética no processo de desestalinização. É possível conjecturar que, filiado, mas ausente dos principais eventos do partido, Everardo Dias mantivesse contato com os militantes pecebistas e com as reflexões desenvolvidas pelo partido, o que evidencia-se pela concordância entre os dois programas, cotejando *História das Lutas Sociais no Brasil* e a Declaração de Março de 1958, onde o programa do PCB é exposto. Para além disso, o estabelecimento de relações de parentesco permite endossar a ideia de proximidade entre o militante e a agremiação comunista, sobretudo com um dos seus mais influentes intelectuais.

Para Everardo Dias, os recentes acontecimentos políticos colocara a luta armada para a tomada do poder como uma ideia ultrapassada, como proposta política que perdeu a sua atualidade, segundo afiança:

Ninguém, que não alimento sonhos como realidades, terá a fantasia de sustentarhoje a teoria do golpe de Estado, ou a tomada do poder mediante uma greve geral revolucionária, antes tão preconizada e que encheu o cérebro de tantas coletividades, e que fazia parte das pregações de não pouco teóricos anarquistas, coletivistas, comunistas[...].

Nas teorizações do partido, a substituição da tática insurrecional para a concretização da “revolução agrária e anti-imperialista” por um programa orientado através do “caminho pacífico da revolução brasileira [...] dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e organização de massas”, é resultado de mudanças patentes na avaliação da situação nacional, igualmente da permanência de uma concepção etapista da revolução. Como já se disse, “a cassação do registro legal provocou nos militantes comunistas um profundo descrédito no regime democrático, o que os levou a uma revisão radical de seus princípios” (DIAS, 2013, 44-45), acrescido que a reestruturação da Cominform, proporcionaria um afinamento e recrudescimento político-ideológico com as orientações soviéticas, o Partido Comunista Brasileiro orienta-se portanto com firmeza para a defesa de uma insurgência armada. Esse programa político, começou a ser elaborado já em 1948, na sombra de condenação à clandestinidade, em 1950 o Manifesto de Agosto o reitera e durante todo o ano de 1954 os militantes comunistas se empenham na análise da realidade nacional e na elaboração de um programa político que, a grosso modo, mantém continuidade com a tática defendida.

O fundamento teórico-analítico a qual os debates desenvolvidos durante o ano de 1954 se orientam, e no IV Congresso do partido realizado em Novembro do mesmo ano ganha caráter de “programa”, é a “tese do Brasil colonizado” (SANTOS, 1988, p. 360). Segundo o pensamento predominante entre os pecebistas, e que o programa de 1954 é a legítima expressão, o Brasil encontrava-se “sob o jugo crescente dos imperialistas norte-americanos”. Essa ideia fundamental apontava para a submissão quase absoluta da economia e política nacional aos interesses norte- americanos. O documento em questão asseverava que “toda a economia brasileira vai sendo, assim, transformada em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos”, visto que o “comércio externo acha-se sob o controle dos imperialistas norte-americanos, que nos obrigam a exportar gêneros alimentícios e matérias-primas por preços ínfimos e a pagar preços excessivos pelos artigos industriais que importamos”, acrescido ao fato de o “capital norte-americano predominar nos transportes aéreos, controlar as ferrovias e ameaçar de aniquilamento a marinha mercante nacional...”, o

documento conclui, portanto, que “o capital monopolista norte- americano atua no Brasil como poderosa bomba de sucção, que absorve grande parte da renda nacional e parcela considerável do valor-ouro alcançado com as nossas exportações”.

Igualmente, no programa de 1954, a ideia principal era que o capital norte-americano combinava-se com os elementos latifundiários no sentido “conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura” atravancando o desenvolvimento das estruturas de um capitalismo autônomo no Brasil. Ainda sob esse pensamento, a referência à realidade nacional, sobretudo em seus aspectos econômicos, é sempre de “semi-feudal” e “colonial”. Entre os elementos que combinavam-se, e mesmo serviam ao capital norte-americano no sentido de manutenção da exploração estava a política nacional: “política de traição nacional”; “política de completa alienação da soberania nacional” e “política do governo de latifundiários e grandes capitalistas”. São estes estão os caracteres que levaram os comunistas do PCB a desacreditar na democracia e na participação do sistema representativo. É, portanto, a partir da caracterização da realidade nacional como de exploração latifundiária e imperialista, de manutenção de estruturas “feudais” e “coloniais” no campo e da submissão da política nacional aos interesses norte- americanos que a etapa da revolução fora definida como “agrária e anti-imperialista”, horizonte que deveria ser percorrido com uma Frente Democrática de Libertação Nacional, com o protagonismo do proletariado e aliança com “todas as forças progressistas do Brasil, sem quaisquer diferenças de situação social, de filiação partidária, de crenças religiosas ou tendências filosóficas, todos os democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa”.

A substituição desse programa tático, que começa lenta e conflituosamente já em 1954, segundo Santos (1988)<sup>82</sup>, por uma opção de valorização das liberdades democráticas e do sistema representativo, é entendida pela historiografia como uma demanda sócio-histórica de participação e inserção do PCB na classe e movimento dos trabalhadores e o reconhecimento e mesmo atualização de pontos de seu programa e da análise conjuntural da situação nacional. Para esse processo, segundo José Antonio Segatto, corroboraram alguns eventos. O autor pontua:

- a) dos acontecimentos políticos da conjuntura (suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1955, além de outros fatos); b) relativa estabilidade

---

<sup>82</sup> Ver: SANTOS, Raimundo Nonato. **A Primeira Renovação Pecebista reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1988. Especialmente o primeiro capítulo, onde trata da elaboração, das resistências e modificações no programa de 1954 do PCB.

democrática e da nova dinâmica do desenvolvimento capitalista do governo Juscelino Kubitschek; c) dos desdobramentos e Impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (fevereiro de 1956) e d) dos seus próprios problemas orgânicos ou internos acumulados durante vários anos e vindo à tona com grande ênfase depois de 1956 (SEGATTO, 1995, p. 33).

b)

Entretanto, a alteração substantiva de seu programa político em 1958, optando por “formas e meios pacíficos”, não significou o abandono das linhas principais de sua matriz teórica, muito menos a deserção dos pecebistas com o projeto revolucionário. Cabe aqui uma análise mais atenta acerca destas assertivas, visto que, a ideia de pacifismo ou a proposta política que corresponde com a substituição da ideia de “insurreição armada”, está calcada nos fundamentos político- ideológicos sob o qual o PCB se orientava, fundamentos cruciais para o entendimento do pensamento dos pecebistas e das ideias compartilhadas no interior do Partido. Cabe ainda salientar, que essa matriz política e teórico-ideológica é compartilhada não só entre os membros dirigentes do Partido, ela circula sobremaneira mesmo entre parte dos pecebistas que abandonam ou foram expulsos da agremiação durante seu processo de crise<sup>83</sup>, e é, ao lado de outras bases formativas o corolário da reflexão dos seus militantes, como Everardo Dias.

Anita Leocádia Prestes em “Memória do PCB: Duas táticas e uma mesma estratégia – do 'Manifesto de Agosto de 1950' à 'Declaração de Março de 1958'” procura esclarecer as transformações e as permanências na matriz ideológica do Partido e as implicações em sua tática e programa político. Para a autora, a permanência fundamental, que a rigor acompanha parte predominante da trajetória do partido, é a concepção etapista do processo revolucionário. Desde os anos 1920, com o afinamento das relações entre o PCB e as orientações da Internacional Comunista, a adoção, mesmo que de maneira ruidosa, da concepção etapista do processo revolucionário, manifestava-se, dentre outros aspectos, pelo estabelecimento da estratégia “democrático-burguesa”. A rigor uma tentativa de apropriação das análises da IC para o papel dos países “coloniais” ou “semicoloniais”. Ainda segundo Anita Leocádia Prestes, “as tendências dogmáticas tanto na IC quanto no PCB propiciaram a transposição mecânica das teses leninistas para uma realidade distinta, como era o caso da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular”. Isso implicou na substituição da precisa análise da situação nacional para a identificação a *priori* de “no campo um suposto

---

<sup>83</sup> Como pode ser visto por uma análise sucinta da revista *Novos Tempos* publicada por dissidentes pecebistas



feudalismo, que, juntamente com o imperialismo, constituiriam entraves ao desenvolvimento do capitalismo” (PRESTES, 2013, p. 08). Nesta etapa da revolução a contradição capital/trabalho ficaria relegada a um segundo plano, quando na verdade as contradições determinantes do processo histórico experimentado pelo Brasil “dar-se iam entre o conjunto da nação, de um lado, e o imperialismo norte-americano, de outro; entre as forças produtivas em desenvolvimento, de um lado, e as relações de produção semifeudais e semicoloniais predominantes no campo, de outro” (COSTA, 2005, p. 81).

Desde a sua fundação, em 1922, o Partido Comunista do Brasil se organizou e orientou-se pela perspectiva revolucionária. Sua base teórica, e mesmo organizacional, foi sempre a leitura, ainda que insuficiente, problemática e dificultosa, em virtude das próprias condições históricas, das obras marxianas, dos textos marxistas e mais especialmente dos textos de Lênin e de Stálin. A influência da Internacional Comunista, e conseqüentemente o seu estabelecimento como matriz teórico-ideológica, fez-se sentir em vários momentos da história do PCB. Para Ricardo da Gama Rosa Costa,

as análises formuladas pelo Partido Comunista, em diversos momentos de sua história, representaram uma tentativa de adaptar, com algum grau de originalidade, as teses dominantes no movimento comunista internacional às mudanças percebidas na realidade brasileira, como decorrência do avanço das relações capitalistas no país e da conjugação de forças inerente ao processo histórico de luta de classes. No entanto, o peso da tradição do pensamento difundido pela III Internacional mantinha-se, refletindo-se em um projeto de luta pelo poder que previa, dentro outras premissas deterministas, a necessidade de ultrapassagem da etapa “democrático-burguesa” para o alcance do socialismo no Brasil (COSTA, 2005, p. 66).

O III Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado entre fins de 1928 e início do ano seguinte, pode ser considerado como um marco no processo de recrudescimento e afinamento teórico, político e ideológico dos comunistas do PCB com a III Internacional. As teses defendidas por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, principais teóricos pecebistas da época, evidenciavam a tentativa de apropriação, mesmo que com relativa originalidade, do pensamento defendido pela Internacional Comunista acerca dos países “coloniais” e “semicoloniais”. Esta data marca também, o início do processo de “stalinização” do Partido Comunista Soviético, com o ataque direto a Trotsky “acusado como desvios de esquerda” e Bukarin “como erros de direita” (COSTA, 2005). Esse processo vai incidir mais precisamente no Brasil com a prática do “proletarismo” ou “obreirismo”, que implicou concretamente no

afastamento do antigo grupo dirigente do partido, em virtude de uma “vaga anti-intelectualista” onde “os intelectuais foram vistos como sinônimos de ideologia pequeno-burguesa, e por isso deveriam ser expulsos do partido a fim de não comprometerem o sucesso do movimento revolucionário do proletariado” (SILVA, 2011, p. 190).

As interpretações mecanicistas e etapistas da realidade social tornaram-se uma constante nos debates da III Internacional a partir do momento em que, após a morte de Lênin, passou a se buscar uma sistematização simplificada e dogmática do seu pensamento, do qual eram destacados, de forma esquemática, elementos isolados. O termo “leninismo” serviu para identificar o “marxismo da época do imperialismo e da revolução operária”, ao mesmo tempo em que as contribuições teóricas de outros revolucionários contemporâneos, como Rosa Luxemburgo e Trotsky, iam sendo relegadas ao ostracismo, ou melhor foram 'excomungadas' do credo oficial comunista [...].

Mesmo em 1958, “superado” o processo de desestalinização em andamento no Partido Comunista do Brasil nos dois anos anteriores, a matriz de pensamento stalinista continuava a fundamentar a *práxis* do partido. A manutenção do fundamento etapista do processo revolucionário, a permanência da codificação do pensamento filosófico-político de Lênin reduzido a um “pragmatismo”, pelas expressões, “etapa”, “tática” e “estratégia”, e mesmo os instrumentos teóricos mobilizados na compreensão da realidade nacional evidenciavam a dificuldade de superação da matriz stalinista traduzida em “marxismo-leninismo”. Deste fato decorre que, o posicionamento oficial do Partido, embora imbuído de nuances, erigia-se sob o fundamento teórico-ideológico stalinista e ao mesmo tempo tornava-se como referencial maior para as reflexões desenvolvidas pelos seus militantes em seus escritos biográficos e intervenções nos periódicos e jornais do partido.

Para Everardo Dias, o mundo do final da década de 1950 encontrava-se em marcha para a realização do socialismo, em seu texto, evidencia-se pela expressa sentença de que “o mundo caminha rapidamente para uma situação pré-socialista”. Tal evento singular comprova-se pelas “vitórias efetivas do Socialismo na Europa e na Ásia, estendendo-se pelos continentes da América e da África, em forma de suas primeiras manifestações anti-imperialistas e de autodeterminação”. Essa marcha não é, entretanto, um desenvolvimento “natural” da história, é um equívoco considerar que “a revolução está, como um figo maduro, para nos cair na boca e apenas estender a mão para apanhá-la”, é necessário, pela via pacífica, com a ampliação das liberdades democráticas e constitucionais alcançá-la. É evidente a semelhança de seu pensamento com as reflexões e propostas políticas defendidas pelo

Partido, na *Declaração de 1958*, mesmo que não faça qualquer referência (DIAS, 1977, 21-27). Para Ricardo da Gama Rosa Costa, analisando o pensamento oficial da agremiação comunista em fins da década de 1950, ele aponta que “o caminho pacífico da revolução brasileira era admitido, pelo entendimento de que o cenário internacional de vigência da política de 'coexistência pacífica' e ascensão dos movimentos de libertação nacional, somando à tendência à estabilidade democrática na vida institucional brasileira, o favoreciam”. O consenso entre as duas propostas políticas podem ser constatados pelo fato de que, ainda para Ricardo costa, “segundo o texto [oficial do PCB], cresciam 'no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo'. A atuação nos marcos da legalidade democrática constitucional, com destaque para a participação nos processos eleitorais, era vista como possível e necessária para o avanço das lutas populares” (COSTA, 2005, p. 66).

#### 4.3 A DÉCADA DE 1930, OS SUJEITOS SOCIAIS E A ANÁLISE “MARXISTA”

Como ficou evidenciado no tópico anterior, a Declaração de Março de 1958, consagrada como expressão oficial e com contorno claro do programa político defendido pelo PCB, estabelecia “o caminho pacífico da revolução brasileira” como horizonte a partir de uma caracterização da realidade nacional onde o avanço do capitalismo no Brasil realizara progressos significativos no sistema democrático. O conjunto das análises pecebistas, onde pesa também as orientações soviéticas, conduziram a uma revalorização da democracia e das chamadas “liberdades democráticas” (liberdade de expressão, de reunião e organização, de imprensa e direito a greve). O texto de Everardo Dias, como também se salientou, possui uma consistente relação com a teorização do PCB a medida em que estabelece a democracia como o baluarte da sua reflexão e se utiliza também de aspectos da caracterização e fundamentação teórica pecebista. Nesse sentido é necessário perseguir o peso e as implicações que esse fundamento realiza na estrutura do texto e na elaboração de marcos históricos, agentes sociais e na própria compreensão da história político e social brasileira.

Segundo consta na análise pecebista, realizada em fins da década de 1950, expressa na Declaração de Março de 1958, a década de 1930 figura como um marco histórico no processo de democratização na trajetória política nacional. Estabelece como causalidade desse aprofundamento democrático o crescimento, no seio da sociedade brasileira, de “forças novas”, mais precisamente a burguesia e o proletariado, “impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos

latifundiários<sup>84</sup>”. Acresce na argumentação o desenvolvimento capitalista no Brasil como fator que reflete substancialmente no “caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo”. Estes eventos demarcam a década de 1930 como o início de um processo continuado, mas que encontra em seu percurso, percalços e empecilhos para sua plena realização. No entendimento do PCB,

A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais<sup>85</sup>.

Historiograficamente o início da década de 1930 também se constituiu como um marco fundamental na história política e econômica brasileira, e mesmo como uma unidade de análise. A chamada “grande depressão”, em 1929, arrastando à economia mundial para uma crise de superprodução com incidência sobremaneira na economia e mundo do trabalho, e no Brasil, mais particularmente, tendo influência direta na produção e comercialização do café, e por conseguinte na política governamental e na política econômica brasileira. A chegada de Getúlio Vargas ao governo, e uma por vezes superestimada ideia de avanço sobre as estruturas patriarcalistas e oligárquicas, representam importantes processos através dos quais historiadores tem sido levados a considerar a década de 1930 como um marco na história brasileira. A memória, por outro lado, estabelece marcos que lhe são mais pertinentes, e diz respeito, como lembra Maurice Halbwachs à realidade social experimentada e ao grupo que lhe diz respeito mais precisamente. Em *História das Lutas Sociais* a década de 1930 também aparece, repetidas vezes, como um marco histórico, evidenciado pelo processo de aprofundamento democrático e a partir de uma análise que privilegia a mudança nas relações de trabalho e o impacto social decorrente desse processo.

No texto de Everardo Dias, a década de 1930 representa um marco no que diz respeito às mudanças nas relações de trabalho. As condições de vida, moradia e trabalho mudaram radicalmente a partir da década de 1930 e mesmo o “patronato”, “o industrialismo nacional,

---

<sup>84</sup> Declaração Sobre a Política do PCB - *Voz Operária*, 22-03-1958.

<sup>85</sup> Idem

seus principais chefes, os donos da indústria pensam de maneira diametralmente diferente do que pensavam os chefes da indústria, do alto comércio e da finança em 1905/6, em 1910/12, em 1917, e em 1924, em 1927 e mesmo em 1930”<sup>86</sup>. Os desacordos e conflitos podem ser resolvidos dentro do âmbito da legalidade do Ministério do trabalho visto que “já não se espanca nem se deporta do País. Há dissídios coletivos e há uma Justiça do Trabalho. Os menores não são explorados nem as mulheres têm que trabalhar até os últimos dias da gravidez [...]”<sup>87</sup>.

Esse é um dos avanços do sistema democrático em resposta às exigências socialistas, segundo concebe Everardo. Embora nas páginas seguintes estabeleça uma crítica ao sindicato, no período posterior à década de 1930, compreendendo-o como inserido num processo de “degeneração ideológica”, com a ausência do verdadeiro proletariado em suas fileiras e com a sua utilização por figuras “aproveitadoras” e “oportunistas”, o compreende como uma desventura do processo de construção das instituições democráticas. A crítica realizada por Everardo Dias não se encaminha para o reconhecimento do caráter orgânico do Estado, vinculado existencialmente à burguesia, e o papel desempenhado pelo sindicato nesta estrutura, e sim por um processo de perda ou destruição das suas características originais e da sua função no sistema democrático.

No que tange aos sujeitos sociais, e analisado sob a perspectiva da participação política e construção do sistema democrático, o Partido Comunista do Brasil aparece como agente privilegiado. A agremiação comunista fundada em 1922, figura para Everardo Dias, a legítima representação política da fração dos trabalhadores mais consciente do papel histórico e revolucionário do proletariado. O PCB torna-se assim protagonista da trajetória revolucionária e de emancipação social que cabe aos trabalhadores e, desde a sua fundação “em diante, o proletariado brasileiro, o verdadeiro proletariado, com a valiosa cooperação da pequena burguesia proletarizada, sela seu destino histórico e sua luta redentora ao Partido Comunista do Brasil”. O partido então desempenharia o papel de “falar e representar a vanguarda consciente e revolucionária do proletariado do Brasil e é em nome dele que entra a figurar, por força das circunstâncias, em todos os movimentos emancipadores nacionais de que foi palco a Nação de 1924 até hoje” p. 114.

É neste sentido que, analisando a atuação do Bloco Operário e Camponês (BOC), coligação que a rigor aglutinava e representava integralmente os interesses pecebistas, visto

---

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 212

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 236

que a situação de clandestinidade vigente desde agosto de 1927 impedia a atuação aberta do partido, considera que durante os anos compreendidos entre 1928-29 o proletariado demonstra sua existência e força como agente político. Pra Everardo Dias fora sob a atuação do BOC que “evidenciou de forma concreta [...] a intervenção direta do proletariado na política como força à parte dos partidos burgueses ou de orientação burguesa, mesmo liberal, com candidatos próprios e um programa concreto de reivindicações e de luta” . Pensando a revolução sobre a ótica da democracia, ou seja, como o fim último a ser alcançado através de um aprofundamento, participação e gozo das liberdades democráticas, os atores e sujeitos sociais também são valorizados em virtudes desta. Em outros termos, embora não desqualifique a atuação e manifestações dos trabalhadores na primeira república, a inexistência de um partido político operário e independente, do ponto de vista da classe social, não outorgara ao proletariado o *status* político e, conseqüentemente, o seu papel revolucionário.

Quando Everardo Dias “relembra” os primeiros passos do desenvolvimento da luta dos trabalhadores no Brasil, anterior a década de 1922, ele realiza sob a ótica do partido político e sistema democrático. Disto resulta o reconhecimento que as condições históricas não permitiram aos trabalhadores se constituírem como agentes políticos, à medida que sua atuação se dava muito mais no âmbito sindical e nas manifestações grevistas, compreendendo a atuação política restritamente a inserção ao sistema partidário. No processo de construção da representação dos imigrantes e mesmo “dos elementos nacionais” se destaca a seleção de um conjunto de características que impediam a constituição do proletariado como sujeito político, visto que incapaz de se aglutinar em um partido autônomo. No tratamento do imigrante, repetidamente identificando como “elemento alienígena”, Everardo Dias destaca o seu caráter heterogêneo, oriundo de regiões distintas, Nápoles, Vêneto, Sicília, Calábria, portugueses do Douro, do Alentejo e etc. “todos eles com suas idiossincrasias, seus seculares preconceitos regionais”<sup>92</sup>. Igualmente, os imigrantes são, em sua maioria, considerado como arrebatados por interesses meramente econômicos, “com tendências puramente utilitaristas de independência econômica, de enriquecimento em negócios, visando voltar logo para o seu torrão natal” sendo assim “não seria, portanto, com gente assim que se poderia contar para formar um quadro de proporção eleitoral para disputar no Congresso Estadual ou mesmo numa Câmara Municipal”.

O impacto do negativo na organização político-partidária do proletariado, segundo representa Everardo Dias, pode ser verificado também a partir da influência ideológica

promovida pelos imigrantes. Após elencar os aspectos que os caracterizavam como “individualistas” e segregados por diferenças nacionais e regionais o militante pecebista pondera,

como se isso não bastasse, a maior parte dos elementos esclarecidos do operariado alienígena era constituída de adeptos de Bakúin e de Proudhon, coletivistas anarquistas, internacionalistas que combatiam ideologicamente toda interferência do proletariado no Parlamento, considerando os políticos como elementos que se aproveitavam do voto do trabalhador para subir e galgar posições, da cumprindo depois do prometido. (DIAS, 1977, p. 41).

Neste sentido, diversos aspectos dificultavam a integração do imigrante ao proletariado nacional, e sua contribuição política. A situação do proletariado brasileiro, “natural”, “nativo”, não era diferente, “o operário nacional que não estava comprometido eleitoralmente com os chefetes do bairro era analfabeto, aviltado, cheio de preconceitos e abusões depressores de sua individualidade”. Conseqüentemente, a representação da classe trabalhadora, passa a ser construída como, embora quantitativamente significativa, e com mostras de coragem e heroísmo, desprovida de status político, visto a sua impossibilidade de partilhar no Congresso Nacional e nas Câmaras Municipais da capacidade decisiva. Os grupos e círculos socialistas, embora desempenhassem um papel fundamental na conscientização do trabalhador e da sua condição de exploração nada podiam para bater-se frente às decisões políticas. Everardo Dias indaga: “que podiam, deste modo, conseguir os débeis agrupamentos socialistas, sem capacidade financeira para poder fazer face a uma qualificação eleitoral e desenvolver uma campanha de propaganda frutuosa capaz de ter peso nas urnas?”

Tendências ideológicas distintas, que inclusive desacreditavam na participação no sistema eleitoral, a parca experiência de luta desenvolvida em um também recente ambiente de desenvolvimento industrial, a desmedida atuação e abusos da repressão policial promovida pelo estado, se espalhando tanto na legislação quanto na violência física, o confucionismo teórico e político, impediam, mesmo com as tentativas esforçadas, de aglutinar o proletariado em um partido político com programa, tática e organização bem definida, o que só iria se modificar nos anos 1922 em diante, com o surgimento do PCB no seio dos trabalhadores. Até então “era, assim, limitadíssimo o número de nacionais com que se podia contar e estes mesmos em sua maioria não eram operários, pertenciam à pequena classe média desiludida com a política republicana”. Neste sentido o Partido Comunista do Brasil reapresenta um marco fundacional na trajetória política da classe trabalhadora, ele representa o momento de amadurecimento e de declaração de existência política. Esclarecendo acerca da reflexão dada

a cabo, Everardo Dias diz não fazer “uma simples concatenação dos acontecimentos, provenientes do período de tempo a que tais acontecimentos se referem”, continua suas conclusões afirmando não ser o seu trabalho também “um ensaio de interpretação histórica”. Na sua conclusão, seria um “pequeno estudo das lutas sociais no Brasil”. No ínterim de suas ponderações, Everardo Dias considera não poder fazer um ensaio de interpretação histórica adequado pois, um trabalho desta natureza requer uma interpretação do ponto de vista marxista, o que significa “expor as razões econômicas, materiais, determinantes de cada movimento ou mudança histórica, a começar pelo regime escravocrata e sua evolução ao 13 de Maio e em seguida ir acompanhando a evolução social e econômica do país e conseqüentemente a formação do proletariado, tanto rural como urbano”. Cabe portanto destacar que o marxismo aparece para Everardo Dias como critério de cientificidade, como análise e metodologia adequada para o conhecimento da realidade e de suas configurações, ainda que abstenha a referência à categorias primordiais como a dialética. O mais importante porém é conjecturar acerca da repetida referência ao “marxismo”, isentando-se da utilização da expressão “marxismo-leninismo”, denominação que acompanhou durante parte predominante da história do pensamento pecebista, mesmo durante o processo de desestalinização, considerada como a principal referência e procedimento para conhecimento da realidade nacional. A inviabilidade de consulta, em virtude do desconhecimento, de textos de Everardo Dias no período imediatamente anterior a publicação de *História das Lutas Sociais no Brasil* não permite concluir se a abstenção a utilização do termo “marxismo-leninismo” trata-se de uma opção pessoal ou seria a expressão dos primeiros passos de superação do legado stalinista.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e da discussão teórica e bibliográfica realizadas, evidencia-se a memória como um fenômeno construído. Tal assertiva apresenta, mas não aprofunda acerca do complexo processo e operações recrutados para a sua construção. Conforme apresentado, inúmeros teóricos de áreas do saber e epistemologias distintas se enveredaram na explicação dos fenômenos da memória. Entendida ora como um ente etéreo, como um registro do passado no presente, que irrompe em virtude das demandas deste, ora como uma mera atividade individual, cerebral com o envolvimento de áreas específicas da estrutura fisiológica humana, ela foi aqui instrumentalizada de maneira diversa. Optou-se pela síntese teórica de pensadores distintos, oriundos da sociologia, não contemporâneos e até certo ponto conflituosos na respectiva compreensão da sociedade e do funcionamento da memória em seu interior.

A memória, conforme foi instrumentalizada, constitui-se do lastro a partir do qual o indivíduo observa o passado e o presente. Ela não corresponde à lembrança em si, a reminiscência, ela é o fundamento a partir do qual, se constrói no presente, em virtude de demandas deste, uma reflexão estruturada e uma representação vívida da experiência individual e coletiva no tempo. Essa construção não ocorre de maneira hermética e consensual, ela é o reflexo da conflituosa natureza do grupo social ao qual o indivíduo está inserido mais imediatamente. Ela é também o resultado processual do espaço ocupado por este indivíduo no grupo, das ligações que este faz, e da sua capacidade de se integrar a outros grupos.

Ao cabo deste trabalho pode se concluir que o stalinismo, como uma codificação peculiar da filosofia marxiana e do pensamento político de Lênin, se constituiu, desde a década de 1920, a principal referência político-ideológica do PCB. Sendo assim, ainda no final da década de 1950, o stalinismo, entendido como um marco social da memória já que manifestava-se na construção teórica e na prática cotidiana dos pecebistas, encontrava-se arraigado e de difícil superação. Evidentemente, a proposta e programa político do PCB não

tinha somente o stalinismo e as orientações soviéticas como informação unilateral sobre a realidade nacional e para a elaboração tática e de programa político a ser adotados, mas eram estes os elementos predominantes. Constatou-se então, que a defesa pela democracia como via de construção da etapa democrático- burguesa, representou, a tentativa esforçada de aplicação do “marxismo-leninismo” para pensar a realidade e a intervenção na política nacional. Consequentemente, Everardo Dias como militante pecebista, mesmo possivelmente com uma relativa distância dos principais eventos e acontecimentos do Partido, elaborou suas reflexões no sentido de defesa da opção democrática como tática de intervenção política e consequentemente estruturou a reconstrução histórica das lutas dos trabalhadores no Brasil neste sentido. Sendo assim os eventos, personagens e demais processos recuperados por Everardo Dias, encadeiam-se na perspectiva de valorizar e reafirmar a opção pelo aprofundamento e consolidação da democracia e sistema representativo.

Este trabalho conclui de maneira lacunar, por diversos motivos. A trajetória de Everardo Dias, maçom e militante anarquista nos primeiros anos do século XX, posteriormente maçom e militante comunista, figura com prestígio entre os trabalhadores, mas também entre personalidades “aquinhoadas” de São Paulo e Rio de Janeiro, atraindo inúmeras questões. Sua intensa participação na movimentação operária e mesmo no PCB, fora acompanhada de um silêncio quase intransponível. Historiograficamente, sua trajetória foi recuperada de maneira muito lacunar, superficial e frágil, atestando a sua destacada e intensa atuação nos meios operários, mas ao mesmo tempo construída a partir de uma documentação também parca, dispersa e insuficiente. Ao contrário de militantes com quem cerrou fileiras, como Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, a quantidade de trabalhos que centralizam sua trajetória e obra como objeto de reflexão ganha proporções irrisórias. Este trabalho permanece lacunar por não ter tido acesso ou possibilidade de construção de um estudo biográfico capaz de aprofundar em questões basais, acerca da trajetória e participação do militante no PCB, sobre a sua ligação com a maçonaria, sobre as leituras e atividades desempenhadas no interior no partido. Mas avança no sentido de procurar atestar a existência deste militante que, ainda nos últimos anos de sua vida, desenvolveu reflexões expressando a sua ligação com o Partido e no sentido de legitimá-lo com real representante do proletariado brasileiro.

Assim como Everardo Dias, inúmeros outros militantes estão à “espera” de que suas vidas e obras sejam visitadas, não meramente por um interesse pessoal ou particular, mas no sentido de investigar a contribuição e participação destes personagens na construção do partido de esquerda de maior duração na história política do Brasil e, concomitantemente, evidenciar aspectos importantes do processo de desenvolvimento e apropriação das ideias e movimentos de esquerda no Brasil. Em outros termos, o trabalho tem o mérito de atestar a necessidade, e mesmo urgência, de se olhar para a dita “produção militante” no intuito de reconhecer os progressos que o seu tratamento como fonte histórica pode fornecer para a historiografia política e social acerca da trajetória dos trabalhadores brasileiros na sua tentativa esforçada de integração e participação no cenário político nacional.

## REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A Revolução Faltou ao Encontro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ARCARY, Valério. Heroísmo pessoal e ruína política, o PCB durante o Estado Novo. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 108, Maio de 2010.
- ANTONACI, Giovanna de Abreu. **Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande (1930-1945)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.
- BARATA, Agildo. **Vida de um Revolucionário: memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos: memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto/USF, 1998. p.145-158.
- BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2000.
- BRANDÃO, Otávio. **Combates e Batalhas: memórias – 1º. Volume**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- CARONE, Edgar. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. Para Recuperar a Memória Histórica do Movimento Operário Brasileiro. Memória e História, nº. 1, **Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro**. São Paulo, Livraria Editora Ciência Humanas, 1981.
- CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro conflito e integração 1922-1972**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1982.

DIAS, Mabelle Bandoli. **A Extrema–Esquerda no Brasil: As Organizações Partidárias Marxistas e Suas Definições Programáticas nos Anos 1950**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio; Campinas: EdUnicamp, 1992.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCÃO, Frederico José. **Organizações Revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado apresentada à Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**. São Paulo: Sundermann, 2012.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. São Paulo: Difel, 1986.

FEIJÓ, Martin Cezar. **Formação Política de Astrojildo Pereira (1890-1920)**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 113-134, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 314-332, 2002.

GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**. v. 32, p. 61-76, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo, Editora Ática, 1987.

HARDMAN, F. F. **Nem Pátria, Nem Patrão!:** memória operária, cultura e literatura no Brasil.. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 4. ed. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo: 1990

\_\_\_\_\_. **Los marcos sociales de la memoria.** Traducción de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário?. **Revista Brasileira de História: produção & transgressões.** São Paulo, v. 5, nº10, março/agosto 1985, p. 208-231.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60.** 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética:** a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria.** Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2003.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória. **Escritos:** revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p. 223, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos:** memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. IN: MORAES, João Quartim de.; AARÃO REIS FILHO, Daniel. (Org.). **História do Marxismo no Brasil.** vol. 1. 2ed.Campinas: Unicamp, 2003, v. 1, p. 225-258.

OLIVEIRA, Lorrán Santos. **Debates e cisões no jornal Voz Operária:** o PCB e o Relatório Krushev. Monografia. Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 2013.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro:** 1922-1964. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PERALVA, Osvaldo. **O Retrato.** Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1960. PEREIRA, Astrojildo.

\_\_\_\_\_. **Formação do PCB.** Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

\_\_\_\_\_. **Construindo o PCB(1922/1924).** São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **URSS, Itália, Brasil.** São Paulo: Novos Rumos, 1985.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: BRANDÃO, Octávio. **Combates e Batalhas.** Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3, p. 03- 115, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, nº10. Rio de Janeiro, 1992.

POMAR, Valter. **Comunistas do Brasil:** Interpretações sobre a cisão de 1962. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, FFCLH/USP, São Paulo, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. **Brasilidade Revolucionária.** São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins; MUNHOZ, Fábio Antônio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. **Estudos Cebrap.** São Paulo, nº7, p.151-171, jan/mar. 1974.

SANTOS, Raimundo Nonato. **A Primeira Renovação Pecebista reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957).** Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1988.

\_\_\_\_\_. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 1950. In: MORAES, João Quartim de.; AARÃO REIS FILHO, Daniel. (Org.). **História do Marxismo no Brasil.** vol. 1. 2ed.Campinas: Unicamp, 2003, v. 1, p. 225-258.

SANTOS. Myriam S. **Memória coletiva e teoria social.** São Paulo, Annablume, 2003.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB.** 2. ed. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Reforma e Revolução as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais A Lanterna e o Livre Pensador (1900-1909). In: Artur Cedas Isaia; Ivan Aparecido Manoel. (Org.). **Espiritismo e Religiões Afro-Brasileiras:** História e Ciências Sociais. São Paulo: Ed Unesp, 2012, v. 1, p. 87-101.

SILVA, Michel Goulart. Uma análise da historiografia acerca da trajetória de Everardo Dias. **Revista de Estudios Historicos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña**, v. 6, p. 111- 123, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson W. Astrojildo Pereira. **Memória e História**, nº. 1, Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro. São Paulo, Livraria Editora Ciência Humanas, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo João Goulart e o Golpe de 1964**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 15-28, 2004b.

\_\_\_\_\_. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. **Idéias**, v. 12/13, p. 41-52, 2006.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A luta por um partido de massas – 1922/1974. São Paulo: Ed.HUCITEC, 1982.

ZAIDAN FILHO, M. **Construindo O PCB: 1922 – 1924**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

WOLIKOW, Serge. “A Concepção da História Operária diante da Abertura dos Novos Arquivos (a respeito dos Arquivos do Komintern)”. In: **Cadernos AEL**. Campinas: AEL/ IFCH/ Unicamp, nº 5/6, 1996-1997.